



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS – GRADUAÇÃO



INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – IFCHS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA DA AMAZÔNIA –  
PPGSCA

AS EXPERIÊNCIAS DE TRABALHADORES/AS DA FABRILJUTA EM PARINTINS –  
AM

MANAUS – AM

2024

MATHEUS RODRIGUES DA SILVA

**AS EXPERIÊNCIAS DE TRABALHADORES/AS DA FABRILJUTA EM PARINTINS**

**– AM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura da Amazônia – Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Amazonas como requisito à obtenção de Título de Mestre em Sociedade e Cultura da Amazônia.

Linha 3: Processos Sociais, Ambientais e Relações de Poder.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Yoshiko Sasaki

Agência de Fomento: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM

MANAUS

2024

## Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S586e Silva, Matheus Rodrigues  
As experiências de trabalhadores/as da Fabriljuta em Parintins–  
Am / Matheus Rodrigues Silva . 2024  
124 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Yoshiko Sasaki  
Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) -  
Universidade Federal do Amazonas.

1. Experiências. 2. trabalho. 3. Genêro. 4. Fabriljuta. 5. Parintins.  
I. Sasaki, Yoshiko. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

**AS EXPERIÊNCIAS DE TRABALHADORES/AS DA FABRILJUTA EM PARINTINS  
– AM**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, linha 3, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profª. Dra. Yoshiko Sasaki (PPGSCA/UFAM)

(Presidente)

---

Prof. Dra. Mônica Xavier de Medeiros (UEA)

(Membro)

---

Profª. Dr. Odenei de Souza Ribeiro (PPGSCA/UFAM)

(Membro)

---

Prof. Dr. David Avelino Leal (PPGH/UFAM)

(Suplente)

---

Prof. Dr. Caio Augusto Teixeira Souto (PPGSCA/UFAM)

(Suplente)

À minha mãe, Isabel, uma operária da Fabriljuta,  
que, desde cedo, ensinou-me que a educação é a  
única coisa que ninguém nos tira (*In memoriam*).

## AGRADECIMENTOS

Quando decidi iniciar a minha trajetória na pós-graduação, eu não pensei no que poderia dar errado, só me lancei e busquei encarar os desafios epistemológicos e as oportunidades que esse novo caminho poderia me proporcionar. Dessa forma, resolvi tentar o mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia para me aproximar dos sujeitos e sujeitas da Amazônia profunda, relacionando-os trabalhadores (as) da Fabriljuta com a minha área de formação em Licenciatura em História, por meio da interdisciplinaridade. Inicialmente, quero agradecer ao Prof. Dr. Júlio Claudio do Centro de Estudos Superiores de Parintins (UEA), meu ex-orientador da graduação, por, em meados de 2019, ter me oferecido esse tema de pesquisa e ter contribuído para que essa temática chegasse ao mestrado.

O percurso no mestrado não foi fácil, entrei na pós-graduação no fim da pandemia, e tive que sair do interior do Amazonas e ir morar na capital, Manaus, motivado pelo sonho de me tornar mestre. Consegui chegar até o final da pesquisa por meio de um grande esforço pessoal, mas, principalmente, por meio da ajuda de amigos e professores que fiz ao longo do percurso e que foram fundamentais nesse processo de formação.

Portanto, não percorri esse caminho sozinho, sou grato à minha companheira de luta, Mariza da Silva Freitas, que me incentivou a todo o momento e que nunca me deixou desistir desde a primeira vez que decidi entrar no mestrado. Agradeço à minha tia, Valcineia Nunes da Silva, por ter me ajudado nas horas mais difíceis dessa trajetória.

Também agradeço imensamente ao meu amigo e colega de profissão, Guilherme Pereira da Costa Maciel, professor e historiador, por ceder o espaço de sua casa e me abrigar nos meus primeiros dias na capital. Pelo fato de eu não conhecer quase ninguém e dispor de pouco dinheiro naquele momento, não tive um lugar para ficar, e quando perguntei se podia ficar em sua residência, ele prontamente me ofereceu ajuda.

Agradeço à Universidade Federal do Amazonas e ao Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia pela acolhida. Agradeço a todos os professores e a todas as professoras e às suas disciplinas, as quais contribuíram diretamente e indiretamente para essa pesquisa. Em especial sou grato à minha orientadora, Prof. Yoshiko Sasaki, por aceitar o desafio de me auxiliar na dissertação quando estive à deriva ao me encontrar sem orientador. Agradeço por ter me acompanhado desde a disciplina de Seminário de Pesquisa I. Obrigado pelos ralhos pedagógicos, pelos conselhos e por compartilhar a sua grande experiência sobre o mundo da pesquisa comigo. Muito obrigado!

Agradeço a toda minha família, minha mãe, Isabel Nunes da Silva (*In Memoriam*), meu pai Valci Ferreira da Silva, por nunca terem desistido de mim, pelo apoio, por me fazerem acreditar que a educação liberta. Eles, enquanto trabalhadores (as) e pertencentes à classe popular, sacrificaram tudo para que seus filhos e netos pudessem ter casa, comida na mesa, e educação. Meus pais sempre acreditaram em dias melhores.

Agradeço aos amigos que fiz ao longo da pós-graduação na Universidade Federal do Amazonas: Lorena, Marcele, Irvana, amigas que vou levar para a vida toda e que, nos momentos mais difíceis das disciplinas do mestrado, estavam lá para presta apoio e solidariedade através do nosso bordão: “*Ninguém solta a mão de ninguém*”. Meu muito obrigado!

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), cujo apoio financeiro foi imprescindível para a conclusão dessa pesquisa. Por meio da bolsa de estudos me possibilitaram a focar apenas nos meus estudos, além de terem contribuído para a aquisição dos materiais necessários, para viagens de campo e para compra de livros.

Agradeço imensamente aos meus colaboradores e colaboradoras da pesquisa: Ana Zerina Gama, Dilza Azevedo Marialva, Valcira Fonseca de Souza, Luís Alberto Mendes, José Carlos da Neves, Maria das Graças Costa, Wilson Ferreira da Silva, que abriram as suas casas e seus corações para ajudarem nesta pesquisa. Um viva para a classe trabalhadora, seja no passado ou no presente. A classe popular resiste.

Essa jornada não foi fácil e sozinho ninguém chega a lugar nenhum, por sorte, encontrei pessoas ao longo do caminho que me apoiaram e não me deixaram desistir. Sou grato a todos e todas que fizeram parte desse processo.

## RESUMO

Esta dissertação procura relacionar as experiências em comum, assim como as suas diferenças, no trabalho de homens e mulheres na fábrica Fabriljuta, uma instalação de beneficiamento de fios e sacas de juta, durante a década de 1970 a 1980, período conhecido pela economia da juta. Trata-se de um trabalho sobre um período considerado significativo para o imaginário da população local e regional construídas a partir das narrativas orais daqueles que fizeram parte desse período da história do Amazonas e de Parintins. Dessa forma, essa pesquisa adentra no campo interdisciplinar da história e da sociologia apresentar o processo histórico da economia da juta na Amazônia a partir de seus atores sociais. Portanto, pretendemos não apenas identificar esses sujeitos, mas entender todo processo que os levou a trabalhar em uma fábrica de fiação de juta, ou seja, interessa-nos o antes, o durante e o depois de suas experiências fabris, para, então evidenciarmos o impacto e as contradições das mudanças econômicas, sociais e culturais nas suas vidas e no seu cotidiano.

**Palavras-chave:** Experiência; Trabalho; Gênero; Fabriljuta; Parintins.

## **ABSTRACT**

### **THE EXPERIENCES OF FABRILJUTA WORKERS IN PARINTINS - AM**

This dissertation seeks to relate the common experiences, as well as their differences, in the work of men and women at the Fabriljuta factory, a facility for processing jute yarn and sacks, during the 1970s and 1980s, a period known for its jute economy. This is a study of a period considered significant in the imagination of the local and regional population, based on the oral narratives of those who were part of this period in the history of Amazonas and Parintins. In this way, this research enters the interdisciplinary field of history and sociology to present the historical process of the jute economy in the Amazon from the point of view of its social actors. In other words, we are interested in the before, during and after of their factory experiences, so that we can highlight the impact and contradictions of the economic, social and cultural changes in their lives and daily lives.

**Keywords:** Experience, work, gender, Fabriljuta, Parintins.

## **LISTAS DE SIGLAS**

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE)

Banco da Amazônia S. A. (BASA)

Companhia Fabril de Juta Parintins (FABRILJUTA)

Companhia Nacional de Tecidos de Juta (CNTJ)

Companhia Industrial Amazonense (CIA)

Companhia Têxtil da Amazônia (CATA)

Câmara municipal de Parintins (CMP)

Fábrica de fiação e Tecelagem de juta de Santarém (TECEJUTA)

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Junta de Conciliação de Julgamento de Parintins (JCJP)

Zona Franca de Manaus (ZFM)

Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA)

Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)

Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Localização de Parintins-AM. ....	14
Imagem 2: Fabriljuta, s/d.....	15
Imagem 3: Anúncio sobre a instalação da Fabriljuta.....	45
Imagem 4: Parintins a cidade modelo. ....	47
Imagem 5: Maquete da Companhia Fabril de Juta Parintins - Fabriljuta.....	48
Imagem 6: Área onde seria construída a Companhia Fabril de Juta Parintins – Fabriljuta com destaque para a placa do BNDE, s/d.....	49
Imagem 7: Ana Zerina Gama dos Santos, 2023. ....	54
Imagem 8: Dilza Azevedo Marialva, 2023. ....	55
Imagem 9: Valcira Fonseca de Souza, 2023. ....	56
Imagem 10: Luís Alberto Mendes de Carvalho, 2024.....	58
Imagem 11: Teresa Santos de Moura, 2024.....	60
Imagem 12: Wilson Ferreira da Silva, 2024. ....	61
Imagem 13: Trabalhador do setor de fiação e o gerente da Fabriljuta Bill Sturock, s/d. ....	69
Imagem 14: Carteira de Trabalho de José Carlos das Neves Farias, 2024.....	74
Imagem 15: Carteira de Trabalho de Luis Alberto Mendes de Carvalho, 2024.....	75
Imagem 16: Carteira de Trabalho de Valcira Fonseca de Souza, 2023. ....	85
Imagem 17: Pauta de Audiência – Processo nº 235/80 .....	109

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Os maiores produtos de juta na região Amazônica no ano de 1965. ....	39
Tabela 2 – Dados quantitativos de homens e mulheres na indústria de transformação.....	87

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>CAPÍTULO 1 – FABRILJUTA UMA INDÚSTRIA DA DITADURA CIVIL-MILITAR: SITUANDO A AMAZÔNIA E OS GRANDES PROJETOS ECONÔMICOS REGIONAIS</b> .....	24
1.1 O GOVERNO MILITAR E O ALINHAMENTO CAPITALISTA DE ESTADO .....	24
1.2 A INDÚSTRIA TÊXTIL DE JUTA: DO CENÁRIO NACIONAL AO REGIONAL .....	32
1.3 A IMPRESSA DO AMAZONAS E A FUNDAÇÃO DA FABRILJUTA: POR QUE PARINTINS? .....	42
<b>CAPÍTULO 2 – TECENDO MEMÓRIAS: AS TRAJETÓRIAS DOS/DAS TRABALHADORES/AS ATÉ A FABRILJUTA</b> .....	53
2.1 MEMÓRIAS E TRAJETÓRIAS DE VIDA DE TRABALHADORES/AS DA FABRILJUTA. ....	53
2.1.1 Ana Zerina Gama dos Santos .....	53
2.1.2 Dilza Azevedo Marialva.....	55
2.1.3 Valcira Fonseca de Souza .....	56
2.1.4 Luís Alberto Mendes de Carvalho.....	57
2.1.5 José Carlos das Neves Farias .....	58
2.1.6 Maria da Graça Costa da Silva.....	59
2.1.7 Teresa dos Santos de Moura.....	60
2.1.8 Wilson Ferreira da Silva.....	61
2.2 DELINEANDO AS ORIGENS DOS/AS TRABALHADORES/AS: A VIDA ANTES DA FÁBRICA .....	62
2.3 DE TRABALHADOR/A RURAL À TRABALHADOR/A URBANO .....	68
<b>CAPÍTULO 3 – REFLETINDO SOBRE AS EXPERIÊNCIAS DE TRABALHADORES/AS DA FABRILJUTA</b> .....	84
3.1 AS TRABALHADORAS DA FABRILJUTA: UMA OUTRA DIMENSÃO.....	84
3.2 O TRABALHO NA FABRILJUTA COMO FORMA DE IDENTIDADE.....	94
3.3 A RESISTÊNCIA DO/A TRABALHADOR/A CONTRA A EXPLORAÇÃO TRABALHISTA NA FABRILJUTA .....	105
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	111
<b>FONTES</b> .....	114
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	116
<b>APÊNDICES</b> .....	122

## INTRODUÇÃO

O foco desta pesquisa é desvelar as experiências dos/as trabalhadores/as da Fabriljuta, entre as décadas de 1970 a 1980, através da história oral, relacionando as suas trajetórias, memórias, experiências e vivências sobre o mundo do trabalho fabril em todas as dimensões produtiva e improdutiva que geravam valor para o capitalismo. O trabalho realizado nesta fábrica é considerado significativo para o imaginário da população local e regional, como podemos observar nas narrativas orais criadas sobre esse momento da história do Amazonas e de Parintins. O tema da juta ainda é discutido de maneira pouco aprofundado, principalmente em relação aos trabalhadores e às trabalhadoras desse período.

Segundo Homma (2009, p. 122) “o primeiro processo de agroindustrialização<sup>1</sup> na Amazônia foi iniciado com o beneficiamento da fibra de juta com a instalação de fábricas de fiação e tecelagem em Castanhal, Belém, Santarém e Manaus”. Nesse excerto é evidenciado pelo autor as plantações de juta escoraram a economia do Amazonas no espaço de tempo entre a decadência da borracha e a implementação da Zona Franca de Manaus – ZFM. Entretanto, a pergunta que fazemos é: onde estão os/as trabalhadores/as que sustentaram essa economia? Para respondermos esse questionamento, buscamos descentralizar e desconstruir a ideia de “ciclos econômicos” focados no capital e destacar homens e mulheres como agentes históricos, para desconstruirmos a ideia de vazio e a lacuna entre o período da borracha e a Zona Franca.

Nesse sentido, elegemos os seguintes problemas norteadores: qual a origem desses/dessas trabalhadores/ as? E como é o relato dos trabalhos realizados na Fabriljuta nos anos 1970, quando a fábrica estava em funcionamento, e após 1980 quando ela fechou? Como o/a trabalhador/a apresentam no tempo presente a suas experiências construídas a partir da Fabriljuta?

Após a problematização que envolve as experiências dos/as trabalhadores/as da fábrica, foi necessário apresentar os seguintes objetivos: 1) identificar a Fabriljuta como um dos projetos de desenvolvimento regional organizados pela ditadura civil-militar no Amazonas; 2) refletir

---

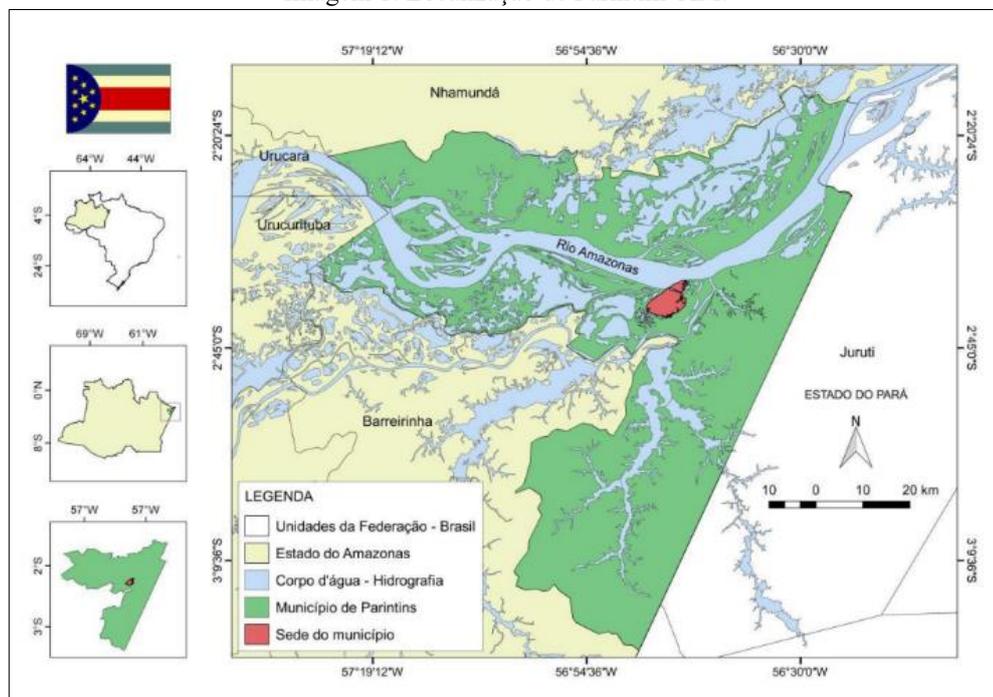
<sup>1</sup> É importante frisar que dentro dessa agroindustrialização da juta existe uma diferença entre os armazéns, que prensavam a fibra de juta, e as fábricas, que manufaturavam a matéria-prima. A fábrica era a única que possuía uma linha de produção para a confecção do produto, contudo, em Parintins, existiu apenas uma fábrica de tecelagem nos moldes do capitalismo industrial. O autor Renan Freitas Pinto (1982) problematiza essa estrutura de produção mercantil simples da juta no Amazonas. Ver mais em: PINTO, Renan Freitas. **Os Trabalhadores da Juta: estudo sobre a constituição da produção mercantil simples no médio Solimões**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1982.

sobre a experiências dos/as trabalhadores/as da fábrica; 3) analisar a organização e a resistência dos/as trabalhadores/as por meio da sua memória pessoal.

Buscamos, dessa forma, não apenas identificar esses sujeitos, mas entender todo processo que os levou para uma fábrica de fiação de juta, ou seja, antes, durante e depois da sua experiência fabril. Evidenciando o impacto e as contradições das mudanças econômicas, sociais e culturais nas suas vidas e no seu cotidiano.

Esta pesquisa tem como delimitação espacial e temporal a existência da Fabriljuta na cidade de Parintins (AM), que está localizada na Mesorregião do centro Amazonense que, por sua vez, está constituída pela Microrregião do mesmo nome, formada por municípios vizinhos como Barreirinha, Nhamundá, Urucará, São Sebastião do Uatumã e Maués. Parintins encontra-se a leste do Estado do Amazonas, à margem direita do rio Amazonas, com uma população de 96.372 habitantes, segundo o último censo do IBGE de 2022, numa área de 5.992 km<sup>2</sup>, com fronteiras a oeste com Urucurituba, Norte, Nhamundá; Leste, Terra Santa e Juruti, no Pará; e ao sul, Barreirinha.<sup>2</sup>

Imagem 1: Localização de Parintins-AM.



Fonte: IBGE, 2010. Organizador. Rildo Oliveira Marques, 2017.

<sup>2</sup> Prefeitura Municipal de Parintins. **Conheça Parintins**. Disponível em: <https://parintins.am.gov.br/>. Acesso: 22 ago. 2023.

Na década de 1960, a Fabriljuta foi instalada na estrada do Paranema, no bairro São José<sup>3</sup>. O prédio continua existindo até os dias hoje e atualmente funciona como um galpão da agremiação folclórica Boi Bumbá Garantido.

A cidade foi escolhida como local da pesquisa exatamente por receber a indústria de tecelagem que atuou por duas décadas em Parintins. Essa pesquisa tem com intuito destacar a memória sobre esse período e como forma de dar continuidade ao trabalho de conclusão de curso da graduação em história, intitulado “História e Memória: experiências e relações de trabalho dos operários da Fabriljuta (1960-1980) em Parintins, quando tivemos o primeiro contato com o tema.

Imagem 2: Fabriljuta, s/d



Fonte: Fotografia cedida por Ellen Cansanção, 2023.

Esta cidade, segundo os dados do IBGE de 1960, possuía uma população de aproximadamente 27.525 habitantes, dos quais 75% concentrava-se na zona rural, onde a maioria dependia da produção da juta nas áreas de várzeas e de outras culturas de subsistência. Os outros 25% da população estava instalado na zona urbana, a qual encontrava-se em processo de expansão (Souza, 2013).

---

<sup>3</sup> Casa dos Dados. **Companhia Fabril de Juta Parintins Fabriljuta - 04.594.263/0001-27** Disponível em: <https://casadosdados.com.br/solucao/cnpj/companhia-fabril-de-juta-parintins-fabriljuta-04594263000127> Acesso em 25 out. 2023.

Ao compararmos com o censo do IBGE<sup>4</sup> de 2010, a população de Parintins era de 102.033 habitantes, 69.890 moravam na área urbana e 32.143 na área rural, ou seja, inverte-se o fluxo da população concentrando na área urbana, o qual chega a 68,5%. E, ao fazer essa relação demográfica ao longo da formação urbana e econômica local e regional., podemos perceber o movimento migratório entre campo e cidade e vice-versa, utilizamos os dados de 2010 devido às inconsistências com os números do censo do IBGE de 2022, nos quais estavam ausentes as informações sobre a população rural e urbana. Essa apuração é necessária para apontar as mudanças sociais e econômicas na cidade conforme as transformações conjecturais do município.

De acordo com Saunier (2003, p. 177), mais de 800 operários/as chegaram a trabalhar na Fabriljuta no início da sua instalação na década de 1970 . Nesse momento, os maquinários eram importados da Irlanda e o foco da produção era atender os mercados da América do Sul. O número de trabalhadores não tem embasamento em registros oficiais, dispomos apenas de uma especulação do autor citado anteriormente dados estes que nos dão margem para desconstruir narrativas oficiais perante a análise conjectural da fábrica.

Ao apresentar as memórias desses agentes, novas percepções são reveladas e problematizadas sobre a Fabriljuta e sobre a experiência dos/das trabalhadores/as que nela atuaram. Desse modo, utilizamos uma abordagem teórico-metodológica que vai além de uma visão restrita e oficial, dessa forma usaremos as reflexões de Edward Palmer Thompson sobre a história vista de baixo, cujo foco será as ações dos trabalhadores e trabalhadoras dentro do processo histórico.

Campos (2011, p. 02) afirma que ao refletir sobre conceito de experiência como parte do processo histórico “o conceito de experiência serviria para Thompson como um modelo unificador das ações dos trabalhadores”, que se forma numa vida social atrelada à dimensão do trabalho, interligado à ideia de ocupação e de disputas de espaços ao longo da história. Logo, por meio da ação, relação e organização da classe trabalhadora com mundo material, a noção de construção de direitos é desenvolvida.

Desse modo, Thompson apresenta uma abordagem a partir do materialismo histórico e cultural, possibilitando ampliar a compreensão a respeito dos sujeitos e da construção das suas experiências que são ditadas por pressões das estruturas econômicas no tempo histórico e social.

---

<sup>4</sup> Dados obtidos pelo site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. População Censo 2010 e 2022. Disponível em <https://www.cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 25 de outubro de 2023.

Portanto, abordaremos o objeto dessa pesquisa por meio da problematização dialética sobre realidade concreta.

Esses sujeitos que elegemos como participantes da pesquisa são homens e mulheres que atuaram dentro da fábrica entre o período de 1970 a 1980, em setores de classificação, armazenamento, máquinas de fiação, administrativo, etc.

Nossa mostra de participantes se soma em 8 recordadores<sup>5</sup> que contribuíram com essa pesquisa e nos permitiram desenvolvê-la através da análise das suas trajetórias de vida. Os/as ex-trabalhadores/as da Fabriljuta são pessoas que atualmente são idosas, estão entre os seus 60 e 80 anos, por isso, suas lembranças, sejam elas positivas ou negativas enquanto trabalhadores/as fabris, dependem da representação e da importância que essas narrativas possuem no presente sobre um contexto que envolve os sujeitos e sujetas e as instituições sociais, resultando em alterações na invocação do passado. Entre os/as participantes estão: Ana Zerina Gama dos Santos; Dilza Azevedo Marialva; Valcira Fonseca de Souza; Teresa dos Santos de Moura; Luís Alberto Mendes Carvalho; José Carlos das Neves Farias; Maria das Graças Costa da Silva; Wilson Ferreira da Silva.

Como o viés escolhido foi o de testemunhos, entendemos que os procedimentos operativos para essa coleta de dados dependem da perspectiva da história oral como fonte primária para interpretação das memórias. Nesse sentido “a história oral destaca o cotidiano, família, emoções, gestos, e o não dito, das mais diversas camadas sociais” (Alberti, 2011, p. 166).

Além das fontes orais, também utilizamos jornais como fonte secundária para contextualizar a cidade de Parintins e a instalação da fábrica na década de 1960, indicando também a representação do trabalhador no jornal local no período final de funcionamento da fábrica. Segundo Teles (2015), a imprensa como fonte de análise histórica se apresenta como uma oportunidade para desconstruir e reconstruir fatos e acontecimentos relacionados a um período e espaço, durante o qual se desenvolveu a mentalidade, cultura e formação política de pessoas comuns e as suas experiências no cotidiano. Assim, os periódicos nos ajudam a refletir sobre a economia da juta e as contradições geradas nessa conjuntura e como elas afetaram os costumes e a mentalidade de homens e mulheres que trabalharam na Fabriljuta.

---

<sup>5</sup> Termo usado por Ecléia Bosi para designar “aqueles que lembram”. Essa pesquisa utilizará desse termo para especificar aqueles que cederam as entrevistas para analisar as memórias sobre as experiências dos trabalhadores da Fabriljuta. BOSI, Ecléia. **Memória e Sociedade: Lembranças de velhos** -20ª ed.- São Paulo. Companhia das letras, 2023.

É importante levar em consideração a formação sócio-histórica dos/as trabalhadores/as a partir da construção de uma memória coletiva sobre a Fabriljuta, para evidenciar o curto período de atuação da fábrica e o reflexo dela sobre eles. Nessas narrativas emergem suas experiências numa indústria têxtil que se diferenciam ao ser comprada aos demais ofícios que também se destacavam na época. Isso nos revela, portanto, outro olhar sobre esses/as sujeitos/as.

De acordo com Mahar (1978 p. 52), “durante os períodos censitários de 1940/50, 1950/1960 e 1960/70, a taxa de crescimento da população do Norte aproximou-se da taxa nacional ou ultrapassou-se literalmente”. Ao entender sobre a força de trabalho na Amazônia, a população regional e aqueles que eram de fato economicamente ativos durante o período das políticas governamentais na década de 1970, o autor elucida que a população girava em torno de 7 milhões, declinando para 3 milhões ao longo desse tempo. Os principais núcleos populacionais concentravam-se nas capitais e nas cidades médias, localizadas nos mais importantes afluentes. Essa disposição geográfica mobilizou o aumento populacional de cidades ao incentivar a imigração interna da zona rural para urbana.

Dessa forma, podemos localizar os sujeitos que produziram memórias a partir de uma fábrica de fiação de juta em Parintins, e deslindar o processo histórico que moldou homens e mulheres a partir do seu cotidiano neste trabalho. Portanto, ao abordar as práticas rotineira, que produziram as lembranças no tempo presente, é imperativo esclarecer a seguinte questão: o que é a experiência trabalhadora?

Para responder essa pergunta é imprescindível problematizar a categoria experiência e como ela se manifesta na historiografia a partir da abordagem teórico-metodológica do materialismo histórico e cultural sob a perspectiva de Thompson (1981), a qual possibilita levantar questões sobre a história social do trabalho. Para Santos (2019, p. 13), ela pode ser compreendida a partir da interpretação thompsoniana da construção da experiência de trabalhadores/as.

Thompson (1981) acredita que para estudar os operários da Inglaterra no final do século XVIII e início do XIX também devemos reconhecer a importância de destacar os excluídos da história. Além disso, devemos alargar o sentido do trabalho, relacionando-o à ideia de co-determinação, que surge das condições em que o sujeito está inserido, pois, de acordo com este autor, a experiência produz a classe trabalhadora, assim como a vivência constrói as angústias e as formas de resistências. Portanto, o trabalhador, como parte de uma classe social, busca interesses em comuns com os seus pares e diverge contra aqueles que diferem das suas reivindicações.

Em outras palavras, a experiência do trabalhador é social e historicamente produzida de forma subjetiva, a partir dos eventos que ocorrem no tempo e em determinado espaço. São resultados de múltiplas relações sociais que, ao longo de um processo histórico, apresenta-nos ruptura e permanências em acontecimentos semelhantes que ocorrem nas mais diversas conjunturas temporais.

Para Thompson (1981, p. 16) “a experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge de homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais e refletem sobre o que acontecem a eles e ao seu mundo”. Isto é, a construção do ser e a sua consciência social estão interligados, e a relação não se dá como algo pronto e acabado, mas como algo socialmente construído. Questionar a realidade não seria função apenas daquelas que buscam entender o mundo e as ações do ser humano, mas, sim, de todos que estão inseridos em uma sociedade que acumulam vivências e aprendem com ela.

Nesse sentido podemos perceber como as transformações no ser social resultam na construção de experiências que moldam a consciência do sujeito. Thompson conceitualiza a construção da experiência como uma força que atua dentro dos acontecimentos históricos e sociais e, que por sua vez, transforma os sujeitos, ou seja, ela atua diretamente na sua maneira de agir, pensar e ser. Desse modo, velhos e novos questionamentos podem ser indagados.

Sob a visão de Thompson (1981, p. 17) “assim como o ser é pensado, também é vivido, as pessoas podem, dentro de limites, viver as expectativas sociais ou sexuais que lhe são impostas pelas categorias conceptuais dominantes”. Portanto, devemos pensar o conceito de experiência por meio de numa análise concreta e abstrata para entender a totalidade de sua conjuntura histórica.

Logo, Thompson (1981, p. 111) critica a análise da classe trabalhadora por um viés estruturalista e economicista. Ele rechaça a visão althusseriana, na qual predomina uma ausência de experiências humanas, tendo em vista que Thompson entende que homens e mulheres são sujeitos que vivenciam as mais diversas situações produzidas histórica e socialmente a partir do seu cotidiano, resultando em lidas culturalmente particulares. Esses agentes reivindicam os seus espaços e direitos de forma independentes, seja através de estruturas de classes e as suas determinações ou não.

Porém, a experiência é constituída no cotidiano, o que significa, dessa forma, entender a importância desse termo e como as vivências colaboram para a constituição do modo de vida do sujeito. Localizar o/a trabalhador/a no tempo e no espaço a partir da sua cotidianidade torna-se relevante para evitar que ele seja excluído do protagonismo da sua própria história. As ideias de Lefebvre (1991, p. 5) preconizam que o cotidiano pode ser exibido não apenas como uma

rotina repetitiva dos aspectos diários da vida privada, mas como um espaço de transformações e diferenciações sociais de uma sociedade ou de um grupo.

Contudo, as pessoas comuns são excluídas do processo histórico e a suas vidas são ignoradas, isto é, “você não encontra muita coisa sobre a maneira como pessoas sem importância viveram esse dia: suas ocupações, seus trabalhos e divertimentos” (Lefebvre, 1991, pp. 5-6). É demonstrada a estima de apontar os aspectos costumeiros de homens e mulheres dentro das narrativas, procurando semelhanças nas suas interações dentro da realidade concreta para compreender um processo histórico.

Em outras palavras, queremos comprovar que as transformações na sociedade são sentidas pela cotidianidade que envolve o sujeito. Ao trazer a ideia de cotidiano a partir do pensamento de Lefebvre, pretendemos analisar as práticas e os comportamentos que aparentam não ter significância, mas que estão atrelados a uma conjuntura histórica, como é o caso do grupo de trabalhadores de uma fábrica de fios de juta que produziu experiências a partir de acontecimentos no seu dia a dia.

Foi no ambiente da fábrica, instaurada em uma cidade, que o fazer-se trabalhadores da Fabriljuta se ergueu. Oseki (1996, p. 109), ao analisar a produção do espaço sob a ótica de Lefebvre, destaca a constituição do sujeito que ocupa um espaço dentro dos meios de produção capitalista, por meio dos quais o trabalhador é alienado por meio da prática do trabalho.

Para Marx (1964, p.159) a alienação do trabalho dentro capitalismo ocorre quando a força de trabalho se torna objetificada, transformando-se em mercadoria, tornando-se desumanizada, opressora e estranha aos/às trabalhadores/as. Portanto, potencialidade de trabalhador e formadora do trabalho e como parte da vida de homens e mulheres é excluída para que essas pessoas, então, se sujeitem a um padrão de comportamentos repetitivos com intuito apenas de garantir sua subsistência. Marx alerta que dentro de uma estrutura dominadora e impiedosa como é a do sistema capitalista, as pessoas não têm a possibilidade de viver, mas apenas sobreviver.

É nesse espaço de exploração e alienação no qual as experiências de trabalhadores/as são produzidas e refletidas na estrutura econômica, social e política de divisão de classes e na concentração dos meios de produção. O capitalismo-estadista, ou seja, aquele que é administrado pelo capital e pelo Estado, apropria-se do cotidiano adaptando-se ao lugar em que se instala ou seja a cidade, através do processo de urbanização e de introdução do capital (Oseki, 1996, p. 114).

Portanto, proporcionaremos, ao longo dos próximos capítulos, as experiências dos/as sujeitos e as sujeitas como parte do processo histórico responsável por produzir as memórias

sobre o dentro do mundo do trabalho. Seguiremos a abordagem do materialismo-histórico e cultural por relacionar os modos de vida, conectando as relações produtivas da força de trabalho ao seu cotidiano familiar. Portanto, através da perspectiva de Thompson (1981, p. 188) será abordado as condições específicas de uma cultura e a partir de valores socialmente construídos como normas, obrigações familiares, doutrinas religiosas, etc.

Ao desvelar as experiências dos/as trabalhadores/as da Fabriljuta iremos nos aprofundar nas memórias dos sujeitos e das sujeitas que vivenciaram esse período, para tal registramos a voz, a vida e o pensamento de atores sociais que, dentro do seu cotidiano familiar ou grupal, produziram lembranças sobre a sua trajetória vida, especificamente com o início de uma companhia tecelagem de fios juta em Parintins.

Vale ressaltarmos que as experiências de trabalhadores/as na Fabriljuta foram arquitetadas também por mulheres, ou seja, abordaremos a questão de gênero e a produção da desigualdade entre o trabalhador e a trabalhadora da Fabriljuta durante suas respectivas experiências. Souza-lobo (2021, p. 84) reflete sobre a classe trabalhadora, destacando a presença do sexo feminino nas fábricas a começar por suas trajetórias de vida. A divisão sexual do trabalho produziu diferentes tipos de relações sociais dentro e fora do ambiente fabril. Para as mulheres, o mundo do trabalho passou ter outro sentido, pois foi desdobrado em múltiplas jornadas, entrelaçadas a uma ideia de determinação patriarcalista, que e atrelava ao trabalho doméstico não renumerado e o assalariado, embora ambos fossem induzidos pelo capitalismo.

Assinalamos para uma multiplicidade de implicações sobre o trabalho feminino ao longo da história, incluindo a pseudo ideia de determinismo biológico e social, ideias por meio das quais se buscava invisibilizar o trabalho realizado pelas mulheres e a ignorar as desigualdades que o envolvia. As desigualdades de trabalho estiveram presente em todos os espaços e os ofícios, quer fossem oriundos de situações que envolviam tarefas renumeradas ou não.

Portanto, na dissertação abordaremos homens e mulheres atentando para as experiências e o reflexo delas dentro e fora da fábrica da qual nos ocupamos.

Decca (1995, p. 7) denuncia as condições do espaço fabril que, desde o século XVI, eram chamados de “fábricas-prisões, fabricas conventos, fábricas sem salários, que aos nossos olhos adquirem um aspecto caricatural, foram sonhos realizados por patrões e que se tornaram possível esse espetáculo atual da glorificação do trabalho”. Ou seja, para o autor a própria mentalidade do/a trabalhador/a era condicionada para pensar positivamente sobre o trabalho e a fábrica, para relacionar o trabalho à ideia de progresso, produtividade, sobretudo por conta da presença do maquinário como um aparato tecnológico e moderno.

Portanto, o conceito de trabalho nas fábricas, sob a estrutura capitalista, estava relacionado, segundo Decca (1995) à aproximação de homens e mulheres pobres ao mundo burguês a partir do século XVIII. Entretanto, o autor desconstrói essa ideia, afirmando que essa introdução ocorreu por uma organização e uma disciplinarização do trabalho e do trabalhador (a) para a produção de exercentes não pagos pelos patrões, resultando em pressões e ações de resistências dos sujeitos e sujeitas vivenciavam essas condições.

Como resultado, ao longo dos capítulos, alguns aspectos e categorias de análise que serão aprofundadas, tais como memória, gênero, experiências e trabalho. Esses termos se auxiliam na constituição das relações sociais e de poder que impactaram a vida dos sujeitos e sujeitas que estiveram envolvidos/as no mundo do trabalho fabril na cidade de Parintins durante a década de 1970 a 1980, período marcado pela ditadura civil-militar ou empresarial-militar. Para deixar mais claro o uso dessas duas nomenclaturas que ainda geram debates na historiografia, apelamos para Fico (2017) que entende que vários termos foram produzidos para designar esse momento da história. O autor abre uma discussão a respeito dos termos que seriam aceitáveis, sem reduzir a responsabilidade dos militares ou dos setores que o apoiavam, durante o golpe e depois dele.

Assim, a dissertação está dividida em três capítulos : no primeiro capítulo é abordado o contexto histórico da economia da juta e o surgimento das fábricas de tecelagem da fibra de juta; intitulado “Fábrica juta, uma indústria da ditadura civil-militar: situando a Amazônia e os grandes projetos econômicos regionais”, nessa parte serão apresentadas as políticas econômicas para Amazônia postas em marcha na segunda metade do século XX e que contribuíram para a transformação social, cultural da população regional, os chamados “projetos de desenvolvimento para Amazônia”.

Marcaremos os efeitos deste discurso oficial que pregava “o progresso a todo o custo” que se materializou durante da ditadura civil-militar ou empresarial militar, que impactou diretamente a fundação da Fábrica juta. Também abordaremos outro aspecto: o surgimento das primeiras indústrias de tecelagem de fios juta no Brasil até a estabilização da produção na região norte.

No segundo capítulo, “Tecendo memórias: as trajetórias dos/das trabalhadores/ as”, são exibidos os sujeitos e as sujeitas selecionados, assim como outros elementos de composição da pesquisa e o local da entrevista. Além de delinear quem são os/as trabalhadores/as e as suas respectivas origens, traçamos os seus percursos pessoais progressos até as suas atuações na linha de produção da fábrica e o início das suas experiências no trabalho fabril sob disciplina imposta pelo capitalismo industrial.

No terceiro capítulo, intitulado “Refletindo sobre as experiências de trabalhadores/ as da Fabriljuta”, interpela sobre as experiências das trabalhadoras já que, como destaca Souza-Lobo (2021), a fábrica tem dois sexos, uma vez que as experiências de trabalho são diferentes para as mulheres. Nesse contexto, o trabalho acaba modificando o seu comportamento e a sua mentalidade e, ao mesmo tempo, ele revela as desigualdades de gênero que, neste caso específico, diz respeito à inserção dessas trabalhadoras na linha de produção da Fabriljuta, mas também na vida fora dela. Outro aspecto a ser apontado são as formas de identificação com o trabalho realizado na Fabriljuta que nos é proporcionado através das falas das testemunhas, manifestar-se as relações de poder e os conflitos dos sujeitos e das sujeitas que adentraram na tecelagem e resistem ao padrão de disciplinamento e à pressão exercida pelo capitalismo industrial que os explorou.

Portanto, desejo a você uma boa leitura, e que possamos refletir sobre o mundo do trabalho através das histórias e das memórias de homens e mulheres. À vista disso, podemos para conhecer as experiências, os desafios e as formas de resistências daqueles/as que produziram a riqueza de um período histórico conhecido como “economia da juta na Amazônia”, mas que, até este momento, as suas vozes ainda não haviam sido destacadas.

## **1. FABRILJUTA UMA INDUSTRIA DA DITADURA CIVIL-MILITAR: SITUANDO A AMAZÔNIA E OS GRANDES PROJETOS ECONÔMICOS REGIONAIS**

Nesse capítulo será indagado o contexto histórico que envolveu a atuação da Fabriljuta, inserida nos grandes projetos de desenvolvimento econômico para a Amazônia durante as décadas de 1960 a 1980, período no qual prevaleceu, por meio de um golpe de Estado, a ditadura civil-militar no Brasil. Assim, discorreremos sobre a introdução do capital na região norte e as modificações da mão-de-obra amazônica pelo capitalismo. Também discorreremos a respeito da organização da agroindustrialização da fibra de juta do cenário nacional ao regional para entendemos, então, a escolha de Parintins como sede de uma fábrica de tecelagem de juta, através da análise do jornal do comércio.

### **1.1 O GOVERNO MILITAR E O ALINHAMENTO CAPITALISTA DE ESTADO**

Para captar como uma indústria de fios de juta se instalou e produziu as experiências de trabalhadores/ as na cidade de Parintins(AM) sob a contradição do capitalismo, é imperativo entender que essa cidade está na região da Amazônia legal, ou seja, dentro do território nacional brasileiro. Dessa forma, é significativo situar histórica, social, política e economicamente as transformações ocorridas nesse território e como a população amazônica foi afetada por essas mudanças durante os anos de 1950 até 1970.

Mas, antes de problematizar as políticas econômicas e a ocupação da Amazônia junto à introdução de estruturas de produção capitalista na região durante os governos da ditadura empresarial-militar, é imprescindível evidenciar como estava esse território anteriormente. Loureiro (1992, p.11) nos explica que:

Durante os anos 40 e mesmo até o final dos anos 50, grandes extensões de terras rurais na Amazônia gozavam ainda de condição de serem bens relativamente “livres” do ponto de vista de estarem passíveis de serem trabalhadas sem disputas, por pequenos posseiros (moradores, sem títulos de propriedade de terra) em geral, naturais da região.

Em outras palavras, a expansão das fronteiras econômicas e territorial na região norte até a década de 1950 embora lenta e sem conflitos generalizados sobre a terra, pois a população local ainda tinha controle sobre o território, mesmo que não oficialmente.

Antes da investida do capital na região, “o homem natural da Amazônia vivia secularmente à beira de rios e igarapés, seja nas cidades, vilas ou povoados – Todos eles a

margem dos cursos d'água [...]” (Loureiro, 1992, p. 16) Dessa maneira, a autora defende que até a década de 1950 as terras do norte do país a não tiveram o seu modo de vida regional alterados, mesmo após as ondas migratórias que atraíram pessoas para este território e que ocorreram durante o primeiro período da borracha. Essas migrações foram oscilantes, uma vez que se deram em pequenas proporções e em áreas específicas.

Como podemos observar, a Amazônia é mais que um território, ela é também formada por sujeitos/as que até 1950 estavam atrelados a uma estrutura produtiva desigual. Essa estrutura tinha em sua forma uma espécie de combinação, pois não abrangia apenas o capitalismo clássico de exploração, mas uma forma diferente de abstrair valor da região Amazônica que não envolvia transações monetárias.

Loureiro (1992, p. 19) descreve a dimensão produtiva desses/as trabalhadores/as na década de 1950 da seguinte forma:

Sob a ótica do trabalho desenvolvidos pelos habitantes naturais das regiões interioranas da Amazônia na época, é importante destacar que as relações de produção vividas então eram menos estruturadas do ponto de vista capitalista e também por isso menos monetizada. E o homem no interior aplicava uma significativa parte do seu tempo útil à produção dos seus meios de vida. Nessa condição somente uma parcela restrita do tempo útil era aplicada à produção de mercadorias e atividades que, embora imprescindível à sobrevivência dos grupos sociais, mesmo naquela época, estava limitada pelas condições de mercado restrito e do acesso relativamente livre à natureza e seus bens. Assim, o tempo destinado ao trabalho pelo homem do interior se repartia de tal forma que privilegiava a produção e o reparo dos meios de vida (canoa, rede, etc.) e não a produção de mercadorias e sob essas condições, o trabalho humano estava ainda longe de ser a sua própria mercadoria.

Assim, temos uma dimensão da estrutura produtiva da população amazônica antes da entrada do capital. Violeta Loureiro (1992) salienta uma realidade, na qual o trabalho ainda não era uma mercadoria, mas uma atividade de subsistência. Portanto, nesse trecho são evidenciadas as especificidades da região em relação a outras áreas do Brasil naquele período. Os habitantes do interior da Amazônia legal não eram assalariados e nem reconheceram essa necessidade até 1950. Deste modo, o próprio capital, em sua forma tradicional, não chegava nas entranhas da floresta, mas se fazia presente por meio das práticas mercantis, por meio das quais produtos extrativistas rentáveis eram comercializados sem um envolvimento direto do dinheiro.

A base produtiva da economia amazônica e sua inserção no quadro da divisão internacional do trabalho até o final dos anos 50 pode ser apreendida, simplificadamente, pela análise de alguns números significativos. Em 1950, segundo dados do IBGE - Serviço Nacional de Recenseamento, a população economicamente ativa da região norte concentrava-se e dependia basicamente das atividades do Setor Primário – 68,6% (400.419 habitantes) de um local de apenas 584.032 hab., o Setor terciário expressava a situação das populações que habitavam as cidades e vilas- 4,3%

(141.862) enquanto o Setor Secundário abrigava apenas 7,1% (41.751 habitantes). Nesse quadro de atividades o setor Primário apresentava a seguinte distribuição em termos percentuais da população economicamente ativa: mais da metade – 57,9% possuíam lavouras, em sua totalidade de subsistência com que mantinham suas famílias e cujos excedentes econômicos abasteciam as cidades e vilas, 11% dedicavam-se à produção animal (principalmente à pesca artesanal e a criação de gado) e 30,5% da população dependiam da produção extrativista vegetal. A população vivia sobretudo no interior (LOUREIRO, 1992, p. 20).

Ao trazer os dados sobre a base produtiva da Amazônia Legal na década de 1950, a autora expõe uma população principalmente rural, concentrada nos interiores, vilas e nas poucas cidades da região. O setor primário era predominante e a relação entre o campo e a cidade só ocorria quando os/as sujeitos/as possuíam excedentes para vender. Para termos um exemplo de como isso ocorria, exibimos o relato de dona Valcira<sup>6</sup>. Valcira, antes de trabalhar Fabriljuta, trabalhou na plantação de seus pais, mas, apesar de ser uma produção agrícola autossuficiente e capaz de sustentar todos os membros da sua família, e conta que, para além disso, a circulação de dinheiro na zona rural era restrita e só ocorria quando tinham artigos de interesse comercial para ser trocados na cidade.

Loureiro (1992, pp. 23-24), ao divulgar dados do IBGE da década de 1950, frisa que a população nesse período tinha apenas 31,1% de seus habitantes na zona urbana, e as maiores cidades somavam em torno de 20 mil habitantes, o que correspondia apenas a 17,1%. Com o passar do tempo, o número da população aumentou, e em 1960, atingiu 37,7% e, em 1970, 45,1% da população já habitava as maiores cidades da Amazônia. Essas informações nos revelam a rápida transformação que ocorreu nesse território.

Temos um vislumbre sobre a configuração da Amazônia legal e da situação de seus habitantes naturais ( Loureiro, 1992), os quais viviam do extrativismo e se concentravam nas poucas cidades correspondentes. Ali, viviam um cotidiano tradicional sob o ponto de visto produtivo.

Sobre o cotidiano da população na região Amazônica até o final de 1950, Loureiro (1992, p. 29) afirma:

O cotidiano dessas famílias estava marcado pela íntima relação com a mata e o rio, por um baixo consumo em geral e pela insignificante presença de produtos de origem industrial, pelo caráter artesanal da quase totalidade dos meios de produção e pela inserção numa economia em quase parte da sobrevivência pessoal e familiar passava ao largo das transações com moedas.

---

<sup>6</sup> Valcira Fonseca de Souza, entrevista realizada em 27 de outubro de 2023, em sua residência em Parintins/AM.

Essa era Amazônia antes da ditadura do capital, que ocorreria em 1960 a 1970, a burguesia local e nacional não buscou dinamizar as junções de produção em relação ao setor industrial, mantendo-se apenas no setor primário, no qual o extrativismo predominava. Portanto, não houve nenhum interesse em se investir na região norte até o final de 1950, em outras palavras, o que existia na Amazônia, segundo Loureiro (1992, p. 41) era uma espécie de capital mercantil, por meio do qual os produtos extrativistas mais rentáveis eram explorados e exportados, como, por exemplo, a borracha, castanha, e, posteriormente, nas décadas de 1930 e 1940, a fibra da juta se tornaria um desses produtos.

O Estado era ausente até aquele momento e se resumia a atuar com poucos estímulos para as atividades produtivas, limitando-se a investir em infraestruturas como hospitais, postos de saúde, etc, que foram impulsionados pela criação da Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA) (Loureiro, 1992, p. 44). Além do mais, a Amazônia, social e economicamente, ainda era considerada um território isolado e não integrado ao resto do país, já que não dispunham de estradas que conectassem a região e careciam de políticas de desenvolvimento regional.

Ianni (1986, p. 56) comenta que a Amazônia esteve atrelada até aquele momento de sua história ao extrativismo, e que a presença do Estado começou a ser significativa somente entre 1940 a 1950, impulsionada pelo interesse na exploração da borracha (segundo período). Porém, nesse período já se fazia presente a preocupação em dinamizar as atividades econômicas da região, inclusive de introduzir a indústria na região.

Entretanto, mesmo com a criação de SPVEA em 1953, os estímulos diretos de expansão econômica continuaram restritos à produção extrativista, que resultou na criação do Banco da Borracha. Desse momento em diante, as mudanças começaram a ocorrer, pois o Banco da Borracha foi transformado em banco de crédito da Amazônia a partir da lei 1164 de 30 de agosto de 1950 (Ianni, 1986).

Observamos que até esse período o capital circulava de forma restrita na Amazônia e que isso mudou com o final da década de 1950 e início de 1960. Loureiro (1992), em seus estudos, reflete sobre a relação do Estado e do capital com a população amazônica que levaria a transformação da mão-de-obra de homens e mulheres que deixaram de trabalhar apenas para a sua subsistência, e passaram a produzir valor para o mercado.

Vale refletir que a população não entrou nessa equação em relação ao desenvolvimento regional, pois o Estado privilegiou apenas as mudanças econômicas que atendiam ao interesse do capitalismo em detrimento das questões sociais nas relações produtivas.

A respeito dessa transformação da mão de obra e a relação do Estado com a região, Loureiro (1992, p. 55) ressalta o seguinte:

Com relação à Amazônia, o Estado ora tem sido omissos com relação ao trabalho-do-ciclo-da borracha ao trabalho escravo hoje existente nas grandes fazendas, ora tem-se declarado abertamente em favor do capital, em parte pela aliança permanente entre Estado e grupos econômicos – regionais ou não – e, em parte, pela crença generalizada de que o progresso deve ser aplicação exclusiva do capital e não como fruto do trabalho humano.

O capital e o Estado passaram a ver o trabalho como uma mercadoria na Amazônia, e então, houve a abertura de estradas, exploração dos recursos minerais, agrícolas e industriais, entre outros fatores que condicionaram a “modernização” e a “integração” da região ao resto do país. O trabalhador amazônico foi visto apenas como mero gerador de valor para o mercado quando, na verdade, deveria se tratar de desenvolver a região.

Essa reflexão nos permite pensar sobre a construção das experiências dos/as trabalhadores da região Amazônica, que foram produzida de forma diferente do restante do Brasil, já que, segundo Loureiro (1992, p. 62), a partir de 1960 a população perde a sua liberdade e os recursos que tinham disponíveis foram expropriados pelo capital gerando ocupações violentas e conflitos fundiários.

A chamada “integração e ocupação das terras da Amazônia”, que aconteceram na segunda metade do século XX, trouxeram mudanças na política econômica do país. O capital, a classe dominante e o Estado, começaram a se articular para projetar a “modernização” do país a qualquer custo, o que fez com que a região norte passasse ser alvo de um interesse econômico e geopolítico.

A entrada do capital na Amazônia estava relacionada ao contexto de industrialização que ocorreu no Brasil na segunda metade do século XX. Segundo Loureiro (1992, p. 65) “a nível nacional o fortalecimento do setor industrial havia acontecido pela aliança ao capital estrangeiro desde a presidência de Kubitschek”. O Estado passou a ser responsável por garantir e direcionar os investimentos em áreas estratégicas, o centro-sul foi o principal beneficiado gerando desequilíbrio sociais entre as regiões.

Criou-se uma economia de industrialização dependente de capitais externos para desenvolver parques industriais e aumentar a produção para o mercado interno. Tudo o que pudesse atrair recursos externos deveria ser explorado e a Amazônia não era exceção, já que era considerada o maior território do país em extensão e, até aquele momento, estava do ponto

de vista econômico isolado do resto do país (Loureiro, 1992). Dessa forma, os recursos naturais abundantes do norte do país passaram ser explorados, despertando interesses de investidores.

Agora, iremos contextualizar a Amazônia sob o viés autoritário do capital financeiro gerenciado por uma ditadura civil-militar ou empresarial-militar que, por meio de um golpe de Estado, chegou ao poder com intuito de atender aos interesses da classe dominante nacional e aos capitalistas internacionais. Chegamos ao momento da história brasileira em que Otavio Ianni denomina de “modo de economia aberta”, no qual o capital foi acumulado para assim gerar divisas para o Estado, através das exportações industrialização da região.

Loureiro (1992, p. 67) sintetiza a forma como a ditadura empresarial-militar se manifestou:

Esse tipo de Estado escora seu discurso mais burocrático que militar e aparentemente “despolitizado” (sic)-em ações de coerção e excludência social. E tudo se faz pelas vias dos planos econômicos - gastos em infraestruturas, atração de capitais, subsídios e incentivos que em nenhum momento aparecem como sendo financiado pelas classes subordinadas, postos que são incentivos e subsídios “governamentais”; criação e reestruturação e ampliação de órgão públicos, empregos de alto funcionários civis (alguns servis) e militares, etc. E também através dos aparelhos judiciários, instâncias que abdica de sua autonomia nos momentos em que a sociedade civil brasileira se afasta do Estado (ditaduras).

Ao observarmos a estrutura do Estado ditatorial após 1964, fica evidente para quem é a “modernização” do país e quem se beneficiou com ela. Dentro do contexto histórico da ditadura empresarial-militar, Ianni (1981) acentua que as relações entre Estado e capital se desenvolveram sob a forma de servidão dos governos militares à classe dominante. De forma indireta, a grande burguesia autoritária ditava a economia política brasileira e os governos ditatoriais deveriam aplicá-la a todo custo.

Esse modo de economia política brasileira se intensificou na Amazônia com as expansões das fronteiras extrativistas, agrícolas, minerais e indústrias. Segundo Ianni (1981, p. 130) a região norte do país, a partir de 1964, foi vista percebida por meio de diferente óticas, como, por exemplo, por meio da ideia de “vazios demográficos e econômicos”, ocupação e invasão. Essa postura estava em contradição com os pontos de vista em relação a um projeto oficial de Estado que apresentava uma emergência em relação ao desenvolvimento, à integração e à colonização regional.

O fato é que a região, sob o julgo da ditadura, passou a ser um território fecundado e controlado pelo capital financeiro e pelos seus investidores.

Ao abordar a geopolítica da Amazônia, Ianni (1981, pp. 133-134) diz

Assim, o que parece ser as razões do desenvolvimento capitalista da empresa privada, nacional e estrangeira. Combina-se e confunde-se os interesses do capital, da burguesia, com as razões da ditadura militar. De repente o “milagre amazônico” a articulação da bacia do grande rio” ao patrimônio econômico da nação” o “despertar da vocação continental” do Brasil são, ao mesmo tempo, formulações da ideologia e prática da ditadura e do capital. Reabre-se a Amazônia para o desenvolvimento extensivo do capitalismo, em benefício da empresa privada e estrangeira.

Em outras palavras, o capital e a ditadura possuíam o mesmo interesse com a exploração da Amazônia. A economia política do capitalismo e a ideologia do Estado ditatorial se entrelaçam sob os seguintes pontos em comuns: o desenvolvimento a todo custo e a ocupação territorial, já que consideravam a região “vazia” e “atrasada” do em relação à economia e à geopolítica. Além da entrega do território à exploração da iniciativa privada nacional e estrangeira, havia uma necessidade de abertura da região, para gerar uma colonização e uma integração, por meio das quais se pudesse explorar a região de forma extensiva.

Desde que se instalou em 64, e em escala crescente nos anos seguintes, a ditadura recriou a Amazônia como fronteira. Todas as formulações dos governantes sejam as “técnicas”, sejam “ideológicas” todas deram, alguma, ou muita ênfase à ideia de ocupar e integrar. Tratava-se de preencher o vazio demográfico, ou o vazio econômico. Era preciso colonizar desenvolver ali laços com o Centro-Sul. Haveria que torna a Amazônia um espaço da economia política do capitalismo que tinha conquistado o poder estatal e precisava desenvolver-se. Tudo deveria ser feito para que região fosse, ao mesmo tempo, produtora e consumidora de mercadorias, preferivelmente produtora de mercadorias que se realizassem no mercado externo, para produzir divisas necessárias à continuidade de negócios dos governantes e das empresas privadas predominantes na economia política e da ditadura. Sob esse aspecto, a fronteira amazônica incorpora-se as necessidades e dos interesses do capital financeiro que monopolizava o poder estatal ( IANNI, 1986, p. 141).

Essa foi a Amazônia que se configurou na era da ditadura militar: uma colônia do capital financeiro, que se utilizava das mãos autoritárias do Estado para promover a expropriação dos recursos materiais e humanos da região. Segundo Loureiro (1991) essas políticas se basearam na acumulação de terras sob controle de poucos, excluíram a população regional rural e urbana, enquanto classe e pertencente ao âmbito cultural. Ou seja, o projeto de integrar a região não tinha o objetivo de atender a todos os grupos sociais, pois o principal beneficiado era o capital financeiro e a burguesia nacional.

Loureiro (1991, p. 72) aponta que,

O movimento denominado Operação Amazônia (1966/1967) constituiu-se num conjunto de instrumentos de atração de capitais, facilitando sua entrada com base em incentivos fiscais e outras garantias mais gerais, como acesso à terra e dos outros bens da natureza da Amazônia. O marco mais importante e deflagrador do movimento foi um grande encontro nacional dos investidores nas suas principais capitais regionais

Belém e Manaus – Além de discursos permanentes entre empresários e agentes do governo, a bordo de um navio, e outras reuniões menores.

Desse modo, a região norte foi repartida dentro de navio com aval do Estado ditatorial em regiões consideráveis “rentáveis” para o capital financeiro e para a burguesia nacional. Outras reuniões ocorreram com intuito de explorar os recursos humanos e naturais da Amazônia.

Em relação à Amazônia, de 1960 a 1970, Ianni (1986, p. 60) afirma o seguinte:

Foi nos anos 1960-78, entretanto que se acentuaram nas transformações econômicas e sociais na Amazônia. Em 1960, inaugurou-se a rodovia Belém-Brasília. Depois, em especial a partir de 1966, remodelaram-se ou criaram-se agências federais, definindo novos objetivos e meio de atuação pública e privada na região. Foram tantas e tais decisões, agências e atuação do Estado na Amazônia, que possível afirmar que foi nos anos de 1960-1978 que a Amazônia rearticulou-se sob nova forma como sistema econômico, político nacional e internacional. Ao lado do extrativismo, criaram-se ou desenvolveram-se atividades de mineração, agricultura, pecuárias e industriais. Desenvolvera-se o sistema de transporte e comunicações, de modo a torna as atividades econômicas e políticas da região independentes ou pouco dependentes do sistema fluvial.

Em outras palavras, para o Estado, o foco era integrar o território e dinamizar a economia por meio de novas/melhores infraestruturas e da atração do capital. Para tal, deveriam criar agências bancárias e órgãos governamentais que auxiliassem na instalação de futuros empreendimentos que, a partir daquele período, abarcavam o setor industrial.

De acordo com Ianni (1986), estavam entre as mudanças sobre os planos do Estado ditatorial para Amazônia a criação da –Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), por meio da lei 5.173, de 27 de outubro no ano de 1966. A SUDAM foi o órgão responsável pela dinâmica econômica da região nesse período. O principal banco de créditos também foi reformulado, mudando seu nome de Banco de Crédito para Banco de Crédito da Amazônia S.A, ou BASA, segundo prescrito pela lei 5.122 de 28 setembro de 1966, embora essa não tenha sido a única agência, já que o Banco do Brasil também passou a está presente. Com a criação dessas agências, houve uma maior movimentação de capital na região".

Com o plano de industrializar a região, o Estado, sob controle do capital, iniciou seus projetos econômicos, segundo Ianni (1966, p. 61);

Em 1967 criou-se à Superintendências da Zona Franca de Manaus ou Suframa, conforme o decreto-lei n.º 288, de 26 de fevereiro. Em junho de 1970 o governo federal adotou o plano de integração nacional - PIN, de acordo com o decreto-lei 106. E o instituto nacional de colonização e Reforma Agraria - INGRA, foi criado a 9 de julho do mesmo ano, conforme o decreto-lei n.º 1.110. Em 1971 criou-se o Programa de redistribuição de terras e estímulos à Agroindústria do Norte e Nordeste -

PROTERRA, de acordo com o decreto-lei n.º 1179, de 6 de julho. Entre 1971 e 1978, construíram-se várias rodovias importantes.

Essas medidas induziram a criação do Polo industrial de Manaus e também a instalação de fábricas nas cidades interioranas da Amazônia, em especial no Amazonas. Como consequência, houve uma ampla articulação de agências políticas e econômicas em dimensões locais, regionais e nacionais que, por sua vez, influenciariam diversas decisões da época. Portanto, essa movimentação modificou a vida social e econômica da população que vivia na região.

O discurso oficial era, em concordância com Ianni (1986, p. 62), “industrializar a qualquer custo, parecia ser o único caminho para trazer a Amazônia ao século XX”. Ou seja, ao longo da década de 1960 a 1970 temos na Amazônia, segundo o autor, um centro de exportação e importação que produziu divisas para manter a chamada “economia aberta” dos governos militares. Por isso, ao ampliar a discussão da expansão das fronteiras para a Amazônia, Otavio Ianni enfatiza uma dupla dimensão do capital na região, visto que, por uma banda, consolidou uma expansão econômica extensiva e intensiva sob o viés do capitalismo que tinha o Estado sob o seu controle e, por outra, utilizava esse capital para implementar as políticas necessárias para a sua permanência no território.

O intuito foi mostrar os projetos autoritários de “modernização forçada” para Amazônia, que resultaram na introdução do capital nacional e internacional na região sob julgo da ditadura empresarial-militar, iniciada com o golpe de Estado em 1964. A própria Fabriljuta foi fruto dessa política de “desenvolvimento econômico a todo custo” gerenciada pelos governos militares. Todavia, quem de fato monopolizava esses investimentos eram o capital financeiro externo e interno que passou a circular no país. Essa reflexão nos permite discorrer sobre a construção das experiências dos/as trabalhadores/as da região Amazônica, que foi produzida de forma diferente do restante do Brasil. Pensar o contexto histórico e socioeconômico da região nos proporciona meios de entender a mentalidade dos/as sujeitos/as durante esse período.

A seguir iremos historicizar a organização produtiva da juta e a sua industrialização no âmbito nacional até a sua introdução na Amazônia.

## 1.2 A INDÚSTRIA TÊXTIL DE JUTA: DO CENÁRIO NACIONAL AO REGIONAL

Dentro do contexto nacional, a trajetória da indústria de sacas de juta esteve diretamente ligada à economia do café, com destaque para o final do século XIX e o início do XX. De acordo com Matos (1996, p. 32) “em São Paulo a primeira fábrica de tecelagem de juta foi

instalada nos finais do Império, pelo Conde A. Penteado. Trata-se da fábrica de Santana, que daria à origem a Companhia Nacional de Tecidos de Juta (CNTJ)”, que até a década de 1930 era considerada a maior indústria do setor.

O surgimento da indústria da aniagem se deu por conta da ascensão do maior produto de exportação do Brasil naquele período: “o processo de desenvolvimento das indústrias de sacarias deve ser entendido a partir do processo de acumulação de capital resultante das da expansão da economia cafeeira” (Matos, 1996, p. 32). Em outras palavras, os excedentes gerados pela produção do café garantiram o incremento da indústria de tecidos de juta que, inicialmente, concentrava-se na região Sudeste do país.

Portanto, ao salientar a história da juta, Matos (1996, p. 41) discorre que “pelo menos até 1930, o Brasil importava essa matéria-prima da Índia”. Os ingleses detinham o monopólio sobre a produção da fibra, o que provocou uma dependência externa por parte do Brasil e dos produtores de café. Pois, o investimento na indústria têxtil de fios de juta também ocorreu devido à necessidade de produção de sacas para escoar a produção agrícola.

Vejamos o que diz Matos (1996, pp. 189-190) sobre essa dependência do Brasil em relação à fibra de juta:

A indústria de aniagem no Brasil, desde a sua implantação, comprava a juta da Índia monopolizada pelos ingleses, cuja produção concentrava-se na região de Bengala. Essa vinculação da indústria à dependência da matéria importada causou o desencadeamento de ataques ao setor que passou a ser acusado de “artificial”. Formou-se então uma polêmica que envolveu os industriais do Estado e entidades ligadas às lavouras que num enfrentamento direto, reivindicavam medidas e procuravam alternativas.

De acordo com essa autora, a importação da fibra incomodava os principais setores agrícolas que dependiam das sacas de juta, logo, passou-se pressionar o Estado para iniciar, junto às instituições de pesquisa agrônomas, alternativas para reduzir a dependência externa da indústria têxtil. Mattos (1996) elucida o caráter nacionalista em torno da autossuficiência da matéria-prima. Produzir a fibra de origem nacional era uma prioridade, porém isso causava disputas entre agentes do Estado/institutos, industriais e produtores agrícolas, que se alternavam nas opções de produzir a fibra de origem nativa, climatizar a juta ou continuar a depender da importação da juta da Índia desde que houvesse benefícios alfandegários.

Em meio à disputa sobre como organizar uma produção nacional de sacas de juta sem depender da importação, Ferreira (2016) frisa que houve várias tentativas de se organizar uma produção nacional de juta e malva no Estado de São Paulo no início século XX e que essas iniciativas encontraram entraves, mas tiveram um certo êxito.

O que se pode concluir provisoriamente é que, para além da necessidade de supressão dos gastos com sacarias para embalar o café e a busca de substituição de importações, uma possível agroindústria da juta em São Paulo despontava como um ramo extremamente promissor [...] (FERREIRA, 2016, p. 110).

As tentativas de suprir a demanda por fio de juta resultou em experiências para criar uma cadeia de produção, entretanto vários entraves impediriam a consolidação dessa empreitada, como sugere Souza (2008, p. 30) “até 1928, a Companhia Nacional de Tecidos de Juta vinha apresentando um crescimento intenso, em face das exportações agrícolas e passa a atender, também o acondicionamento de cereais para o mercado interno”. A vista disso, até o final da década de 1920, o desenvolvimento dessa matéria-prima mostrava-se vantajoso para região.

Ferreira (2016, p. 114) aponta as causas do declínio da produção da juta em São Paulo e o seu sucesso na região Amazônica, “[...] o processo de trabalho na parte de extração das fibras, que era e ainda é extremamente desgastante, realizado dentro da água”. A indústria de aniagem paulista não obteve sucesso na região Sudeste devido à falta de mão de obra e de terras para o cultivo. Os trabalhadores optaram por culturas mais rentáveis e menos desgastantes e, além disso, para a burguesia cafeeira a cultura da juta era vista como uma economia suplementar que não podia concorrer com o café.

Logo, temos os primeiros indícios para o surgimento para de fábricas de fios de juta na região norte.

A crise do café com a depressão de 1929 atingiu diretamente as indústrias de sacarias, levando a falência da Companhia Nacional de Tecidos de Juta (CNTJ). A partir da segunda metade da década de 1930, tem início o cultivo de juta no Amazonas. E, em 1947, com a proibição por parte do governo federal de importação de juta da Índia e com a produção amazônica já consolidada, alguns empresários de São Paulo deslocam seus investimentos para a região, e a indústria de aniagem prospera novamente (FERREIRA, 2016, p. 125).

Devido à crise de 1929, a indústria de aniagem foi transferida para região Amazônica, onde o cultivo da juta encontrou melhores condições de solo e oferta de mão de obra abundante, graças ao fim do primeiro período da borracha. Enquanto no Sudeste a indústria de sacas de juta estagnava, no Norte novas fábricas foram instaladas, modificando social e economicamente a região por conta da entrada de capitais direcionados para o investimento na economia da juta e malva.

Entretanto, os investimentos nas fábricas de tecelagem na região norte só ocorreram com a consolidação da produção das fibras de juta, uma vez que esse êxito foi atribuído aos

imigrantes japoneses que, por meio da formação de colônias agrícolas e de transferências de tecnologias, obtiveram no primeiro momento o monopólio em torno do cultivo da planta.

Sobre o início do controle da produção da juta, Mattos (1996, p. 214) elucida que “em 1929 iniciou-se e com resultados produtivos a aclimatização da juta no Amazonas. O empreendimento foi a princípio patrocinado por industriais de aniagem japoneses [...]”. Essa ação ocorreu, sobretudo, por meio de estudos sobre a região e sobre a sua viabilidade na adaptação das sementes da planta.

Contudo, na década de 1930 as experiências de cultivo obtiveram consistência, como apontado por Souza (2008, p. 31).

Concomitante, em 1931, com a chegada de imigrantes japoneses na Amazônia brasileira, especificamente no Município de Parintins, no Amazonas, foi fundada a Vila Amazônia, vindo os colonos residentes a realizarem novas experiências com o cultivo da juta em solo brasileiro, acreditando que o solo e o clima amazônico possuíam condições ideais para o plantio.

A imigração japonesa<sup>7</sup> para a Amazônia foi um fator importante para o surgimento da economia da juta, mas o processo de consolidação da produção da fibra não foi simples e tampouco fácil.

Para Esteves (2015, p. 2), a “produção da fibra de juta no Brasil teve suas gênesis na Amazônia Ocidental, como alternativa econômica e valorização do capital, diante da derrocada do ciclo da borracha, vítima da biopirataria, no final do século XIX”, apesar da experiência de aclimatização ter ocorrido primeiramente no Sudeste, foi na Amazônia que a fibra encontrou rentabilidade e impactou significativamente a sociedade local.

Diferente de São Paulo, na região Norte os japoneses receberam estímulos para desenvolver a cultura da fibra de juta por meio de acordos geopolíticos entre Brasil e Japão. Segundo Silva, (2018, p. 17); “a inversão de capital japonês em terras amazonenses logo se fez sentir na pequena vila parintinense, envolta numa azáfama trabalho que em pouco tempo a transformou em um espaço urbano adequado à gestão das atividades agroindustriais”.

A entrada de capital financiado pelo governo nipônico na Amazônia resultou na criação da Companhia Industrial Amazonense (CIA), o primeiro empreendimento responsável pela organização das sementes e da produção de juta na região de Parintins e que tinha finalidade de

---

<sup>7</sup> Ver mais detalhada a história da imigração japonesa para Amazônia em: HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **A imigração japonesa na Amazônia: sua contribuição ao desenvolvimento agrícola**. 2. ed. Brasília, DF: Embrapa, 2016.

estimular a expansão da cultura da fibra, acarretando a introdução de mão de obra local nas plantações.

De acordo com Ferreira (2016, p. 145), a partir do êxito de Ryota Oyama, em 1934, essa modalidade agrícola não parou mais de crescer e de alcançar novas áreas. Começando em Parintins, ela se espalhou por quase todo o Amazonas, Pará e em algumas localidades dos estados do Amapá e do Espírito Santo.

Segundo Tristan (2016, p. 42);

A partir do empenho de Ryota no aprimoramento dos espécimes, foram estabelecidas as primeiras sementeiras para a cultura da juta na Amazônia. A nova alternativa econômica alcançou sucesso, com sua primeira safra comercial sendo negociada em 1937. Essa produção foi em parte absorvida pela Fábrica Perseverança, em Belém do Pará. Fundada em 1895, a fábrica havia sido o primeiro estabelecimento fabril têxtil instalado na região, destinando-se ao beneficiamento de juta.

Devido à Segunda Guerra Mundial, os imigrantes japoneses tiveram um papel importante na consolidação da produção de juta e na introdução das primeiras experiências empresariais em torno da juta na região no Baixo-Amazonas até 1945. De acordo com Silva (2018, p. 19), as propriedades japonesas, como a CIA, foram confiscadas e leiloadas e, posteriormente, foram compradas pelo empresário J.G. Araujo, dono da Companhia J.G. Araujo. Todavia, a expansão do cultivo não foi interrompida e, por isso, tornou-se a base da economia do Amazonas a partir de 1950.

Tristan (2016) comenta que historicamente a Fábrica de Perseverança em Belém foi primeira a iniciar o beneficiamento da juta na Amazônia, e que as cidades da região do Baixo-Amazonas, como Santarém e Parintins, só receberam fábricas de aniagem depois da segunda metade do século XX.

Podemos considerar que uns dos fatores foram responsáveis pela lenta introdução de fábricas de tecelagem de juta, como o feito de que nos anos de 1940 o Brasil dependia da exportação da Índia e do Paquistão, e mesmo o Brasil tendo iniciado a sua produção interna da juta malva nos anos de 1930, esses países citados eram considerados os maiores produtores mundiais, conforme demonstram os estudos de Soares e Libonati (1996). O pós-Segunda Guerra Mundial e as dificuldades de importar a matéria-prima garantiram a expansão da juta e a sua industrialização.

Complementando as informações fornecidas por Tristan (2016), que assinala a primeira fábrica de aniagem no Norte, Thury (1946) proporciona o número de fábricas têxtil de fio de

juta no contexto nacional. Vejamos a quantidade em funcionamento no Brasil na década de 1940.

No ano de 1946, as 30 indústrias têxtil existente no Brasil, estavam instaladas nos seguintes estados: 12 em São Paulo, 4 em Pernambuco, 3 no Rio de Janeiro, 3 no Rio Grande do Sul e nos Estados de Santa Catarina, Paraná, Espírito Santo, Maranhão e Pará com 1 fábrica em cada (THURY, 1946, p. 6).

Dispondo deste quantitativo de companhias de tecelagem de juta na década de 1940, podemos observar a emergência da instalação de fábricas dentro das regiões produtoras, como Parintins e Santarém, cujo intuito era manter a produção de juta na Amazônia. Até aquele momento, as cidades tinham apenas prensas e funcionavam como armazéns que enfardavam e estocavam a matéria-prima e que, posteriormente, direcionavam esse material para as indústrias de fiação de outras regiões do Brasil. Tristan (2016, p. 44) compila dados que dizem que “na década de 1950, Kotaro Tuji e o irmão Kohei Tuji estavam entre os empresários mais bem situados da região”, ou seja, é creditado pela autora que os investimentos feitos por esses dois sujeitos contribuiriam para o surgimento das primeiras prensas de jutas construídas em Santarém e Parintins, indicando, assim, os primeiros estímulos para instalar fábricas de fios de juta nas cidades produtoras.

Os estudos de Soares e Libonati (1996, p. 1) indicam para a autossuficiência da indústria de aniagem brasileira, “a partir de 1953 deixamos de importar e até então a procura cada vez mais crescente dos produtos dependentes da fibra (juta), nosso consumo tem se limitado tão somente à nossa produção”. As primeiras perspectivas para manufaturar os fios na Amazônia surgiram com a necessidade de garantir os mercados regional e nacional.

Para relacionarmos os interesses locais e nacionais sobre as iniciativas de investimentos do setor jútico, é necessário demonstrarmos as políticas econômicas que contribuiriam para que as fábricas pudessem ser instaladas na região do Baixo-Amazonas. Durante a década de 1950, o governo de Getúlio Vargas, por meio de um projeto nacional desenvolvimentista, buscou iniciar a integração e a industrialização do país. Com planos específicos “para a região Norte, tinha em perspectiva um projeto, que chamou de Plano de Valorização da Amazônia” (Tristan, 2016, p. 44).

Mas, antes de problematizarmos os projetos de desenvolvimento para a região Norte e a instalação da Fabriljuta em Parintins, é importante frisar que estruturar a produção da juta se mostrou uma tarefa desafiadora para os juiticultores amazônidas. Soares e Libonati (1966, p. 5) confirmam os problemas da juiticultura na Amazônia, distinguindo alguns fatores a respeito das

condições insalubres dos trabalhadores, do sucateamento do processo de produção por falta de tecnologias, da falta de incentivos econômicos para manter a produtividade e da expectativa de industrializar a juta.

Sobre esse último aspecto, vejamos o que dizem os autores:

Há muito que ambicionávamos a industrialização de juta em nossa região. Não obstante, como fase introdutória, ainda irmos consumir apenas 20% de nossa produção, já vemos este sonho ser concretizado através da instalação da mais moderna Indústria de Fiação e Tecelagem do Brasil e quiçá do mundo. Trata-se da Companhia Têxtil da Amazônia (CATA), ora em fase de instalação, com maquinarias ultramoderna e adaptações de primeira linha, e que em breve funcionará para orgulho do homem da Amazônia. Temos certeza, que outras indústrias deverão surgir, estimulando cada vez mais nossa produção, abrindo caminhos para novos mercados e o que é mais importante deixaremos de ceder matéria-prima, em sua totalidade, a outros centros, evitando que continue acontecendo o que se faz atualmente, manda-se a fibra e posteriormente adquirimos o produto beneficiado, por um preço muito elevado, quase aquém de nosso poder aquisitivo, encarecidos quando da comercialização do produto, face às despesas elevadas de transporte, incidência dos impostos (SOARES; LIBONATE, 1966, p. 5).

Mediante ao exposto, temos a primeira evidência da importância da instalação de fábricas de fiação de juta na Amazônia, cujo intuito era manter a produção da fibra, garantindo a manufatura dela na própria região. Assim sendo, a Companhia Têxtil da Amazônia (CATA) foi reconhecida como uma das maiores indústria da região no processamento da matéria-prima, fundada<sup>8</sup> em 1961, como resultado direto dos projetos de desenvolvimento para a região Norte que ocorreu na metade do século XX. A CATA recebeu o suporte de órgãos como a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que garantiu isenção fiscal para o financiamento desta e de várias outras fábricas de tecelagem.

Souza (2008) salienta que a economia juteira, no final da década 1960, mostrava-se lucrativa e que, portanto, despertou o interesse do Estado e do capital que era introduzido na Amazônia. A SUDAM chegou a instituir grupos de trabalho para que, no final desse período, estudassem a rentabilidade da fibra de juta e os seus estágios<sup>9</sup>, os quais iam do seu cultivo à industrialização.

<sup>8</sup> BRASIL. A história no Diário Oficial: Fibra sintética matou a indústria paraense, de 29 de junho de 2015. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil - Estado do Pará. ANO CXXV DA IOE 125º DA REPÚBLICA Nº 32.916, Belém, PA, 2015. p. 02.

<sup>9</sup> **Art. 1º.** Fica instituído um grupo de Trabalho, Junto ao Ministério do Interior, para estudar detalhadamente todos os estágios de produção da juta na Região Amazônia, desde a cultura da planta até a industrialização da fibra, e propor medidas tendentes à racionalização da produção, no que concerne à economia e mecanização, com vistas à redução dos custos. Ver mais em: BRASIL. **O decreto Presidencial nº 62.140.1968.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62140-17-janeiro-1968-403571-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 23 de abril de 2024.

É importante ponderar que a fibra sintética entrou no mercado nacional a partir de 1950, derivada do petróleo. Porém, conforme assevera Souza (2008, p. 29), isso não afetou diretamente a indústria da juta, “como sacaria pesada a polipropileno ainda não havia ingressado no país, tudo era embalado com juta, principalmente produtos agrícolas [...]”. O incentivo para a industrialização da juta consistiu em sua estima naquele momento para a economia no âmbito regional e nacional.

Para aclararmos as informações a respeito da demanda do mercado pela matéria-prima da juta, organizamos em uma tabela dados sobre os locais que se destacavam em sua produção na década de 1960.

Tabela 1 – Os maiores produtores de juta na região Amazônica no ano de 1965.

ESTADOS	MUNICÍPIOS PRODUTORES DE JUTA / MALVA TOTAL AMAZÔNICA	TOTAL
Amazonas	Barreirinha, Itacoatiara, Itapiranga, Maués, Nova Olinda do Norte, Parintins, Silves, Urucará, Urucurituba, Manaus, Careiro, Anori, Coari, Codajás, Manacapuru, Tefé, Canutama, Autazes, Borba, Humaitá, Manicoré, Novo Aripuanã, Anamã	23
Pará	Santarém, Alenquer (também produtor de semente para toda área), Oriximiná, Óbidos	4

Fonte: Pinto (1966, p. 19).

O quadro acima sugere que a produção de fibra de juta em 1960 estava concentrada em apenas dois estados. Pinto (1982) ressaltou que, desde a década de 1950, as regiões produtoras vinham se consolidando como exportadoras da matéria-prima e que passaram a ser cultivada com os alimentos para subsistência nas zonas de rurais, integrando-se ao desenvolvimento agrícola regional e às demandas da indústria têxtil da região norte.

Todavia, nem todas as regiões jutificadoras receberam uma fábrica de aniagem, como identificou Souza (2008, p. 42);

Quanto o número às indústrias para o beneficiamento do produto, o quadro não era satisfatório, pois até aquele momento, à Amazônia tinha apenas seis indústrias: cinco no Amazonas e uma no Pará, situada em Belém (Companhia Amazonas de Aniagem – (CATA), sendo está uma fábrica de processamento parcial da matéria-prima.

Portanto, na década de 1960 havia uma emergência para instalar mais companhias de fiação de juta. O intuito era aumentar a produção da juta na Amazônia devido à sua importância econômica para dois maiores produtores da região, Amazonas e Pará. Tristan (2016) revela que

o período da economia da juta se apresentou como uma alternativa de desenvolvimento regional posterior à economia da borracha e anterior à instalação da Zona Franca de Manaus.

A intervenção do Estado e a entrada do capital na Amazônia sustentaram a produção da juta de acordo com Silva (2018. p. 50).

Ao longo dos 50 anos do período econômico da juta, o Estado brasileiro, como gestor territorial, tinha na Amazônia, oficialmente, uma de suas prioridades para o cumprimento de sua política de desenvolvimento regional, vinculada a um programa de expansão das atividades capitalistas, especialmente após o ano de 1953. Com seus processos internos e suas intersecções nacionais e internacionais, a dinâmica empresarial amazônica desse período de cinco décadas resultou na propagação da cultura da juta e malva e na consolidação de um robusto parque industrial capitalista voltado para a fiação e tecelagem dessas duas fibras na Amazônia. O processo de expansão capitalista envolvendo um segmento agrícola rural e outro industrial urbano que se desenrolou a partir de 1937 permite caracterizar esse conjunto de atividades como sendo a primeira cadeia produtiva agroindustrial amazônica.

Isto posto, as cidades produtoras de juta que receberam fábricas de tecelagem na região do Baixo-Amazonas estavam interligadas ao plano de valorização e à integração econômica da Amazônia, responsável pelo financiamento desses empreendimentos agroindustriais. Porém, o que seria esse plano?

Batista (2007, p. 275) responde explicando que a “constituição de 1946 aprovou a ementa de Leopoldo Peres, determinando que 3% da renda tributária da União, Estados e Municípios amazônicos, fosse aplicado por 20 anos num plano de valorização da região”. Apesar de aprovada década de 1940, essa ementa foi amplamente discutida e levou muito tempo até ser definitivamente implementada uma década depois.

Mahar (1978, p. 3) complementa e revela que “as primeiras tentativas de planejamento socioeconômico abrangente começam apenas na década de 50, quando o governo federal criou um órgão para esse fim.” Esse autor alude a segunda metade do século XX como o primeiro estímulo para o processo de integração em grande escala. Entretanto o tempo para a estruturação de um projeto econômico levou tempo, ocorrendo, de fato, nas décadas de 1960 a 1980.

Sobre o primeiro órgão responsável por iniciar o processo de integração econômica podemos acrescentar que “seguraram-se seis anos de discussões e disputas até que fosse sancionada a lei n.º 1806, de janeiro de 1953, criando a Superintendência executora do preceito constitucional, cuja instalação ocorreu a 21 de junho” (Batista, 2007, p. 275). Portanto, era criada Superintendência para o Desenvolvimento Econômico da Amazônia (SPVEA).

Os objetivos eram ambiciosos um sistema de medidas, serviços, empreendimentos e obras, destinadas a incrementar o desenvolvimento da produção extrativista, agrícola, pecuária, mineral, industrial, e das relações de troca, no sentido de melhorar padrões

sociais de vida e bem-estar, das populações e da expansão da riqueza do país (BATISTA, 2007, p. 275).

A criação do plano de desenvolvimento regional objetivava ampliar todos os setores econômicos da região amazônica, cuja meta era a integração de um território que, naquele momento e desde o período da borracha, era considerado, atrasado em comparação às regiões mais desenvolvidas do país. Todavia, como expõe Mahar (1978, p. 18), “infelizmente para SPVEA e a Amazônia, problemas posteriores de custeio frustraram a possibilidade de que os objetivos tão grandiosos fossem um dia realizados”. Apesar do primeiro órgão fracassar nas metas, a ideia de integração continuou em processo, dessa vez com uma visão mais geopolítica sob a diretriz da ditadura civil-militar que, a partir da década de 1960, chamou esta ação de “Operação Amazônia”.

Sobre a reformulação da SPVEA, podemos realçar, a partir dos estudos de Mahar (1976, p. 21-23), as seguintes informações:

A lei 5.173 de outubro de 1966 de 27 de outubro de 1966 cujo artigo 13 objetifica da ação governamental na Amazônia e estabelecia a orientação básica da nova política. Segundo esse artigo, a futura política regional seria orientada, para: “estabelecer polos de desenvolvimento” e (especialmente nas áreas de fronteiras”, estimular a imigração, proporcionar incentivos ao capital privado, desenvolver a infraestrutura, e pesquisar o potencial de recursos naturais. Dentro desses objetivos específicos distinguem-se duas abordagens distintas, se bem que interligadas: uma econômica e outra geopolítica.

Enfatizar as políticas de desenvolvimento foi importante para contextualizarmos as mudanças sociais e econômicas na Amazônia, as quais ocorreram na década de 1950 e que proporcionaram a instalação de fábricas de aniagem no Baixo-Amazonas. O Estado foi responsável por garantir a infraestrutura e por incentivar os investimentos para setores econômicos considerados estratégicos. Por isso, as instituições governamentais atuaram como direcionadores do capital público e privado necessários para a instalação dos empreendimentos considerados rentáveis. Como já apresentado, a SPVEA desempenhou essa função até a década de 1960, e, depois, foi substituída pela SUDAM.

De acordo com Mahar (1978, p. 26), “o plano quinquenal de desenvolvimento da SUDAM foi aprovado em 1967 pelo decreto n.º 60.296 de março. Embora o plano tivesse oito objetivos específicos, todos com modelo econômico de substituição de importações”. O intuito era garantir a autossuficiência regional e nacional, principalmente de produtos agrícolas, da pecuária e da indústria, que poderiam ser produzidos na região Norte.

Nesse sentido, Pinto (1982, p. 56) ressalta que não foi somente o aumento da produção da juta levou à implantação de fábricas tecelagem, mas também os fatores políticos de Estado que favoreceram a introdução do capital na região com benefícios fiscais, além da sua autonomia em relação ao acesso às políticas de crédito e às interferências na produção rural, que transferiram a produção da juta do sistema mercantil para o setor industrial. O autor destaca que, enquanto no centro do capitalismo as indústrias tecelagens estavam estagnadas em virtude às condições insalubres que esse tipo de trabalho produziu, além da conquista de proteção ao trabalhador de tecelagem que lá se estabeleceu, na Amazônia essa atividade encontrou espaço para se desenvolver, porque ali havia mão de obra disponível e de baixo custo (podendo ser usada apenas durante certos períodos do ano) e baixa fiscalização dos direitos trabalhistas.

Em sum, ao traçamos o histórico da indústria de aniagem dentro do contexto nacional, assim como os projetos de integração da região Amazônica no âmbito social e econômico, podemos denotar os elementos externos que possibilitaram a criação das companhias de tecelagem de fios de juta na região Norte. Em seguida veremos, a partir do Jornal do Comércio, como a Fabriljuta era apresenta dentro do Estado Amazonas e o porquê, entre as várias cidades produtoras, Parintins foi escolhida para manufaturar a fibra de juta.

### 1.3 A IMPRESSA DO AMAZONAS E A FUNDAÇÃO DA FABRILJUTA: POR QUE PARINTINS?

*“A Fabriljuta não é minha, não é sua, é de Parintins”<sup>10</sup>*

A epígrafe acima é uma frase de Luís Miranda, primeiro presidente da Fabriljuta. Nessa afirmação, ele esclarece que o empreendimento do qual era dono, na verdade, pertencia à cidade de Parintins e que seu objetivo era manter a fábrica neste local. Sob a visão do Jornal do Comércio, podemos delimitar a origem da Fabriljuta e o que levou a sua instalação, deixando claro que o objetivo não é exaltar uma história oficial, mas entender por que, entre tantas cidade do interior do Amazonas que produziam o fios de juta, seria Parintins a receber uma fábrica de fiação da fibra. Cruz e Peixoto (2007) ao mostrar as narrativas da imprensa é importante ter em conta que a linguagem e a intenção empregadas pelo veículo refletem o contexto social e

---

<sup>10</sup> Frase de Luís Miranda presidente da Fabriljuta. Jornal do Comércio. **A Fabriljuta não será de Parintins diz LVM**. Manaus, terça-feira, 14 de março de 1968. p. 5. Edição 19702. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br>. Acesso em 23 de outubro de 2023.

histórico, demonstrando, assim, a sua peculiaridade e a relação com a sociedade, pois mobiliza elementos conjecturais no âmbito político, social e econômico.

Teles (2015, p. 29), ao abordar a imprensa como fonte, chama atenção para como esse recurso nos direciona para uma gama de possibilidades para a análise de problemas sobre o passado, uma vez que levanta questões sociais, reivindicações e ideias, as quais podem contribuir para a interpretação dos mais diversos interesses das camadas que constituem a sociedade. Portanto, a imprensa nos ajuda a refletir sobre as manifestações políticas e culturais e sobre as condições de vida destes sujeitos e destas sujeitas.

À vista disso, durante a década de 1960, a grande imprensa do Amazonas exibiu interesse na região amazônica, sobretudo em torná-la rentável e finalmente integrá-lo ao resto do país. Esse interesse foi motivado por questões de geopolítica e economia por parte do Estado. A edição 19189 do Jornal do Comércio de 1966 publicou a seguinte chamada “Chegou a hora da batalha do desenvolvimento regional”<sup>11</sup>. Com um discurso apoteótico transmitiu o objetivo de discutir e reivindicar uma reorganização da SUDAM para encontrar meios que facilitassem uma difusão mais dinâmica dos investimentos destinados à região Norte, para, então, findar o seu “isolamento”. Isto é, nessa narrativa estava presente a intenção militar de proteger e incorporar o maior território ao resto do Brasil e isso deveria ser feito por meio de ocupação e desenvolvimento econômico.

Evidentemente, o título da matéria se refere à “I reunião do incentivo ao desenvolvimento da Amazônia”, que contou com a participação de indústrias e de políticos da ditadura civil militar, que se uniram com a finalidade de retrata um plano para a extração dos recursos naturais. A meta era tornar a região produtiva e atraente para capital público e privado<sup>12</sup>. Em 1955, a visão da agência de fomento SPVEA deixava clara a mentalidade do Governo Federal a respeito da Amazônia, mentalidade esta que, independentemente do cenário político, manteve a seguinte concepção:

[...] No quadro econômico brasileiro a Amazônia representa o que se convencionou a denominar de área problema. Tanta são os fatores a atuarem de modo singular na sua paisagem, no seu meio que, desde logo, a distinguem como uma região subdesenvolvida. A exigir um esforço nacional no sentido de desenvolver economicamente os seus espaços e assegurar às populações padrões de vida dignos, atestadores de modificação das suas precárias condições de existenciais no momento [...] (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, 1955, p. 3).

<sup>11</sup> Jornal do Comércio. **Chegou a hora da batalha do desenvolvimento regional**. Manaus, terça-feira, 6 de dezembro de 1966. p. 5. Edição 19189. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br>. Acesso em 23 de outubro de 2023.

<sup>12</sup> Jornal do Comércio. **Chegou a hora da batalha do desenvolvimento regional**. Manaus, terça-feira, 6 de dezembro de 1966. p. 5. Edição 19189. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br>. Acesso em 23 de outubro de 2023.

O projeto foi idealizado no sentido colonialista e paternalista, uma vez que tinha como a intenção explorar e ocupar as terras amazônicas. O processo de “modernização a todo custo” teve como objetivo iniciar o desenvolvimento humano da população local por meio de expectativas e perspectivas econômicas e sociais. Nesse sentido, apontamos para organização da indústria de aniagem nas cidades amazônicas, cuja imagem de progresso é evidenciada pelos meios informativos da época.

A industrialização da região foi exaltada por meio de propagandas como uma forma de melhorar a qualidade de vida dos/as amazônicos/as por meio do progresso socioeconômico. No ano posterior ao 1966, seguiu “o decreto n.º 60.079 de 16 de janeiro de 1967, no qual o presidente militar em exercício, Castelo Branco, aprovou o regulamento geral do Plano de Valorização Econômica da Amazônia” (Batista, 2007, p.280). De acordo com o autor, essa ação foi resultado da mobilização de líderes regionais, cujo foco era atrair os investimentos por meio da SUDAM e de intuições financeiras para, então, serem aplicados em iniciativas industriais, pecuárias e pesquisa. De tal modo, podemos concluir que a reunião para o desenvolvimento regional impactou diretamente na decisão do Governo Federal e nos investimentos na economia da juta.

Além do que foi noticiado pelo Jornal do Comércio, outra fonte são as atas de reuniões dos vereadores de Parintins que também apoia a nossa investigação sobre a trajetória da introdução fábrica a partir da política local da cidade de Parintins por meio da Câmara Municipal de Parintins(CMP). Dessa forma, Butel *et al.* (2012, pp. 200-201) elucida o discurso do vereador Fernando de Oliveria Castro sobre a implementação da indústria de aniagem “[...] Fundada em 22 de abril de 1964, 22 dias depois da implantação do Regime ‘Revolucionário’<sup>13</sup> em nosso país”. A década de 1960 revelou-se como o início da fundação da Fabriljuta e de sua construção em Parintins, mas não como o ano de seu funcionamento, que só aconteceu anos mais tarde. Podemos apontar que havia a emergência de um plano objetivo para Amazônia e para economia da juta por parte do Governo federal, estadual e municipal.

---

<sup>13</sup> Aspas nossas pois o vereador se refere ao golpe de Estado de 1964 que instaurou uma ditadura civil-militar no Brasil, dessa forma o vereador mostrava em seu discurso um claro apoio a ditadura civil-militar.

Imagem 3: Anúncio sobre a instalação da Fabriljuta



Fonte: Jornal do comércio. Manaus, quinta-feira de 23 de maio de 1968. **Fabriljuta Nasce em Parintins, para acelerar o progresso da Amazônia.** Edição 19806.

As edições do Jornal do Comércio mencionam a Companhia Fabril de Juta Parintins-Fabriljuta, seus idealizadores, assim como as expectativas geradas na cidade e no Estado do Amazonas. A chegada da companhia foi exaltada não apenas como um empreendimento de importância local, mas também regional. Sua fundação foi resultado direto das políticas governamentais do período da ditadura civil-militar para a Amazônia.

Em 11 de janeiro de 1966, o jornal expôs uma coluna por meio da qual publiciza a aprovação dos recursos para instalação da fábrica na cidade.

A comissão deliberativa da SPVEA vem de aprovar o Projeto Industrial da Companhia Fabril de Juta de Parintins que visa montar naquele Município uma fábrica de seis milhões de cruzeiros com parte constituída por recursos da lei 4.216 e financiamentos de fabricantes ingleses. Nesse sentido o Sr. ° Luiz do Valle Miranda presidente da Fabriljuta, enviou telegrama ao governador José Artur Reis, cujo despacho assim finaliza: data vênha, solicitamos incorporar o empreendimento de engrandecimento do Amazonas, como parte das realizações do seu Governo e do povo do nosso querido Amazonas.<sup>14</sup>

A seção do jornal confirma a SPVEA como articuladora dos incentivos fiscais necessários para iniciar o empreendimento em Parintins, com ênfase na lei 4.416<sup>15</sup>, a qual

<sup>14</sup> Jornal do Comércio. **SPVEA Aprova Projeto.** Manaus, quarta-feira 7 setembro de 1966. p. 5. Edição 18871. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br>. Acesso em: 23 de outubro de 2023.

<sup>15</sup> BRASIL. **Lei nº 4.216, de 6 de maio de 1963.** Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L4216.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4216.htm). Acesso em: 16 de junho de 2023.

garantiu dedução de até 50% do imposto de renda para pessoas jurídicas que possuíssem capital nacional e interesse em investir na Amazônia, especificamente em indústrias consideradas rentáveis para a região. O Sr. Luiz do Valle Miranda se ofereceu como um desses investidores<sup>16</sup>, tornando-se o presidente da Fabriljuta. Por isso é importante frisar a quantidade dinheiro público destinados aos investimentos privados.

A política de isenção fiscal tinha a mesma base de organização econômica daquela aplicada pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). O objetivo era industrializar a região, “quando a Sudene foi criada para o Nordeste do Brasil, um sistema de estímulos fiscais por parte do governo federal que abria mão de 50% do imposto de renda das pessoas jurídicas” (Batista, 2007, p. 287).

A intenção do Jornal do Comércio era promover a produção da juta em Parintins e a instalação da Fabriljuta, já que ambas estavam a serviço do empresariado regional. Acentuava a as transformações e os benefícios que ocorreriam a partir da industrialização da juta na região do Baixo-Amazonas, indicando como consequência a possibilidade de um processo de “modernização” na cidade.

De acordo com Souza (2013, p. 50) “o interesse da fibra de juta e malva impulsionou a fundação da Cooperativa Mista de julticultores de Parintins; instalação da Prensa de Juta Martins Mello, instalação da Fabriljuta de Parintins [...]”, a economia do município de Parintins antes da Fabriljuta se baseava na criação de gado, plantação de juta, produtos agrícolas para subsistência e pesca. Entre os anos de 1966 a 1968, a cidade passou por um fluxo de urbanização com o fornecimento de água, demonstrando que a cidade se encontrava em expansão na sua rede de infraestrutura.

A edição do Jornal do Comércio de 1966<sup>17</sup> evidenciou Parintins como uma cidade modelo, cujas sementes da juta e de outros produtos extrativistas proporcionaram uma rápida modernização da cidade. Foi vendida uma ilusão de desenvolvimento econômico e social, atrelada, principalmente, à agroindústria da juta. O porto de lenha, anteriormente considerado pobre e atrasado, beneficiou-se do avanço tecnológico em termos produtivos. Sob essa lógica, a população não sofreria mais com a fome ou com a pobreza, já que a região se tornaria,

---

<sup>16</sup> Outro investidor que podemos salientar, mas que não foi mencionado pelo jornal, é José Esteves. Diretor-Presidente da COMPANHIA FABRIL DE JUTA PARINTINS (FABRILJUTA), sucessora de J. Esteves — Indústria e Comércio, de Parintins (AM), no período de abril de 1964 a fevereiro de 1966. Contudo, ele tendo deixado a presidência da referida empresa em virtude de proibição que estabeleceu a Constituição Federal, mas continuou, entretanto, como um dos seus principais acionistas (Esteves, 1978 v. 1, tomo 1, p. 07).

<sup>17</sup> Jornal do Comércio. **Sementes Milagrosas Mudam Porto de Lenha em Cidade Modelo**. Manaus, sábado 17 de setembro de 1966. p. 5. Edição 19076. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br>. Acesso em: 23 de outubro de 2023.

supostamente, uma grande exportadora de produtos regionais para o mercado nacional e internacional, sobretudo com a presença da Fabriljuta, o maior empreendimento na região do Baixo-Amazonas. Entretanto, aqueles que produziram o milagre da semente, os/as trabalhadores/as, não tiveram acesso à riqueza gerada no município, sua força de trabalho era expropriada para produzir excedente. Tampouco houve muitos câmbios, pois boa parte da infraestrutura, como inauguração de escolas, construção de usinas elétricas, criação de hospitais, pavimentação de ruas, construção de pontes, etc., era induzida apenas para atender às necessidades da elite local e do capital.

Imagem 4: Parintins a cidade modelo.



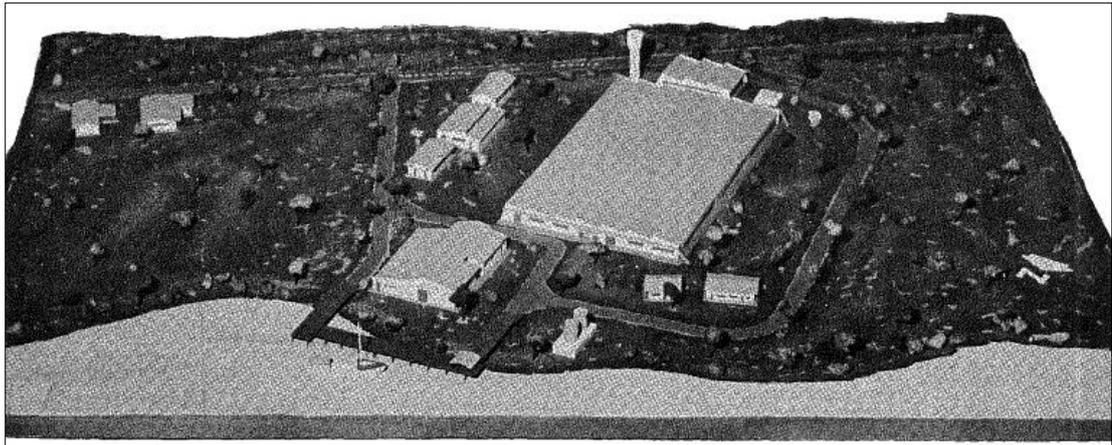
Fonte: Jornal do Comércio. **Sementes Milagrosas Mudam Porto de Lenha em Cidade Modelo.** Manaus, sábado, 17 de setembro de 1966. p. 5. Edição 19076.

Em 1966, o Jornal do Comércio divulgou que a cidade de Parintins, naquele momento, havia se transformado no habitat da planta de juta, pois a cidade tinha se tornado responsável por 37% da produção da fibra na região. O intuito era chamar atenção SPVEA, órgão que tinha interesse em investir em uma fábrica de fios de juta que estivesse em processo de planejamento por meio do ofício 252/66 – CD de 08/07/1966, uma vez que a considerava um incremento importante para o Estado do Amazonas. Outro aspecto a ser demonstrado é participação da Companhia de Juta de Parintins – Fabriljuta na Reunião de Incentivos ao Desenvolvimento da Amazônia, já mencionado anteriormente, que aconteceu em Manaus em 1966. Nesse sentido, ocorreu a integração da fábrica aos objetivos do desenvolvimento da Amazônia, delimitados

pelo Governo Federal. Com ênfase para a aprovação do financiamento para a construção da Fabriljuta pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE)<sup>18</sup>.

Abaixo, podemos visualizar a maquete da Fabriljuta apresentada no livro de José Esteves, autor do projeto exibido na câmara dos senadores em Brasília na década de 1960.

Imagem 5: Maquete da Companhia Fabril de Juta Parintins - Fabriljuta



Fonte: Imagem retirada do livro A vida pública do Senador José Esteves (1964-1970).

A cidade de Parintins recebeu visitas de autoridades da ditadura civil-militar e de participantes da Reunião de Incentivos ao Desenvolvimento da Amazônia, os quais visitaram a Fabriljuta que, àquela altura, ainda se encontrava em fase de construção. O *Jornal do comércio*<sup>19</sup> expôs o projeto da fábrica como um grande acontecimento para a cidade, afirmando que a comitiva era recebida com muito entusiasmo pela população. Esse evento confirmava a aprovação do projeto industrial, que garantiu os recursos necessários para finalizar o empreendimento. Silva (2018, p. 51) explana sobre a dimensão dos interesses da elite regional, do Estado e do capital na economia da juta:

Em relação aos aspectos conjunturais, é necessário registrar que o processo de implantação do agronegócio da juta foi marcado, sobretudo, por relações de poder assimétricas entre a região e o Estado-nação, em praticamente todos os níveis, e estava sujeito às injunções e disjunções estruturais do sistema capitalista mundial. Com trabalho e condições de trabalho específicos, os estratos laborais agrícola e industrial da cadeia produtiva da juta constituíram-se em meio às articulações políticas e empresariais necessárias para dotar a região da infraestrutura agroindustrial compatível com a produção de sacaria de juta em escala industrial. Estas características nos permitem afirmar que a cadeia produtiva da juta, com um segmento agrícola rural e outro urbano industrial, foi a primeira atividade econômica regional considerada como agronegócio, envolvendo desde a produção de sementes, passando

<sup>18</sup> *Jornal do comércio. Companhia Fabril de Juta*. Manaus, terça-feira de 29 de novembro de 1966. p. 1. Edição 19190. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br>. Acesso em: 23 de outubro de 2023.

<sup>19</sup> *Jornal do Comércio. Fabriljuta presente no I Encontro da Amazônia*. Manaus, quarta-feira 8 dezembro de 1966. p. 5. Edição 19183. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br>. Acesso em: 23 de outubro de 2023.

pelo cultivo e beneficiamento da fibra, até a comercialização da sacaria industrializada em fábricas amazonenses e paraenses.

Este autor ressalta que o processo de industrialização da juta seguia a lógica capitalista de produção, isto quer dizer que o processo era pensado desde seu cultivo nas zonas rurais até o momento do seu beneficiamento dentro das fábricas nas zonas urbanas. Em vista disso, era indispensável uma base de apoio que ocorreu por parte de agentes políticos e de empresariais que juntos garantiram a infraestrutura e a mão de obra necessárias na região produtora, ou próxima dela, para que a cidade recebesse tal empreendimento.

É notável a presença do BNDE em todo processo de construção e de manutenção da Fabriljuta, como podemos notar na foto que reproduzimos e que enfoca nas placas que anunciavam as obras do empreendimento.

Imagem 6: Área onde seria construída a Companhia Fabril de Juta Parintins – Fabriljuta com destaque para a placa do BNDE, s/d.



Fonte: Fotografia cedida por Ellen Cansanção, 2023.

Não apenas no cenário da imprensa mercadológica, mas também no âmbito político, a Fabriljuta se oferecia como um empreendimento ideal para a cidade de Parintins. O senador José Esteves mostrou-se um grande defensor da fábrica, condecorando-a em uma plenária advinda em 1968, na qual participavam a SUDAM e o BNDE como apoiadores e financiadores.

A FABRIL JUTA está instalando em Parintins, no meu Estado, uma fábrica de Fiação e Tecelagem, para cuja realização contou com o decidido apoio financeiro do BNDE, que concedeu-lhe um financiamento a longo prazo de Cr\$ 1.020.000.000 (um bilhão e vinte milhões de cruzeiros antigos) e mais o aval prestado por aquele Banco do financiamento estrangeiro, decorrente da compra na Inglaterra do equipamento têxtil, no valor de £ 474.000 (quatrocentas e setenta e quatro mil libras esterlinas); vem

contando com a confiança dos investidores, que, através de recursos de incentivos fiscais, subscreveram ações da referida empresa; vem contando com o apoio da SUDAM, onde só tem encontrado boa vontade e o desejo de ajudar aquele empreendimento (Esteves, 1968, p. 281).

Como político do Estado do Amazonas e acionista da fábrica, José Esteves fez uma propaganda positiva sobre o empreendimento que estava em fase de introdução na cidade de Parintins durante sua participação no congresso nacional. Nesses atos, Esteves falava sobre o capital obtido para a construção e para a compra de maquinários, enfatizando a contribuição da SUDAM como apoiadora da iniciativa industrial, o financiamento e a isenção fiscal foram fatores que privilegiaram a instalação da fábrica. Por isso, podemos creditar a esse agente histórico como um dos articuladores políticos que contribuíram para a fundação da fábrica de aniagem no Baixo-Amazonas.

Aliás, é imperativo expor o apoio político e econômico exaltado pelo jornal para a implementação e o funcionamento da Companhia Fabril de Juta de Parintins – Fabriljuta. Naquela época, a instalação desta fábrica gerava uma enorme expectativa no cenário oficial, tanto no âmbito político como econômico, pois se demonstrava como uma possibilidade de mudança na vida dos/as trabalhadores/as da região.

Vale salientar na oportunidade do decidido apoio que o Governador Danilo Areosa, vem dando a Fabriljuta, através dos seus órgãos técnicos, levando em conta que é primeira indústria grande indústria que se instala no interior criando condições de trabalho e uma vida melhor para os homens que habitam aquela região. Por igual é desse destacar a contribuição do Banco do Estado do Amazonas que não tem faltado com a sua ajuda para a referida indústria, dando-lhe o auxílio que a condição permite<sup>20</sup>.

Com efeito, construiu-se, através da imagem da fábrica, uma ideia de oportunidade e de transformação. Graças a essa vinculação, a fábrica se tornou um novo eldorado gerador de riquezas que deveria ser cuidada e protegida, enquanto fosse do interesse do capital, apresentando-se como expoente da modernidade da cidade e que chegara para “salvar” a população de Parintins do atraso econômico e social.

A instalação da fábrica modificou a dinâmica espacial e social da cidade de Parintins. Dentro desse processo de experiência urbana na Amazônia, Castro (2008) aborda que a ideia de modernizar a região Norte perpassou pela ação do Estado e do capital que circulou no território amazônico no período de 1960 a 1970, mas não unicamente nas regiões de fronteira. A chegada da fábrica teve como efeito a inserção das cidades amazônicas em espaços de

---

<sup>20</sup> Jornal do Comércio. **Estrutura metálica para a Fabriljuta de Parintins**. Manaus, terça-feira 26 de março de 1968. p.1 Edição 19712. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br>. Acesso em: 23 de outubro de 2023.

transformações econômicas, sociais e políticas que modificaram a dinâmica local, a partir organização e reorganização das cidades construindo novas experiências sociais para a população.

O Jornal do Comércio reforçou o discurso saudosista em relação à economia da juta e à fundação da Fabriljuta em Parintins. E, em sua edição 19404 de 1967, somos apresentados à chamada “V fase da economia da juta”.

Do que tem sido a expansão de tal cultura em nossa terra com o crescimento de áreas dedicadas ao seu plantio desde as várzeas da região do Baixo-Amazonas até Urucurituba Baixo-Madeira, etc. Sem contar com os seus principais centros que se situam em Parintins e Itacoatiara, e com posterior surgimento de uma hoje já bem solida indústria de beneficiamento de juta e fiação de juta e tecelagem da fibra tiliácea que veio num crescimento desde o pioneirismo de indústrias como a Taubaté, de São Paulo até à CATA e a FABRILJUTA as mais recentes, todos nós sabemos como tem sido isso, até se constituir num dos mais sólidos patrimônios da nossa economia<sup>21</sup>.

A trajetória da economia juta, desde a sua introdução, climatização e produção, impactou diretamente na solidificação das fábricas de aniagem na Amazônia, a ponto de serem comparadas com grandes indústrias têxteis da fibra na região Sudeste. Em 1970, a Fabriljuta já se encontrava completamente construída, com seu maquinário todo instalado. Entretanto, o período de safra da juta determinou o início das atividades da fábrica<sup>22</sup>.

Em síntese, podemos resumir que a escolha de Parintins para receber tal empreendimento estava ligada, entre outros fatores, à sua grande produção de fibra de juta. A matéria-prima naquele momento era um dos principais produtos de exportação do Amazonas e da cidade, o que a colocava como ponto estratégico na perspectiva das políticas governamentais para Amazônia. Isso porque Parintins fica perto da capital Manaus e na galha do rio Amazonas, principal rota mercante da região Norte. Além desses fatores econômicos e geográficos, as articulações políticas atreladas por grupos políticos regionais em defesa da economia da juta também explicam a fundação da Fabriljuta em solo parintinense.

As fábricas de aniagem não foram introduzidas de forma leviana, mas dentro de estudos econômicos e políticos, com objetivo de explorar todos os recursos naturais e humanos que a Amazônia poderia oferecer.

---

<sup>21</sup> Jornal do Comércio. **Juta. V fase da economia em desenvolvimento**. Manaus, domingo de 7 de maio de 1967, p.11. Edição 19404. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br>. Acesso em: 23 de outubro de 2023.

<sup>22</sup> Jornal do Comércio. **Instalações da Fabriljuta impressionam o ministro**. Manaus, quinta-feira, 29 de janeiro de 1970, p.1 Edição 20304. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br>. Acesso em: 23 de outubro de 2023.

Essa estrutura resultou nas etapas da industrialização da juta que, de acordo com Silva (2018, p. 52), “a cadeia produtiva da juta envolvia, além dos juteiros acantonados nos beiradões dos rios e igarapés amazônicos, milhares de operários fabris que atuavam nas fábricas de fiação e tecelagem de juta em Parintins, Manaus, Belém, Santarém”. Em outras palavras, a economia da juta envolveu múltiplos sujeitos de setores sociais específicos, oriundos das profundezas das Amazônia recrutadas para as fábricas de tecelagem, cujo protagonismo foi invisibilizado nas narrativas de modernidade e de progresso exibidas pela imprensa amazonense.

Na década de 1960, o *Jornal do Comércio* representava os interesses da elite regional e nacional, que estavam condicionados à política econômica ditadura civil-militar, período que ajudou a disseminar um pensamento ilusório de progresso, modernidade e oportunidade. Por meio de propagandas, a imprensa amazonense tinha o objetivo de provar a todas as classes sociais, a importância da Fabriljuta no cenário econômico Amazonense e que, portanto, Parintins era a “cidade modelo”, o lócus dos fios dourados da juta, escolhida para gerar riqueza na Amazônia. Dentro das especialidades da lógica capitalista, uma nova dinâmica laboral foi oferecida pela indústria aniagem a população parintinense após o início do seu funcionamento, retratando novos atores, mentalidades e comportamentos dentro cenário fabril que se manifestava. Sob ponto de vista local, vemos que a fábrica gerava perspectivas de mudanças que, até aquele momento, a região no Baixo-Amazonas não havia experimentado.

## 2. TECENDO MEMÓRIAS: AS TRAJETÓRIAS DOS/AS TRABALHADORES/AS ATÉ A FABRILJUTA

A partir desse momento, iremos delinear e conhecer quem são os colaboradores e colaboradoras desta pesquisa, apoiando-nos nas narrativas orais daqueles/as que experienciaram o trabalho na Fabriljuta, em Parintins, nas décadas de 1970 e 1980. Portanto, iremos apresentar cada um dos sujeitos e sujeitas, cujas memórias coletivas e individuais se entrelaçaram e auxiliaram-nos.

Logo, essa escuta possibilita repercutir as vozes daqueles/as que estão relacionados ao mundo do trabalho, mas que ainda não foram ouvidos/as. Nosso caminho começa com narrativas e a partir delas iremos reconstituir o passado, já que Porteli (2016, p. 18) defende a importância de entendermos que “a memória não é um mero depósito de informações, mas um processo contínuo de elaboração e reconstrução de significados”, ou seja, as experiências pessoais possuem uma importância histórica mesmo que o sujeito que está narrando a sua trajetória não a reconheça.

Sobretudo, é indispensável levar em consideração que a memória traz consigo um caráter subjetivo na sua construção, os depoimentos não são uma verdade, não há como provar com exatidão os fatos, já que “a memória oral também tem seus desvios, seus preconceitos, sua inautenticidade” (Bosi, 2003, p. 18). Entretanto, cada aspecto, dentro da narração, possuiu um sentido, seja na oralização, no silêncio ou no esquecimento. Tudo nos serve como interpretação e reinterpretação de experiências vividas de várias pessoas num determinado período e lugar.

Portanto, iremos expor as origens e como chegamos até os sujeitos e as sujeitas dessa pesquisa.

### 2.1 MEMÓRIAS E TRAJETÓRIAS DE VIDA DE TRABALHADORES/AS DA FABRILJUTA

#### 2.1.1 Ana Zerina Gama dos Santos<sup>23</sup>

Ana Zerina Gama dos Santos trabalhou na Fabriljuta durante os anos de 1970 e nos concedeu a entrevista para essa pesquisa no dia 24 de outubro de 2023, no bairro Paulo Correia, em Parintins-AM. Naquele momento, ela estava com 86 anos. A coleta dos dados foi realizada na sua residência, na presença dos netos. Devido à sua idade avançada, ela se lembrava de

---

<sup>23</sup> Ana Zerina Gama dos Santos, entrevista realizada em 24 de outubro de 2023, em sua residência em Parintins/AM.

poucas coisas da época em que trabalhou na Fabriljuta, por isso necessitou da ajuda de familiares para recordar certos episódios do seu próprio relato.

Imagem 7: Dona Ana Zerina Gama dos Santos, 2023.



Fonte: Foto própria.

Apesar da dificuldade, dona Ana proporcionou fatos consideráveis sobre a sua trajetória no mundo do trabalho até mencionar a sua inserção na fábrica. A sua voz tremula, em razão da idade, dificultou o entendimento, entretanto ela soube explicitar cada detalhe enquanto trabalhadora da fábrica, discriminando a sua função, divisão de trabalho, carga horária e seu salário na época. Além disso, mostrou a sua carteira de trabalho, por meio da qual pode comprovar o quanto recebia na função de desmanche de fardos de juta nos armazéns da Fabriljuta e nas prensas de juta que atuou.

A recordadora permitiu que fosse tirada uma fotografia dela e da sua carteira de trabalho para registro. Ana Zerina da Gama Santos destacou os lugares que trabalhou ao longo da sua vida, “Trabalhei, nós trabalhávamos na FITEJUTA, daí a FITEJUTA foi embora de Parintins, para Manaus. Ai, nós formos lá para o Elias Assayag lá para Fabril já, trabalhava avulso”<sup>24</sup>.

Na sua fala, diz que nasceu em Parintins – AM, mas que morou na zona rural boa parte da sua vida, mais especificamente na região da Vila Amazônia. Concluiu o ensino básico já idosa, mostrou-se orgulhosa desse feito e do tempo dedicado ao trabalho.

---

<sup>24</sup> Ana Zerina Gama dos Santos, entrevista realizada em 24 de outubro de 2023, em sua residência em Parintins/AM.

Ao mencionar sobre o seu tempo de trabalho, afirmou que sempre trabalhou com a matéria-prima da juta de forma avulsa até migrar, na década de 1960, da zona rural para a cidade. Relatou o seguinte: “a única coisa que eu já trabalhei foi na juta. Mas, lá na Vila Amazônia eu trabalhava avulso. Era assim, não tinha assim como a carteira agora tem, sabe? Eu vim em sessenta aqui para Parintins, aí eu tirei a minha carteira”<sup>25</sup>.

Porém, ela evidenciou que foi obrigada se aposentar cedo em consequência a um acidente trabalho. Nesse episódio, ela foi atropelada por um caminhão, o que a impossibilitou de continuar em qualquer outro ofício, mas não deixou claro se foi na Fabriljuta ou não o local. Atualmente, dona Ana está aposentada e mora com os seus netos que cuidam dela.

### 2.1.2 Dilza Azevedo Marialva<sup>26</sup>

Imagem 8: Dona Dilza Azevedo Marialva, 2023.



Fonte: Foto própria.

Dilza Azevedo Marialva trabalhou na parte administrativa da Fabriljuta quando tinha somente 16 anos. Permaneceu apenas 2 anos no empreendimento. Cedeu a entrevista para essa pesquisa no dia 27 de outubro de 2023, na sua residência localizada no bairro Macurany, na cidade de Parintins-AM. A coleta de dados ocorreu, de fato, em frente à sua casa, embaixo das

---

<sup>25</sup> Ana Zerina Gama dos Santos, entrevista realizada em 24 de outubro de 2023, em sua residência em Parintins/AM.

<sup>26</sup> Dilza Azevedo Marialva, entrevista realizada em 27 de outubro de 2023, em sua residência em Parintins/AM.

sombras das árvores em uma manhã ventilada e ensolarada. Nascida em 19 de novembro de 1962, contava com 60 anos na época em que nos consentiu entrevistá-la.

É natural de Parintins–AM e, ao ser perguntada sobre o lugar onde morou, ela afirmou o seguinte “Sim, nasci e vivi a minha vida toda aqui”<sup>27</sup>. Dilza foi localizada através das redes sociais, porque comentou sobre sua experiência como funcionária em uma postagem que continha a imagem da Fabriljuta. Por intermédio desse primeiro contato, ela concordou em realizar a entrevista. Atualmente, encontra-se aposentada, possui ensino superior e, após a sua passagem como funcionária da fábrica, atuou como professora. Durante a conversa, mostrou-se muito orgulhosa dos seus anos dedicados aos estudos e à docência. Sempre sorridente, buscou responder às perguntas com clareza, e não deixou de comentar sobre a importância da Fabriljuta na sua vida e como os anos ali contribuíram para a sua construção no mundo do trabalho.

### 2.1.3 Valcira Fonseca de Souza<sup>28</sup>

Imagem 9: Dona Valcira Fonseca de Souza, 2023.



Fonte: Foto própria.

Valcira Fonseca de Souza começou a trabalhar na Fabriljuta, em 1978, quando tinha 16 anos e foi recrutada para o trabalho fabril. Lá, atuou no setor de tecelagem, mas permaneceu no

---

<sup>27</sup> Dilza Azevedo Marialva, entrevista realizada em 27 de outubro de 2023, em sua residência em Parintins/AM.

<sup>28</sup> Valcira Fonseca de Souza, entrevista realizada em 27 de outubro de 2023, em sua residência em Parintins/AM.

empreendimento apenas por alguns meses. Concedeu a entrevista no dia 27 de outubro de 2023, na sua residência no bairro de Palmares, na cidade de Parintins–AM. No período em que autorizou a entrevista estava com 67 anos.

O local escolhido para a coleta de dados a parte da frente da sua casa, num final de tarde. Estava empolgada para conversar, mostrou-se emocionada ao falar da sua trajetória de vida, mesmo que tenha tocado em assuntos sensíveis para ela. E, quando se tratava de se impor perante as diversidades na sua vida, mudava o tom da sua voz, despontando firmeza ao lembrar das suas ações dentro e fora da fábrica.

Atualmente, dona Valcira se encontra aposentada, vive com os filhos e netos na sua residência, não media as palavras ao falar sobre o seu passado, principalmente sobre o seu percurso no mundo do trabalho. Ao se lembrar da Fabriljuta, compartilhou o seguinte relato: “Aí, o que aprendi foi só trabalhar mesmo, graças a Deus. Agradeço a Deus, e pelo menos isso eu aprendi, entendeu? Eu aprendi a trabalhar, a viver para que um dia eu não saísse perdida como uma doida aí sem saber”<sup>29</sup>. Com isso, a recordadora apresentou-nos uma intensa relação com labor desde a sua infância, deixou claro que o que ela aprendeu na vida foi trabalhar, pois o ócio se tornava sinônimo de desemprego, o que, para ela, gerava uma moral duvidosa.

#### 2.1.4 Luís Alberto Mendes de Carvalho<sup>30</sup>

Luís foi localizado por meio de um *post* de *Facebook*, em uma página sobre o passado da cidade de Parintins. Nessa rede social, ele comentou em uma foto sobre a Fabriljuta e graças a isso entramos em contato e explicamos sobre a pesquisa a ser realizada sobre a Fabriljuta. Ele mostrou-se receptivo e aceitou o nosso convite para entrevistá-lo.

O nosso encontro ocorreu na cidade de Parintins–AM, no bairro de Taguatinga, na sua residência, em uma tarde do dia 3 de janeiro de 2024. Ele mora com sua esposa e com um sobrinho. Luís é formado em Letras pela Universidade Estadual do Amazonas (UEA), trabalha nessa instituição atualmente como docente. Trabalhou na Fabriljuta com a idade de 16 anos, no ano de 1981.

---

<sup>29</sup> Valcira Fonseca de Souza, entrevista realizada em 27 de outubro de 2023, em sua residência em Parintins/AM.

<sup>30</sup> Luís Alberto Mendes de Carvalho, entrevista realizada em 03 de janeiro de 2024, em sua residência em Parintins/AM.

Ao se referir sobre o trabalho na fábrica confessou que “foi uma espécie de lazer, né”.<sup>31</sup> Devido à sua menoridade na época conforme, Luís tendia ao pensamento de exaltação em relação ao labor em uma linha de produção fabril, já que o direito ao ócio se tornou moralmente inaceitável e o trabalho se transformou em sua identidade para se diferenciar dos demais.

Imagem 10: Luís Alberto Mendes de Carvalho, 2024.



Fonte: Foto própria.

No momento da entrevista, Luís estava com 60 anos, mas nos alertou que seu aniversário de 61 anos seria no mês seguinte. O recordador trabalhou na Fabriljuta em dois períodos distintos. Primeiramente quando a fábrica se encontrava funcionando em sua totalidade e em um segundo momento, quando o empreendimento já estava em decadência e intitulava-se União manufatureira.

#### 2.1.5 José Carlos das Neves Farias<sup>32</sup>

José Carlos das Neves Farias nasceu no dia 6 de junho de 1950, em Parintins. Tornou-se servente da Fabriljuta em 1971, chegando ao cargo de chefe da casa de máquinas da fábrica, setor onde atuou por quase 12 anos. Foi localizado por meio de outro recordador que indicou

---

<sup>31</sup> Luís Alberto Mendes de Carvalho, entrevista realizada em 03 de janeiro de 2024, em sua residência em Parintins/AM.

<sup>32</sup> José Carlos das Neves Farias, entrevista realizada em 09 de janeiro de 2024, em sua residência em Parintins/AM.

seu endereço. A entrevista foi realizada no dia 9 de janeiro de 2024, em sua residência no bairro São José, na cidade de Parintins–AM. No momento da coleta dos dados estava com 73 anos, encontra-se aposentado, mora com a sua esposa e filhos.

José Carlos foi um dos recordadores que por mais tempo permaneceu como trabalhador da Fabriljuta, atuou entre os anos 1971 e 1983. Trabalhou, inicialmente, como limpador de resíduos do chão fábrica até chegar ao cargo de mecânico e chefe da casa de máquinas.

José Carlos nos recebeu em sua residência numa tarde, estava disposto a falar, lembrando-se de forma nítida toda a sua experiência como um trabalhador de uma fábrica. Deixou clara a sua gratidão pelo tempo em que trabalhou na Fabriljuta, destacando um discurso saudosista que podemos perceber nesta frase: “Essa fábrica foi a mãe de Parintins. Fabricazinha que empregou muita gente. Até a minha esposa trabalhou lá, ela era tecelã”.<sup>33</sup>

#### 2.1.6 Maria da Graça Costa da Silva<sup>34</sup>

Maria da Graça Costa da Silva nasceu em 1949, em Parintins. No período em que foi entrevistada para a coleta de dados contava com 75 anos. Foi localizada a partir do contato com outro recordador, chamado José Carlos, pois era seu vizinho. Quando José Carlos a viu saindo de sua residência, nos apresentou e ela se integrou na conversa.

Ao conversar com ela e explicar sobre a pesquisa, ela permitiu que gravássemos seu relato sobre a Fabriljuta. A realização da entrevista ocorreu dentro da sua residência no bairro de São José, na cidade de Parintins no dia 9 de janeiro de 2024.

Atualmente, Maria da Graça recebe benefício do Governo, mora com seu marido e com os seus filhos. Inclusive seu cônjuge, também foi funcionário da Fabriljuta. Segundo a dona Maria, ela foi contratada pela fábrica de tecelagem aos 20 anos: “eu acho que eu já trabalhei em 80 e saí por mais ou menos quando foi à falência a fábrica”<sup>35</sup>. Conforme nos contou, seu tempo de trabalho na fábrica foi de 3 anos.

A recordadora se expressou de forma bem-humorada, sempre risonha e disposta a falar sobre sua experiência dentro da fábrica e fora dela também, despontando uma grande simpatia ao contar sua trajetória de vida.

---

<sup>33</sup> José Carlos das Neves Farias, entrevista realizada em 09 de janeiro de 2024, em sua residência em Parintins/AM.

<sup>34</sup> Maria da Graça Costa da Silva, entrevista realizada em 09 de janeiro de 2024, em sua residência em Parintins/AM.

<sup>35</sup> Idem.

### 2.1.7 Teresa dos Santos de Moura<sup>36</sup>

Imagem 11: Teresa Santos de Moura, 2024



Fonte: Foto própria.

A dona Teresa dos Santos de Moura trabalhou no setor da fiação da fábrica: “eu trabalhava na bobina, umas maquinazinhas deste tamanho que fazia fios”<sup>37</sup>. Nasceu no dia 10 de outubro de 1942, em Parintins. No período da entrevista contava com a idade de 83 anos. A recordadora foi uma das trabalhadoras que mais tempo atuou na Fabriljuta, no total foram 12 anos dedicados ao trabalho na fábrica.

A recordadora foi localizada por meio da entrevista com a dona Maria Graça que nos indicou que a dona Teresa era a sua vizinha no Bairro Taguatinga na cidade de Parintins-AM. Entretanto, ela não se encontrava em sua residência, o que nos levou a procurá-la em seu local de trabalho, uma pequena venda de frutas e legumes. Curiosamente, o novo posto de trabalho ficava localizado em frente ao antigo prédio da Fabriljuta que, como já mencionamos, nos dias de hoje é sede da agremiação folclórica Boi Bumbá Garantido.

A entrevista ocorreu no dia 10 de janeiro de 2024, numa manhã de quarta-feira. Por não ter muito tempo livre, dona Teresa dividiu o seu tempo entre atender os seus clientes e colaborar

---

<sup>36</sup> Teresa dos Santos de Moura, entrevista realizada em 10 de janeiro de 2024, em sua banca de frutas e verduras em Parintins/AM.

<sup>37</sup> Idem.

com a coleta de dados para a pesquisa. Ao longo da entrevista se mostrou disposta a responder às perguntas.

#### 2.1.8 Wilson Ferreira da Silva<sup>38</sup>

Wilson Ferreira da Silva, de 72 anos, conhecido como “Mineiro”, trabalhou como chefe geral na Fabriljuta na década de 1970 a 1980. O recordador cedeu a entrevista no dia 5 de janeiro de 2024. Também foi localizado graças à indicação de outro recordador que o conhecia e indicou a sua localização. A coleta de dados ocorreu em sua residência no bairro de São José Operário, em Parintins–AM.

Wilson nasceu em Ituiutaba–MG e migrou para o norte ainda jovem, chegando em Parintins na década de 1970 para atuar diretamente na Fabriljuta. No seu relato notamos sua longa experiência em fábricas de tecelagem, pois atuou não só na cidade de Parintins-Am, mas em outros empreendimentos do setor em anos anteriores à sua chegada a Parintins. Hoje em dia se encontra aposentado e mora com a sua esposa, filhos e netos. Wilson é o único dos trabalhadores cuja origem não remota à cidade, é um migrante a região sudeste do país.

Imagem 12: Wilson Ferreira da Silva, 2024.



Fonte: Foto própria.

---

<sup>38</sup> Wilson Ferreira da Silva, entrevista realizada em 5 de janeiro de 2024, em sua residência em Parintins/AM.

O recordador nos revelou sua carteira de trabalho e permitiu ser fotografado para registro. Entre os recordadores é que possui maior tempo de serviço na Fabriljuta, atuando até os anos de 1980, quando pediu demissão. Ao ser questionado sobre suas lembranças mostrou sempre disposto a responder, além de ser muito receptivo, apontou vários detalhes de sua trajetória de vida e da sua relação com o mundo do trabalho, no qual esteve como chefe geral e coordenador dos trabalhadores na linha de produção da fábrica.

## 2.2 DELINEANDO AS ORIGENS DOS/AS TRABALHADORES/AS : A VIDA ANTES DA FÁBRICA

Com a introdução da Fabriljuta em Parintins, uma nova dinâmica laboral foi instaurada. A organização laboral seguiu uma linha de produção capitalista, que resultou no aparecimento de atores sociais que foram contratados e captados para trabalharem em uma fábrica de fiação de juta. Algumas dessas pessoas, inclusive, tiveram o primeiro e único contato com uma indústria de tecelagem a partir desse empreendimento. A cidade toda foi afetada e reestruturada, modificando a realidade da população que, até aquele momento, era predominantemente rural.

Primordialmente, iremos traçar as origens desses sujeitos e dessas sujeitas e situar o contexto em que se encontrava a cidade de Parintins no período anterior à chegada da fábrica, já que a maioria dos/as recordadores/as vieram da zona rural. De acordo com Bosi (2003, p. 24) “o tempo biográfico tem andamento como na música desde o alegre da infância que parece na lembrança luminoso e doce, até o adágio da velhice”. Portanto, dona Ana Zerina Gama narra a sua origem da seguinte forma: “eu nasci na Vila Amazônia, eu nasci ali, eu me batizei ali, me crismei ali, tudo. Eu sou crismada de Vila Amazônia, e morei muito tempo lá, eu me criei ali, do tempo dos japoneses nós fomos para lá. Ali eu nasci”<sup>39</sup>.

Ao ser questionada sobre a sua experiência no mundo do trabalho antes de migrar para a cidade, Ana Zerina Gama dos Santos contou a seguinte história:

A única coisa que eu já trabalhei foi na juta. Mas lá na Vila Amazônia eu trabalhava avulso. Era assim, não era a carteira que agora tem sabe, eu vim em sessenta aqui para Parintins aí eu tirei minha carteira porque ia precisar lá na Fabril. Aí nos vinha aqui para Parintins remando uma canoa, quatro meses mano trabalhava de lá. Aí o meu marido morreu né. Aí a minha mamãe mandaram vim me buscar e eu vim para Parintins, em sessenta, morando ali naquela na francesa, perto da francesa naquele lombo daí como é, que tem aquela farmácia que baixa né, pois é lá no finalzinho<sup>40</sup>.

---

<sup>39</sup> Ana Zerina Gama dos Santos, entrevista realizada em 24 de outubro de 2023, em sua residência em Parintins/AM.

<sup>40</sup> Idem.

Nota-se, que nos foi exposto uma relação de trabalho não assalariado, pautada na produção de matéria-prima da juta, como narrado pela recordadora. Os /as trabalhadores/as amazônicos/as, em muitos casos, ainda estavam atrelados/as ao sistema de aviamento, predominante, principalmente, nas zonas rurais da região Norte. Além disso, a maior parte dos sujeitos entrevistados traçaram suas origens a partir da zona rural, relacionando sua primeira experiência com a produção agrícola, com destaque para a extração da juta.

Farias (2010, p. 15) manifesta que antes da Fabriljuta a massa dos trabalhadores/as em Parintins estava inseridos/as em atividades primárias.

A cidade de Parintins, até a década de 1960 ainda não havia experimentado uma economia baseada na produção fabril, estava calcada basicamente, no extrativismo na agricultura de subsistência principalmente nas áreas rurais do município empreendimento particulares, como o comércio de gêneros alimentícios, setores lojistas com uma infinidade de produtos de consumo. Na questão da agricultura, vale ressaltar que era em sua maioria de subsistência onde os agricultores cultivavam as raízes, como a mandioca, para a produção da farinha, que era comercializada, em pequena escala. Havia também a prática de moradores da área rural que comercializavam os produtos de caça e pesca (como o pirarucu, carne de animais silvestres, couro de jacaré) entre tantos outros, para sua sobrevivência. Isso movimentava a economia de Parintins.

Como mencionando pela autora, Parintins, até 1960, produziu uma força de trabalho muito distante da que se presenciaria com a instalação da Fabriljuta, isso porque a multiplicidade dos/as sujeitos/as que trabalharam no espaço fabril eram oriundos/as da zona rural e possuíam experiências diferentes daquelas que acumulariam mais tarde. Na sua totalidade, a cidade sobrevivia por meio de uma economia de subsistência e, apesar de esse sistema também estar pautado em um vínculo capitalista, a força de trabalho ainda não era fabril.

A recordadora dona Valcira<sup>41</sup> ressalta que nasceu na comunidade do boto, na zona rural de Parintins e, ao narrar a sua origem, logo faz uma menção a presença do mundo do trabalho quando descreve a sua infância.

Pois é, eu trabalhava na com meus pais, com roupa, plantando juta e milho, macaxeira, jerimum, tudo a gente tinha, a gente não tinha dinheiro, mas a gente tinha de tudo. Plantação de banana. Tomate, maxixe, jerimum, melancia, tudo. Graças a Deus a gente tinha, não tinha dinheiro. Nós não éramos ricos de não passar necessidade. Mas já faltava o dinheiro né! Que ali na época não tinha como a gente faturar o dinheiro<sup>42</sup>.

---

<sup>41</sup> Valcira Fonseca de Souza, entrevista realizada em 27 de outubro de 2023, em sua residência em Parintins/AM.

<sup>42</sup> Idem.

Ao descrever seu cotidiano e as práticas de atividade de sua família na zona rural, dona Valcira nos passa uma dimensão diferente de trabalho, pois aqueles que dependiam da produção agrícola tinham dificuldade de acumular dinheiro. Pinto (1982) reforça que “a força de trabalho de uma unidade de produção familiar na microrregião é constituída pela soma de trabalho de pessoas ativas da família, adultos e crianças”. A própria narrativa da recordadora corrobora com a ideia do autor:

Assim, a plantação estava cheia, mas não tinha para quem vender, está entendendo? Aí quer dizer que a gente trabalhava e a gente mesmo consumia, porque não tinha para onde vender. Agora tem né! Tem muita facilidade. Já que o pessoal planta qualquer coisa para ir à cidade e vende. Antigamente não, não existiam essas coisas. A única coisa que às vezes a gente ainda conseguia vender era peixe, que eu tinha um irmão que ele levantava de madrugada. E na boca da noite ele ia tarrafejar. Pegava peixe para ir para a cidade para vender. 3 horas da madrugada a gente se levantava para cuidar todinho do peixe que ele trazia (PINTO, 1982, p. 124)<sup>43</sup>.

A recordadora ainda não estava inserida a um trabalho sob a lógica do capitalismo clássico, predominante na Europa, por isso ainda não era obrigada a vender a sua mão de obra de forma barata para conseguir acesso a bens de consumo para a sua subsistência na cidade. Sobre a relação de produção e de trabalho, por meio dos quais o capitalismo clássico se transformou em uma estrutura específica dentro do próprio capital para explorar os recursos da Amazônia, Ianni (1986, p. 56) elucida o seguinte:

Tanto o extrativismo como agricultura e a pecuária estavam articulados em termos de produção mercantil. Entretanto, era grande o peso da produção destinada ao autoconsumo dos produtores ou a um comércio limitado, local. As atividades extrativistas, agrícolas e pecuárias desenvolveram-se um tanto ao acaso dos fluxos e reflexos dos mercados, mas eram influenciados pelas exigências da produção para o autoconsumo. Além do mais, era poucos, escassos e até nulos os estímulos e apoios do poder público a essas atividades.

Portanto, de tudo o que era produzindo, apenas o que estava refletindo no mercado internacional e nacional era mercantilizado. Dessa maneira, eram escassos os estímulos para o autoconsumo pois a juta, a borracha e pecuária tinham mais subsídios.

O recordador José Carlos<sup>44</sup> nasceu na costa do Saracura, outra zona rural da cidade de Parintins: “eu morava com meus pais e meus irmãos, a vida lá era plantando juta, plantado milho, tudo isso”<sup>45</sup>. A plantação da juta e de outras culturas se destacavam nesse período como assinala Farias (2010, p. 21) “as pessoas trabalhavam principalmente para a sua subsistência,

<sup>43</sup>José Carlos das Neves Farias, entrevista realizada em 9 de janeiro de 2024, em sua residência em Parintins/AM.

<sup>44</sup> Idem.

<sup>45</sup> Idem.

pois o labor diário com a juta dava para prover o sustento familiar [...]”. Assim, temos uma dimensão da origem dessa população, que estava atrelada a uma produção agrícola familiar, e que, por conseguinte, mantinha-se graças à localização desses sujeitos, os quais se encontravam em uma área de várzea.

Entretanto, foi a necessidade que levou esses sujeitos a deixarem seus locais de origem, como recorda José “a necessidade para estudar me fez deixar o interior. Só que eu não estudei, formei todas as minhas irmãs, mas eu não sou formado”.<sup>46</sup> Pinto (1982, p. 23), ao relacionar a permanência da produção da juta pela agricultura familiar, frisa o seguinte:

A constituição de um setor de produção mercantil simples na várzea do médio Amazonas se dá pela combinação de dois fatores: a existência de terras livres disponíveis, caracterizadas pela alta fertilidade e disponibilidade considerável de força de trabalho liberada pelo mono extrativismo da borracha.

A partir dos estudos de Pinto (1982), temos uma dimensão do que mantinha a maioria da população de Parintins na zona rural, já que era mais rentável, do ponto de vista da sobrevivência, permanecer até aquele momento nos interiores da cidade, produzindo a matéria da juta.

A recordadora Dilza<sup>47</sup> também tem sua origem na zona rural de Parintins, a região do Paraná, entretanto, ela não permaneceu tempo suficiente na região para construir memórias sobre sua vida no interior, pois imigrou, ainda muito nova, para a cidade em busca de novas oportunidades: “Eu nasci no interior de Parintins, vim para estudar. Morava com meus pais. Aí, os meus pais vieram para cá, minha mãe veio com meu pai e compraram uma casa”<sup>48</sup>. Porém, mesmo migrando com a sua família, dona Dilza ainda dependia do trabalho no campo como afirmou: “para minha mãe vir conosco que éramos pequenos, meu pai teve que continuar trabalhando lá. Para que pudéssemos nos sustentar aqui”.<sup>49</sup> Essa migração tornou-se algo comum na região, pois estava conectada às necessidades que geralmente estavam ligadas à oferta de saúde, educação etc. Ainda assim, a ligação com o campo não se perdia, já que eram as zonas rurais que sustentavam a cidade.

---

<sup>46</sup> José Carlos das Neves Farias, entrevista realizada em 9 de janeiro de 2024, em sua residência em Parintins/AM.

<sup>47</sup> Dilza Azevedo Marialva, entrevista realizada em 27 de outubro de 2023, em sua residência em Parintins/AM.

<sup>48</sup> Idem.

<sup>49</sup> Idem.

O recordador Luís<sup>50</sup>, diferentemente dos outros, nasceu em Parintins, na zona urbana. Contudo, também possuía uma ligação com zona rural devido à vinculação que tinha, desde muito jovem, com mundo do trabalho.

Certo. Como eu te falei, minha mãe ficou solteira quando eu tinha 9 anos. Ela conheceu outra pessoa que era da zona rural, de nome Inacio. Ele trabalhava aqui, onde é a costa da água, então, até aos 16, por aí, eu trabalhava com ele na juta, no cultivo da juta, cultivava e vendia. Vendia para a Fabril. Cada um tinha seu espaço para semear. E na hora da colheita era muito rápido, você semeia, você faz uma limpeza no roçado, né! Aí, já corta e tira fibra<sup>51</sup>.

Ou seja, a partir de sua narrativa, ele comentou que passou parte de sua infância trabalhando com a produção de juta na zona rural, um trabalho muito diferente daquele que teria na cidade. O recordador nos descreveu a sua experiência de trabalho da seguinte forma:

Na época da cheia, aí, a gente ia para terra firme, na época para Uaicurapá. Íamos fazer farinha. Fazia farinha justamente para abastecer para quando chegasse a época da juta. No Uaicurapá, íamos com o barco cheio de farinha. O restante ficava para a gente consumir e vender também e trocar por juta. Era tudo assim, envolvia a zona rural no caso na minha adolescência foi isso. Envolvia farinha, juta e um pouco de gado. Tirava a roça e plantava capim. O terreno ia crescendo, aí depois dava o campo para quem tinha gado. Nós não tínhamos gado, mas tinha campo. Entrava em sociedade. De onde tirava o recurso<sup>52</sup>.

Aqui, temos um exemplo de trabalho informal que era praticado pelos recordadores antes de adentrar na fábrica. Silva (2018, p. 88) ao relatar o trabalhador da juta, salienta que, entre a década de 1960 e de 1970, Parintins era uma cidade predominantemente rural, cuja maior parte da população vivia da informalidade, em comparação aos direitos trabalhistas. Pois, temos uma pequena noção de como acontecia a inserção de jovens e menores de idade no mundo trabalho antes da chegada da Fabriljuta.

A recordadora Maria Graça<sup>53</sup> nasceu na zona rural de Parintins e conta-nos: “olha, eu nasci lá na Valéria. Aí, vim de lá, né! Eu tinha, acho que uns 10 anos, mais ou menos”. Apesar de migrar muito jovem para a cidade, conseguiu descrever a sua vida no período vivido no interior da seguinte maneira: “olha, o papai trabalhava no interior ... assim... ele pescava, fazia

<sup>50</sup> Luís Alberto Mendes de Carvalho, entrevista realizada em 3 de janeiro de 2024, em sua residência em Parintins/AM.

<sup>51</sup> Idem.

<sup>52</sup> Luís Alberto Mendes de Carvalho, entrevista realizada em 3 de janeiro de 2024, em sua residência em Parintins/AM.

<sup>53</sup> Maria da Graça Costa da Silva, entrevista realizada em 9 de janeiro de 2024, em sua residência em Parintins/AM.

roça, a mamãe plantava esse negócio, assim, melancia, melão, feijão, tudo ela plantava, né? A minha mãe plantava quando a gente era todo pequeno”<sup>54</sup>.

A recordadora dona Teresa<sup>55</sup> nasceu na zona rural de Parintins, na região de Sapucar, migrou para a zona urbana com a idade de 25 anos para que seus filhos tivessem a chance de estudar. Antes da Fabriljuta, teve trabalhos informais na cidade, como ela mesma sublinha: “eu trabalhava em casa de família, lavando roupa para fora, porque não tinha outro ganho”.<sup>56</sup>

O recordador Wilson, conhecido como “Mineiro”, foi o único informante que não nasceu em Parintins e nem na região Norte. Era um migrante da região Sul do país, especificamente da cidade de Itaituba, em Minas Gerais, onde morava com seus irmãos e os seus pais. Ao narrar sua trajetória até a região do Baixo-Amazonas, ele se lembrou dessa etapa:

Primeiramente eu não vim para cá. De Minas Gerais, eu não vim para cá. Eu vim para Goiás, servi à pátria em Brasília, depois de Brasília, eu vim para o Amazonas só eu e Deus. Depois, voltei para Goiás, e de Goiás eu vim para o Pará com meus pais, que estavam morando no Pará<sup>57</sup>.

Dessa forma, temos uma dimensão do trajeto feito pelo recordador até a região Norte do país. Diferentemente dos outros recordadores, Wilson teve uma vasta experiência com fábricas de tecelagem que levou a desembarcar em Parintins.

Como foi que cheguei até aqui? Eu comecei a trabalhar em uma fábrica, fábrica têxtil, que é, no caso, a Fabriljuta. Eu trabalhava na CTC lá em Castanhal, só que tive uma proposta para Belém, para trabalhar na Pedro Carneiro. Essa Indústria e Comércio, a companhia, a empresa que comprou a Fabriljuta. Aqui<sup>58</sup>.

A vida de Wilson, antes da Fabriljuta, foi marcada pela construção de experiência de trabalho em linhas de produções da indústria têxtil, como chefe geral. Foi esse o fator que o levou até a Fabriljuta. O recordador narra que sua trajetória no mundo do trabalho possuiu uma forte ligação com a indústria de anagem, mencionando sua passagem por várias fábricas de tecelagem. Em 15 de julho de 1974<sup>59</sup> ele chegou a em Parintins para trabalhar por apenas um período na Fabriljuta e, em teoria, deveria retornar para Belém, porém ele nunca mais voltou.

---

<sup>54</sup> Maria da Graça Costa da Silva, entrevista realizada em 9 de janeiro de 2024, em sua residência em Parintins/AM.

<sup>55</sup> Teresa dos Santos de Moura, entrevista realizada em 10 de janeiro de 2024, em sua banca de frutas e verduras em Parintins/AM.

<sup>56</sup> Idem.

<sup>57</sup> Wilson Ferreira da Silva, entrevista realizada em 5 de janeiro de 2024, em sua residência em Parintins/AM.

<sup>58</sup> Idem.

<sup>59</sup> Idem.

A partir das memórias dos recordadores que nasceram na cidade de Parintins, ou fora dela, esclarecemos as origens dos trabalhadores da Fabriljuta antes de participarem da fábrica.

### 2.3 DE TRABALHADOR/A RURAL A TRABALHADOR/A URBANO/A

*Na época, né, era isso. Ou trabalhava no comércio, ou você conseguia trabalhar nessas poucas empresas que existia na cidade.<sup>60</sup>*

O trecho da fala de dona Dilza retrata o funcionamento da Fabriljuta na década de 1970, uma vez que a fábrica se tornou responsável pela maior parte dos empregos na cidade, tornando-se limitando as ofertas de trabalho assalariado para a população urbana. Portanto, como já mencionado, boa parte dos/as trabalhadores/as da fábrica era oriundo da zona rural de Parintins e, por isso, construíram uma experiência de trabalho através da agricultura e se direcionaram para a indústria têxtil.

Ribeiro compara as vivências do/a trabalhador/a da zona rural e dos/as trabalhador/as das fábricas na zona urbana no Amazonas:

O agricultor não tem móveis, come em pé ou sentado não, usa apenas (remo-hábito de comer no barco) ou as mãos e a sua principal refeição é pela manhã, antes de sair para a roça. Nas fábricas aprende a entrar na fila, a comer em intervalos regulares, a usar talheres, a sentar a mesa e a comer rapidamente (RIBEIRO, 1988, p. 10).

Apesar da autora se referir aos agricultores e aos pescadores que se direcionavam para a Zona Franca de Manaus, podemos perceber semelhanças com os/as trabalhadores/as que estavam na cidade de Parintins. Uma dessas similaridades com o que aconteceu na Amazônia foi a transformação das relações de produção mercantil que passaram a ser industriais, e, com isso, a força de trabalho foi obrigada a seguir uma disciplina imposta pelo capitalismo.

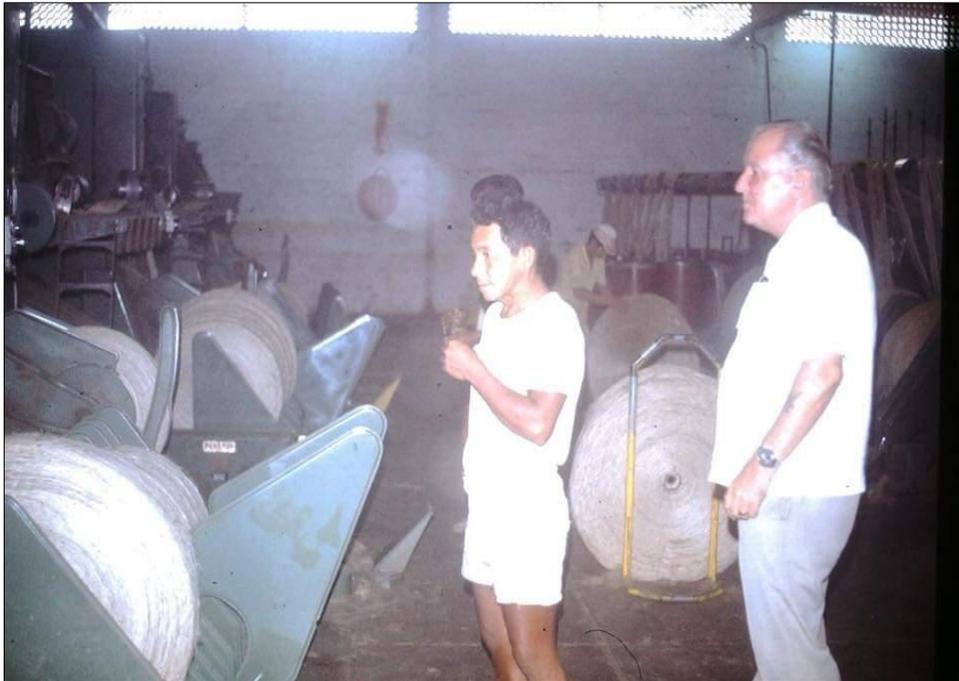
Em sua fala sobre a fábrica, o recordador Wilson comentou o seguinte: “olha, sinceramente, a gente... quando a gente trabalha assim, a gente não escolhe muito o dia e nem a noite”<sup>61</sup>. Essa fala nos parece sinalizar que este labor exigia uma rotina rígida, à qual o/a trabalhador/a tinha que se adaptar, pois o ritmo produtivo do empreendimento estava para atender ao mercado e esse impacto foi sentido no cotidiano dos/as sujeitos/as.

<sup>60</sup> Dilza Azevedo Marialva, entrevista realizada em 27 de outubro de 2023, em sua residência em Parintins/AM.

<sup>61</sup> Wilson Ferreira da Silva, entrevista realizada em 5 de janeiro de 2024, em sua residência em Parintins/AM.

Abaixo, reproduzimos uma fotografia que remonta o disciplinamento e a vigilância exercida pelo chefe de produção sobre o trabalhador.

Imagem 13: Trabalhador do setor de fiação e o gerente da Fabriljuta Bill Sturock, s/d.



Fonte: Fotografia cedida por Ellen Cansanção, 2023.

Marx (1971, p. 28) ressalta que: “sendo assim, a força de trabalho em ação, o próprio trabalho é a própria atividade vital do trabalhador, a própria expressão da sua vida”. Afinal, a dimensão do trabalho faz parte do ser humano desde o início da organização social da humanidade. Entretanto, apesar de ser uma atividade essencial, quando as pessoas se submetem à sociedade nas quais impera o capitalismo, esses/as sujeitos/as precisam vender parte de seu tempo para assegurarem o acesso aos meios de vida necessários para a sua sobrevivência nesse sistema. Logo, sob viés do capitalismo, o labor deixa ser parte da vida do ser humano e de ser uma atividade essencial para viver, pois ela se torna mercantilizada, um sacrifício a ser feito para garantir a subsistência. Além disso, o/a sujeito/a que trabalha não participa dos ganhos daquilo que produz, os excedentes produzidos não são devolvidos em seu salário, mas são absorvidos pelos seus patrões.

Em Parintins, com a instalação da fábrica Fabriljuta, houve uma transformação do trabalho informal para o trabalho formal. E, como já constatamos anteriormente, muitos/as trabalhadores/as, antes de serem empregados na fábrica, dedicavam-se a outras ocupações como, por exemplo, a agricultura. Nesse setor, já trabalhavam com a fibra de juta, os/as demais trabalhadores/as trabalhavam em ambientes domésticos, sobretudo as mulheres da nossa

amostra. Poucos/as de nossos/as informantes já dispunham de alguma experiência ou contato pregresso com o labor em uma fábrica.

Por consequência, a Fabriljuta rompeu com os costumes pré-estabelecidos e com a estrutura não fabril que havia na cidade de Parintins. Ribeiro (1992, p. 18) descreve a configuração da classe trabalhadora no excerto abaixo:

[...] Se estamos falando de examinar a experiência social dos trabalhadores em todos os seus ângulos de existência e de vida, para além de organizações ou associações políticas, isso significa querer examinar todo o modo de vida no campo das transformações e mudanças que cotidianamente, experimentam os trabalhadores em todos os aspectos do viver e dominação burguesa e capitalista.

Em outras palavras, mesmo que a Fabriljuta não tenha causado uma grande mobilização de trabalhadores/as ou criado uma organização política em torno da classe de funcionários/as que se somaram às suas linhas de produção, a população que trabalhou nesse espaço foi afetada no seu modo de viver por conta da implementação de uma nova cultura de trabalho. Podemos corroborar que as cidades onde fábricas de aniagem se instalaram adotaram nova configuração social que surgiu com da industrialização da juta.

Segundo (2018, p. 52), agroindustrialização da juta e a formação de novos/as trabalhadores/as foram cruciais para o desenvolvimento dessas cidades:

O processo industrial pode ser dividido em duas etapas, a primeira envolvendo a prensagem da juta em fardos, para o transporte, e segunda etapa envolvendo a industrialização propriamente dita, processo que envolve a fição (produção de fios), a tecelagem de telas (tecidos) e a confecção de sacos pelas costureiras. Neste contexto, temos as principais funções desempenhadas pelo operário da juta: preparador (da fibra); fiandeiro (confecção dos fios da juta); tecelão (responsável pela operacionalização das máquinas de produção dos tecidos); costureira (confecção da sacaria de juta); e operário de acabamento e embalagem, além de assistente de controle administrativo.

Isto é, a chegada de pequenas indústrias atraiu mão de obra, qualificada ou não, para trabalhar em lugares como o caso da fábrica sobre a qual nos referimos. Para termos uma ideia desse processo, debruçamo-nos nos relatos desses/as trabalhadores/as que participaram da linha de produção desta fábrica, como dona Valcira que nos narra um pouco de como era seu cotidiano ali:

Lá na Fabril, eu tecia o pano para quando caía de lá o rolo todo tecido para a gente, por exemplo, veio (*sic*) as linhas todas enfiadas na máquina grande. Era cheio, tipo

uma agulha, assim... era cada ponta de linha, era aqui uma agulha da... daquela. Aí, quando ligava a máquina, ela fazia isso aqui, ó, *á tap, tap, tap*, ela ia tecendo<sup>62</sup>.

A organização do trabalho em Parintins, depois da inauguração da Fabriljuta, passou a se basear na relação do/a trabalhador/a com as máquinas que dispunha uma fábrica de tecelagem. Segundo Marx (1971), a maquinaria simplifica a tarefa para que o/a sujeito/a não precise acionar um conhecimento complexo para atuar numa linha de produção, ou seja, o maquinário introduz um labor alienado e repetitivo que, ademais, é aprendido de forma rápida.

Dona Maria descreve como era a introdução do/a trabalhador/a na linha de produção da Fabriljuta.

O contramestre disse assim :“Graça, tu vais trabalhar que o menino vai te ensinar”. Ah, *mano*, aí pegava meus garfos, né, que era difícil pegar ele rodando, não podia parar. Chegava em casa isso aqui meu (braço) inchava. Aí, o menino disse assim para mim, as lágrimas chega (*sic*) descia (*sic*) do meu olho, né, por causa daquela poeira, né. Aí as lágrimas descia (*sic*) do meu olho, olhei a minha mão chegava a ficar preta. Eu fazia tanta força, aí, ele disse: “Não, mana. Não é assim, não” Ele me ensinou. Aí, quando eu já *tava* com 8 meses, eles deixaram trabalhar com ele 8 meses, me lembro *benzinho* quando o contramestre me chamou. Eu fui lá, ele disse assim: “Olha, a partir de amanhã, tu vais tomar conta da máquina sozinha. Tu já demoraste muito com ele te ensinando, 8 meses já dá para tomar conta da máquina. Tu tens que tirar, *arria* 7 balançada (*sic*), não deixar os carretéis sair (*sic*) seco, todos têm que sair cheio. Quando teus colegas começarem a arriar tu também tens que arriar e não parar a máquina, tua arria e corta o fio”. Aí, os meninos já estão jogando material aí em cima, né! Aí tu tens que arriar 7 balançada (*sic*) com eles, tu tens que te virar aí na máquina<sup>63</sup>.

Portanto, ao evidenciar a simplificação das máquinas sob a visão de Karl Marx, podemos pautar isso à narrativa de dona Maria, que afirmou ter passado por um treinamento para operar a máquina de fiação. Porém, ao atingir determinado tempo de aprendizado, foi-lhe exigido o máximo da capacidade física da trabalhadora para que ela se adequasse ao ritmo de trabalho o mais rápido possível. Pois, o trabalhador mais experiente treinava o mais novo num ambiente insalubre onde não podiam parar por nada.

A respeito da força de trabalho e da produtividade do trabalhador dentro do capitalismo, Marx (1971, p. 37) diz que “quanto menos tempo de aprendizagem exija um trabalho, menor será o custo de produção do trabalhador, mais baixo o preço do seu trabalho, o salário”. Em outras palavras, a simplificação das atividades laborais favorecem a produção de excedentes.

José descreve a fábrica da seguinte maneira: “sabe, para ter uma ideia de como é uma fábrica, né! Tinha um corredor grande, tinha as fiadeiras, muitas fiadeiras que jogava (*sic*)

<sup>62</sup> Valcira Fonseca de Souza, entrevista realizada em 27 de outubro de 2023, em sua residência em Parintins/AM.

<sup>63</sup> Maria da Graça Costa da Silva, entrevista realizada em 9 de janeiro de 2024, em sua residência em Parintins/AM.

aquele pó e vai caindo muito onde tem resíduo da juta [...]”<sup>64</sup>. Para o recordador, o maquinário e a própria Fabriljuta apresentavam-se novidades, pois nunca tinha trabalhado na indústria têxtil de fios de juta.

A instalação de uma linha de produção de fios de juta trouxe transformações no modo de viver da população, que se procedeu por meio de uma alteração no cotidiano e na experiência de trabalho, porém essa relação foi construída social e culturalmente. Nesse sentido, Heller (1985, p. 17) sintetiza que a cotidianidade faz parte da vida dos homens, abrange a dimensão do trabalho, seja intelectual ou físico, e, portanto, não se resume a relações sociais dadas, mas produzidas social e historicamente.

Portanto, o impacto no cotidiano também foi um momento significativo de mudança:

A vida cotidiana é, em grande medida, heterogênea; e isso sob vários aspectos, sobretudo no que se refere ao conteúdo e à significação ou importância de nossos tipos de atividade. São partes orgânicas da vida cotidiana: a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação (HELLER, 1985, p. 18).

Esta autora discorre sobre a estrutura da vida cotidiana organizada por meio das relações sociais que moldam o sujeito e na forma como ela é refletida em seus comportamentos. Ditando, os hábitos dos homens e o desenvolvimento de suas habilidades.

José Carlos, mais uma vez, rememora o desenvolvimento das habilidades na função que desempenhava em seu cotidiano como funcionário:

Trabalhei na fiadeira. Trabalhei em todas as máquinas, aí [...] olha, a fiação tem muita máquina, o senhor entra são 80 máquinas de tear que tinha nessa fábrica. Mas o senhor aprendeu numa, aprendeu em todas. Tinha muita máquina, muita quebradeira, carga fina, carga grossa e média, passador grande, passador pequeno. E, aí, que ia para fiadeira e para bobinadeira, e, aí, ia para urdideira, aí, que ia para engomadeira de lá. E, aí, ia para a tecelagem<sup>65</sup>.

Como lemos no fragmento acima, a linha de produção não requeria habilidades complexas da força de trabalho aquém as que a cidade dispunha naquele período. Entretanto, eram necessários conhecimentos variados para operar o maquinário, pelo fato haver muitas máquinas e muitos modos de trabalhar com elas. Ao sinalizar a produção do cotidiano na fábrica como parte do processo histórico, concluímos, dessa forma, que a instalação de uma fábrica de fiação de juta transformou o modo de vida e a classe de trabalhadores de Parintins. A vida

<sup>64</sup> José Carlos das Neves Farias, entrevista realizada em 9 de janeiro de 2024, em sua residência em Parintins/AM.

<sup>65</sup> José Carlos das Neves Farias, entrevista realizada em 9 de janeiro de 2024, em sua residência em Parintins/AM.

laboral reorganizou os âmbitos pessoais e profissionais, promovendo uma maior hierarquia e padronização nas relações que, naquele momento, passaram a ser ditadas pelas relações impostas pelo sistema capitalista.

Wilson nos explica como era sua rotina dentro fábrica:

Minha rotina era mais dentro da fábrica, eu trabalhava muito dentro da fábrica, fazia muita hora extra, eu só parava em casa à noite. Mas eu só vinha em casa almoçar, eu tinha uma senhora que a gente pagava para fazer comida. Eu e um colega alugamos uma casa aqui nessa rua mesmo a Raimundo Almada. Então, quando a gente vinha da fábrica almoçava aí, aí, a gente voltava para fábrica de novo. A gente trabalhava por turno, quando eu estava descansando do meu trabalho lá, eu vinha para casa e descansava minha rotina era essa, fábrica, casa, fábrica.<sup>66</sup>

A partir das informações que o recordador compartilhou, notamos que sua rotina na fábrica seguiu um padrão e que ele passava uma extensiva parte do seu dia no local de trabalho e apenas “visitava” a sua casa para descansar, ou seja, ele estava à mercê de uma rígida disciplina, moldada na estrutura de labor compulsório capitalista de produção, na qual o trabalhador deveria seguir produzindo excedentes. Sobre o espaço fabril e o seu impacto na vida dos/as operários/as, Cardoso (1986, p.10) assevera que: a “efetivação das relações capitalista de produção, na agricultura ou na indústria, alterou modos de vida construiu novos hábitos, desenvolveu valores, em situação geográfica em que casa e fábrica se uniam em um mesmo território”. A autora se refere a um estudo que analisa a união de vilas e de fábricas no mesmo recinto para formação de uma classe operária, todavia isso não aconteceu em Parintins. Contudo, podemos ampliar essa reflexão e examinar como, em uma pequena cidade como Parintins, o desenvolvimento se deu a partir de uma fábrica têxtil de fios de juta, que ao se instalar na região afetou a sua população por meio de novas disciplinas impostas pelo capital.

Ao narrar seu cotidiano, José Carlos ilustra uma jornada de trabalho intensa, na qual precisava dividir o seu tempo entre estudo e trabalho. Essa rotina era do trabalho agrícola, no qual o sol determinava as atividades laborais.

Eu estudava até às 10 horas da noite e, aí, fui trabalhar no terceiro turno, 6 horas da manhã eu saía e vinha dormir. Entre aspás, né? Você trabalhando muito de noite, não dá mais sono. Eu bebia até cachaça para tentar dormir, mas não dormia. É verdade, complica.<sup>67</sup>

<sup>66</sup> Wilson Ferreira da Silva, entrevista realizada em 5 de janeiro de 2024, em sua residência em Parintins/AM.

<sup>67</sup> José Carlos das Neves Farias, entrevista realizada em 9 de janeiro de 2024, em sua residência em Parintins/AM.

Portanto, a fábrica tomava uma parte considerável do tempo do recordador que atuava no terceiro turno, afetando-o psicologicamente ao ponto de recorrer ao álcool para amenizar o impacto do trabalho intensivo e exploratório que a fábrica condicionava. Entretanto, apesar das duras condições, a intensidade do trabalho sempre era justificada pelo rendimento salarial proporcionada pela fábrica. A partir das informações fornecidas por José Carlos, que trabalhou de carteira assinada da em outras áreas antes de ingressar na fábrica, podemos comparar o salário com outros ramos, como, por exemplo, a área da construção civil, na qual o nosso informante recebia 0,56 cruzeiro por hora. Na década de 1970, por outro lado, passou a receber por seu trabalho na Fábrica uma diária de 5,76 cruzeiro<sup>68</sup>. Nessa época, a título de esclarecimento, o salário-mínimo era de 187,80<sup>69</sup>.

Imagem 14: Carteira de Trabalho do Sr. José Carlos das Neves Farias, 2024



Foto: Própria

Em Parintins, o funcionamento da Fabriljuta gerou uma nova lógica comportamental, criando relações sociais dentro e fora dos empreendimentos, que foram reconstituídas por conta das experiências adquiridas pelo trabalho fabril. Perrot (2017, p. 48) apreende, em seus estudos sobre a configuração da classe operária na França, que

A sociedade industrial implica ordem e racionalidade, ou pelo menos uma nova ordem, uma nova racionalidade. Sua instauração supõe não só transformações econômicas e tecnológicas, mas também a criação de novas regras do jogo, novas disciplinas.

<sup>68</sup> José Carlos das Neves Farias, entrevista realizada em 9 de janeiro de 2024, em sua residência em Parintins/AM.

<sup>69</sup> Informações tirada do site **Histórico do salário-mínimo** - Tabela completa: Disponível em: (www.ecalculos.com.br). Acesso em 25/08/2024.

Em outros termos, a fábrica era uma espécie de prisão sem grades, mas, ainda assim, atraía pessoas que eram absorvidas como mão de obra, e que precisavam recondicionar seu modo de agir e pensar. Luís Alberto foi um dos que foi atraído, ainda na adolescência, para este tipo de trabalho: “quando eu tinha 17 anos, foi quando justamente eu entrei para trabalhar na Fabriljuta. Não porque precisava de ajuda, mas porque minha vontade era começar uma vida profissional e tudo. Eu era carteira assinada e tudo. Então, aquilo me fascinava”<sup>70</sup>. A ânsia pelo primeiro emprego se sobrepunha à ideia de exploração, pois, para ele, aquela era uma grande oportunidade de crescimento.

Luís começou na Fabriljuta em março de 1988, na função de operário, com um salário de 159,84 cruzeiros por dia<sup>71</sup>. O salário-mínimo na época era de 2.932,80 cruzeiros, ou seja, a fábrica era atrativa para os jovens de Parintins pela maior rentabilidade.

Imagem 15: Carteira de Trabalho de Luís Alberto Mendes de Carvalho, 2024.



Fonte: Foto Própria

Para a fábrica, a idade nunca foi um empecilho, portanto, os empregadores recrutaram diversos jovens de Parintins que se transformaram em mão de obra barata, o que garantia a produção e faturamento das Fabriljuta. A ideia de oportunidade de crescimento, como narrado por Luís, também estava no horizonte de pensamento, sobretudo no que diz respeito à negação do ócio segundo à lógica da sociedade capitalista. Para esse sistema, era considerado um ato de “vadiagem” não vender o seu tempo em troca de dinheiro.

<sup>70</sup> Luís Alberto Mendes de Carvalho, entrevista realizada em 3 de janeiro de 2024, em sua residência em Parintins/AM.

<sup>71</sup> Informações com base na carteira de trabalho do informante Luís Alberto Mendes de Carvalho.

A partir dessa explicação, Cristina Ferreira (2016, p. 728) conjectura que “o medo da ociosidade e orgulho gerado pela capacidade de trabalhar eram infinitamente mais valorizados, na indústria e fora dela”. Outro exemplo disso foi relato por Dilza, que esclareceu como funcionava o salário e a carga horária de trabalho para os adolescentes recrutados para o mundo do trabalho em Parintins, durante as décadas de 1970 a 1980: “Eu tinha 14 anos e você podia trabalhar com carteira assinada. Recebendo o salário completo, não existia isso de receber meio salário. Mas tu trabalhavas também como uma pessoa adulta. Não era de brincadeira”<sup>72</sup>. Podemos deduzir que esse trabalho era baseado em uma superexploração.

À luz das discussões de Marx (1977) sobre salário e capital na Europa no século XIX, podemos tecer algumas considerações sobre semelhanças que encontramos com o nosso objeto de investigação, isto é, a fábrica de fios de juta em Parintins, no meio da Amazônia no século XX. A maior similaridade está no fato de que os empregadores buscavam mão de obra barata, não necessariamente qualificada. Não que dizer que não existisse forma de exploração antes da instalação da Fabriljuta, porém o conceito de trabalho passou por uma reconfiguração a partir da implementação de um labor formal assalariado, que envolvia o setor de tecelagem.

Pires (2020, p. 1) aponta que, no início século XX, o trabalho fabril no Brasil foi um dos maiores recrutadores de mão de obra infantil e, desde o século XIX, as indústrias têxteis fizeram propagandas para a inserção e a dignificação do trabalho infantil. Nossa informante Dilza é um exemplo dessa perpetuação de modelo de trabalho pautado na exploração infantil e que também predominou na segunda metade do século XX na Amazônia.

Outro aspecto a considerar é o fato de que essas experiências de trabalhadores/as se entrelaçam com a própria relativização do trabalho, principalmente nas gerações mais jovens, ou seja, adolescentes. Porém, ao se referir a rotina de trabalho o discurso mudou, como comenta Luís;

Para encarar essa situação... Eu trabalhava das 23 horas às 7 horas da manhã, o cargo em turno era pesadíssimo para um adolescente, no caso. Hoje, eu acho que nem é possível fazer mais isso, é. Alguém de 17 anos trabalhar das 23h às 7h manhã<sup>73</sup>. Mas, naquele tempo, não tinha essa questão de idade não. Então, entrava. Eu estudava à tarde, aí dormia um pouco de dia e acordava para trabalhar. Voltava, dormia normalmente, acordava para ir para o colégio Batista, mas era extremamente cansativo. Então, eu só aguentei pelo menos 3 meses. Por conta do cansaço da situação, eu chegava na sala de aula cochilando e tudo<sup>74</sup>.

<sup>72</sup> Dilza Azevedo Marialva, entrevista realizada em 27 de outubro de 2023, em sua residência em Parintins/AM.

<sup>73</sup> Luís Alberto Mendes de Carvalho, entrevista realizada em 3 de janeiro de 2024, em sua residência em Parintins/AM.

<sup>74</sup> Idem.

Para um adolescente<sup>75</sup>, a rotina fabril era exaustiva e perigosa, já que era no turno da noite, além de ser em um ambiente salubrizado, exigia o dobro do esforço, afetando o seu desempenho na escola por conta do cansaço. O testemunho de Luís é a primeira experiência de trabalho que demonstra que, para a Fabriljuta, a menoridade não era empecilho. Todos/as eram vistos/as pelos empregadores da fábrica como trabalhadores/as em potencial e, independentemente da idade, as condições no labor eram as mesmas.

Wilson descreve como era a divisão por turnos:

Nós trabalhávamos em rodízio, rodízio quer dizer, rodando. Trabalhava no primeiro turno, trabalhava no segundo turno e no terceiro turno. Lá tinha quatro turnos, inclusive tinha o normal. Qual era o turno normal? Aquele que saía às 17 horas, que começava às 7 da manhã, terminava meio-dia, e começava de novo uma hora, uma hora não 13 horas terminava às 17, esse era o turno normal. Os outros turnos tudo era turno de 12 horas, inclusive o da noite<sup>76</sup>.

Como funcionário de uma companhia fabril de juta, o/a trabalhador/a de Parintins passou a seguir um padrão de vida ditado pelo relógio da fábrica, pois os/as trabalhadores/as passavam a maior parte do tempo dedicando-se às funções que desempenhavam na fábrica, lugar que passaram a frequentar mais do que as suas próprias casas.

De tal modo, podemos refletir sobre as alterações na organização do tempo de trabalho e da exigência de uma certa disciplina imposta pelo capitalismo industrial, cuja implementação resultou em modificações na vida profissional dos/as sujeitos/as, após a chegada da Fabriljuta. De tal modo, com base nos estudos de Thompson (1998, p. 269), observamos que a construção do tempo, da disciplina e do trabalho no capitalismo industrial evidencia uma percepção alterada da rotina dos/as trabalhadores/as. Essa transição sugere que a sociedade industrializada tornou-se condicionada pelo relógio do capital.

Thompson (1998), ao analisar a Inglaterra do século XVIII, esclarece que, inicialmente, o tempo nas sociedades não industriais estava ligado à realização de tarefas e que era a natureza que ditava os ritmos dos trabalhadores do campo, marcando, inclusive, o horário para iniciar as atividades. Já no final do século XVIII e no início do século XIX, o relógio passou a orientar a produtividade dos trabalhadores na sociedade industrial, indicando o início e o fim das tarefas a serem realizadas e o quanto deveriam produzir, ou seja, neste período houve uma

---

<sup>75</sup> Somente em 1990 foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no qual encontramos o Art. 67. Nele, dispomos da informação de que qualquer adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não-governamental, é vedado de trabalhar no turno noturno, realizado entre às 22 horas de um dia e às 5 horas do dia seguinte. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 21 de agosto de 2024.

<sup>76</sup> Wilson Ferreira da Silva, entrevista realizada em 5 de janeiro de 2024, em sua residência em Parintins/AM.

reorganização no tempo dedicado ao labor a partir da submissão da força de trabalho ao capitalismo. Essa nova estrutura estava pautada num padrão de disciplina a ser seguido, que era determinado por ações repetitivas de trabalhos manuais ou braçais. Apesar do autor tratar de um contexto europeu, a mesma estrutura pode ser replicada para o nosso objeto de estudo.

A recordadora Valcira, que trabalhou no setor de fiação, contou-nos que: “ninguém podia deixar a máquina sozinha, de jeito qualidade. Ninguém podia deixar, era em pé ali. Se fosse 24 horas, era 24 horas. Só parava para merendar”<sup>77</sup>. Por meio desse testemunho, é possível inferir a divisão do tempo e as práticas diárias do trabalho nesta fábrica que, assim como em muitos outros lugares, segue o preceito da produtividade e de que “tempo é dinheiro”.

Thompson (1998, p. 272) explica a distinção entre o tempo do/a trabalhador/a e o da pessoa que compra a sua mão de obra, ou seja, o capitalista.

Aqueles que são contratados experienciam uma distinção entre o tempo do empregador e o seu “próprio” tempo. E o empregador deve usar o tempo de sua mão de obra e cuidar para não ser desperdiçado. O que predomina não é tarefa, mas o valor do tempo quando reduzido a dinheiro. O empregador o tempo é agora moeda: ninguém passatempo e sim o gasta.

O patronato utiliza a força de trabalho na forma que lhe convém para extrair o máximo de valor dos/as trabalhadores/as, que recebem, em troca, um salário fixo, já delimitado pelas horas contratadas e não pela quantidade a ser produzida. Nesse sentido, a fábrica de tecelagem Fabriljuta reestruturou a relação e a noção de tempo que o/a trabalhador/a parintinense possuía naquele período. Portanto, aquela população experienciou outra situação para além do trabalho informal ou de subsistência baseado na agricultura da zona rural que já conheciam. Com a chegada da fábrica, esses/as trabalhadores/as tiveram um trabalho de carteira assinada na cidade, que começava como soar da buzina da fábrica, elemento que ditava o horário de entrada e de saída dos/as funcionários/as.

Tristan (2016, p. 120) confabula que o “ritmo de trabalho na fábrica era totalmente diferente de suas experiências passadas, pois os trabalhos na cidade nesse período não exigiam esse rigor de produção e essa agilidade determinadas pela máquina”. Em outros termos, essa organização, pautada em uma produção fabril, impunha-se como uma novidade, padronizando a mão de obra e preconizando uma nova dinâmica laboral e social.

A recordadora Ana Gama, que trabalhou no setor de desmanche dos fardos de juta, caracterizou a dinâmica na Fabriljuta a partir das seguintes impressões: “eu trabalhava num

---

<sup>77</sup> Valcira Fonseca de Souza, entrevista realizada em 27 de outubro de 2023, em sua residência em Parintins/AM.

fardo e os outros em outro fardo, era assim que era para desmanchar. Quando era às 13h, 14h, a gente largava, porque já tinha terminado, mas não saímos ficávamos lá até dar a hora, limpando, varrendo”<sup>78</sup>. As experiências de trabalhadores/as da Fabriljuta compartilham essa mesma identificação com o lugar e com seus respectivos “papéis” dentro da fábrica, o que afetou, por conseguinte, o seus cotidianos e as suas relações sociais.

Ao abordar as relações sociais construídas a partir do trabalho em uma fábrica de tecelagem, Tristan (2016, p. 177) argumenta que

A fábrica produzia mais que a sacaria de juta, ela produzia outro tipo de comportamento nas mulheres e nos homens que trabalhavam ali, visto que estavam inseridos em outra lógica de comportamento. A produção exigia de ambos os sexos uma carga horária de rotatividade de turnos, as horas extras, a parada para o lanche, as idas ao vestiário, as conversas no caminho de volta para a casa, as brincadeiras e conflitos. Todo esse cotidiano envolvia homens e mulheres que ali trabalhavam.

Temos uma ideia de como uma fábrica de fios de juta modificou os comportamentos de seus/suas trabalhadores/as na Amazônia, o que pode ajudar a explicar determinadas atitudes que eram geradas naquele contexto. Vale ressaltarmos que o processo de transformações sociais que condicionou o modo de viver amazônico em relação ao trabalho nas fábricas não podem ser resumido apenas nas funções que foram atribuídas aos/às habitantes da região que se submeteram a esse tipo de emprego. Heller (1985, p. 106) menciona, por exemplo, que “o homem é mais do um conjunto de seus papéis, inicialmente porque esses são simplesmente as formas de relação sociais, estereotipadas em clichês [...]”. Em outras palavras, o comportamento humano e a função que lhe é imposta não se encerram em uma totalidade em sua absoluta. Entretanto, o próprio conjunto da sociedade capitalista produz sujeitos/as que aceitam papéis que são lhe impostos.

A recordadora Maria da Graça, que trabalhou inicialmente na parte de fora da fábrica, estendendo os fios de juta, em sua narrativa nos confessou a respeito de momentos nos quais sobressaíam as condições insalubres eram abrandadas por momentos de descontração que tinham como objetivo amenizar a intensidade do trabalho.

Quando eu trabalhava lá na juta no sol quente, tinha só quase jovens e tinha algumas senhoras mais idosas, aí, eu corria com fardo de juta, aí, eu abria molhado e jogava lá em cima, e quando era quente, quente, quente, aí, eu agarrava. Tinha uma torneira que ficava lá, eu ligava a torneira e me molhava todinha, aí, os meninos diziam: ‘Graça, não faz isso, porque se tu morrer (*sic*), nós vamos fazer uma Graça de barro para gente poder te olhar todo dia aqui’. E era assim, eu vivia na brincadeira com eles. Dentro

---

<sup>78</sup> Ana Zerina Gama dos Santos, entrevista realizada em 24 de outubro de 2023, em sua residência em Parintins/AM.

da fábrica foi a mesma coisa sabe, eram muito legal comigo, eu procurava ser legal com eles também. Quando ganhava uma merenda nunca comia só, eu repartia com o meu colega<sup>79</sup>.

Do mesmo modo, apesar das condições em que se deparavam, esses/as trabalhadores/as se apoiavam, compartilhavam momentos de camaradagem para suportar condições adversas. Essa camaradagem era sentida por meio de atitudes e momentos em que imperavam a brincadeira e o companheirismo.

Os estudos de Thompson nos ajudam a entender a relação entre trabalhadores/as e o seu ambiente de trabalho, sobretudo quando ele assevera que afirma que “os instrumentos físicos eram vistos, como forma direta e mesmo compulsiva como responsáveis pelo surgimento de novas relações sociais, instituições e hábitos culturais” (Thompson, 1987, p. 13). Além disso, avultamos que o padrão de experiências e de atitudes dos/as trabalhadores/as da Fabriljuta em Parintins não se construiu apenas com valor gerado pelo trabalho excedente, mas a partir das pressões e expressões, sentidas e produzida pelos/as sujeitos/as através de sua inserção na fábrica.

Wilson expressa de que forma se dava a pressão e as obrigações oriundas deste trabalho e de que forma ele lidava com os/as demais companheiros/as a partir de sua função de contramestre da fábrica. Como contramestre, ele foi o responsável pela fiscalização dos/as trabalhadores/as e garantir a produtividade da fábrica.

Sempre à noite é, era mais complicado porque... porque a gente sentia sono. De dia, sossegado. A gente *tava* trabalhando, mas não *tava* sentindo sono, né? Mas de noite, não, além do sono, a gente tinha que ter muita atenção, porque, como eu *tô* falando, a gente trabalhava por produção e trabalhava também em qualidade, então ninguém podia ir dormir não, tinha que passar a noite acordado mesmo. Tinha que *tá* rodando a fábrica todinha, de setor em setor, a gente tinha que andar setor por setor, que de manhã tinha o relatório, para o técnico e o diretor saber o que a gente estava fazendo<sup>80</sup>.

Apesar de estar em uma posição privilegiada na hierarquia se comparado com os/as outros/as trabalhadores/as, o recordador proferiu o quão desgastante era o trabalho noturno, como já relatado anteriormente. Entretanto, como ele tinha a função de vigiar, sua responsabilidade era de reportar tudo para os seus patrões. Assim, havia uma cobrança pela produtividade e pela qualidade da linha de produção, a qual se desdobrou em uma relação de poder que o pressionava e o fazia pressionar também os/as companheiros/as abaixo nesta

<sup>79</sup> Maria da Graça Costa da Silva, entrevista realizada em 9 de janeiro de 2024, em sua residência em Parintins/AM.

<sup>80</sup> Wilson Ferreira da Silva, entrevista realizada em 5 de janeiro de 2024, em sua residência em Parintins/AM.

hierarquia. Wilson, ao se referir sobre a sua relação com os seus patrões e os/as outros/as trabalhadores/as se lembra que:

Em relação com o meu chefe, a maioria era uma relação boa, né? Com os meus subordinados que, às vezes, a gente tinha alguma discussão exatamente. Porque, às vezes, (ele) está fazendo um serviço errado. E quando eles faziam alguma coisa errada, era o contramestre que fazia a coisa errada, não o funcionário. O funcionário que estava lá operando na máquina se fizesse a coisa errada, quem pagava era eu, entendeu? Então, não, eu não poderia aceitar eles fazerem coisa errada. Como eu já falei para o senhor, quem trabalha com produção e com qualidade não pode admitir que o funcionário vá fazer coisa errada, né? Fazer material ruim, né? Tá quebrando máquina à toa, né? Tem tudo isso né!<sup>81</sup>.

Construiu-se uma ideia de disciplina rigorosa e hierarquizada movida por cobranças que refletiam diretamente nas relações entre os/as próprios/as trabalhadores/as. Wilson, por atuar nas forças armadas, condicionava sua fiscalização com base na formação e na doutrina militar que recebeu das forças armadas antes de sua inserção em fábricas de tecelagem. Isso também era um reflexo do próprio contexto histórico do período da ditadura civil-militar, durante o qual esse sujeito viveu. Por isso, referia-se aos/às trabalhadores/as como subordinados, pois, em sua visão, qualquer comportamento fora dos padrões impostos pela fábrica era visto como desacato à autoridade dos patrões, os quais, por sua vez, poderiam fazer-lhe represálias caso algo saísse do controle da fábrica.

O recordador era responsável por vigiar, e até mesmo punir com advertência ou demissão, seus colegas de trabalho, ao mesmo tempo que era vigiado se não agisse conforme o esperado de uma pessoa encarregada pela fiscalização. Logo, ele estava à mercê de sofrer a mesma punição de seus/suas subordinados/as. Existia, portanto, uma relação dialética, na qual o/a sujeito/a que era oprimido/a deveria também comportar como o/a opressor/a para manter-se no emprego.

Todavia, não havia apenas trabalhadores/as braçais, já que a Fabriljuta recrutou a população de Parintins para todos os demais setores, como, por exemplo, Dilza que trabalhou no setor administrativo e nos mostrou outra dimensão sobre o trabalho.

Eu comecei no setor de pessoal. E, depois de um mês e pouco, a secretária do diretor industrial casou-se. E, aí, ele pediu para ela me treinar e eu fiquei enquanto secretária do diretor industrial, né. Fiquei até sair em 81, não lembro a data certa. Era só uma sala bem grande, com mesas, com os setores, sabe? Então, a gente via todo mundo<sup>82</sup>.

<sup>81</sup> Wilson Ferreira da Silva, entrevista realizada em 5 de janeiro de 2024, em sua residência em Parintins/AM.

<sup>82</sup> Dilza Azevedo Marialva, entrevista realizada em 27 de outubro de 2023, em sua residência em Parintins/AM.

A recordadora foi recrutada para um trabalho não manual. Nesse sentido, o próprio conceito de trabalhador/a, na sociedade contemporânea e sob a perspectiva marxista, é redefinida, uma vez que não se pode resumir o/a proletariado/a apenas a atividades produtivas diretas (Antunes, 2009). Em outras palavras, o chamado trabalho improdutivo também é trabalho assalariado e está inserido como parte da classe trabalhadora.

Considerando, portanto, que todo trabalhador produtivo é assalariado e nem todo trabalhador assalariado é produtivo, uma noção contemporânea de classe trabalhadora, vista de modo ampliado, deve em nosso entendimento, incorporar a totalidade dos trabalhadores assalariados. Isso não elide, repetimos, o papel da centralidade do trabalhador produtivo, do proletariado industrial moderno, do trabalho coletivo, criador de valor de troca, do proletariado industrial moderno no conjunto da classe -vive-do-trabalho, o que nos parece por demais evidente quando a referência é dada pela formulação de Marx. Mas como crescente imbricação entre trabalho produtivo e improdutivo no capitalismo contemporâneo e como a classe trabalhadora incorpora essas dimensões básicas do trabalho sob o capitalismo, essa noção ampliada nos parece fundamental para a compreensão do é que a classe trabalhadora hoje (ANTUNES, 2009, pp.112-113).

As experiências das pessoas que trabalharam na Fabriljuta só podem ser entendidas em sua totalidade ou abordadas por todos os demais agentes envolvidos na produção direta e indireta da fábrica. Também há de ter em conta as diferentes atividades laborais como a realizada por Dilza que divide seu cotidiano quando conta que: “eu trabalhei no escritório no setor de recursos humanos, tudo o que foi produzido era datilografado, os envelopes com o salário dos funcionários da fábrica passavam por lá”<sup>83</sup>. Assim sendo, não era negada a centralidade do trabalhador industrial, mas o sentido do trabalho ganhou outra dimensão que não estava apenas atrelado ao/ à operariado/a, mas a todos/as aqueles/as pertencem à classe de trabalhadores/as, seja no espaço urbano, rural, informal ou desempregados que o próprio capital produz para baratear a mão de obra. Para Antunes (2009), a classe proletária engloba todos/as os/as que vendem sua força de trabalho, independente de possuírem um cargo elevado ou não.

Portanto, temos outra perspectiva da relação social e das atitudes geradas em um ambiente que não se caracterizava como insalubre e estava diretamente ligado ao patronato da fábrica. Não obstante, um contraste surgiu na fala de Dilza quando mencionou a diferença entre os trabalhos considerados leve e pesado: “e um dia ele me perguntou, né, se eu queria conhecer a fábrica. Aí eu disse sim, né, quem sabe eu até queira ir para a fábrica, aí ele disse ‘não, vocês não aguentam a fábrica’”<sup>84</sup>. Ao mencionar o setor de produção manual, a recordadora marcou uma diferença entre ela e do operariado da Fabriljuta, pois, já que ela era trabalhava no

<sup>83</sup> Dilza Azevedo Marialva, entrevista realizada em 27 de outubro de 2023, em sua residência em Parintins/AM.

<sup>84</sup> Idem.

escritório, ela possuía um ritmo diferente de trabalho; Logo, ao querer se colocar naquele ambiente foi advertida pelo diretor-geral da fábrica que afirmou que a cadência da linha de produção seria demasiado penosa para ela, mostrando quão difícil era o trabalho de tecelagem quando comparado às tarefas administrativas.

Dilza caracterizou sua rotina diária nesta passagem da entrevista:

Eu entrava às 7 horas e 30 da manhã, então eu procurava sair de casa às 7 horas, né! No máximo 7 horas, se a gente não quisesse suar muito, aí chegava, né, deixava a bicicleta na garagem e andava, ainda dava para chegar no escritório e dar uma “relaxadinha”, e saíamos às 11 e 30 para o almoço. Tinha que ir lá almoçar e voltava 13 horas que a gente entrava as 13 e30 . Saíamos às 17 e 30min, chegava em casa e tomava aquele banho. Dava uma olhada no horário, se já estava tudo *ok*. Se não tivesse terminado à noite algum trabalho de aula, você terminava logo. A gente não tinha muito tempo. Aí, geralmente, quando eu vinha da aula, eu já fazia meus trabalhos. O que dava para fazer, eu já fazia o que era para no outro dia, se não desse tempo, né! E, aí, você come correndo, você aprende a fazer tudo<sup>85</sup>.

Apesar de terem atribuições distintas daquelas desempenhadas pelos/as operários/as da linha de produção, os/as trabalhadores/as do escritório também eram submetidos a uma disciplina industrial capitalista ditada pela fábrica. No caso de Dilza, por ainda ser menor de idade naquela época, ela ainda enfrentava uma dupla jornada entre seu trabalho na Fabriljuta e seus estudos, esforçando-se para conseguir tempo suficiente para seus compromissos e demanda, contudo, isso não estava mais sob o seu controle.

Portanto, apresentamos como a chegada da fábrica impactou a rotina em Parintins, gerando atitudes e experiências diferenciadas. Aqueles/as que foram empregados pela Fabriljuta desenvolveram com novos comportamentos e uma outra mentalidade a respeito do trabalho assalariado.

Porém, essa metamorfose dos trabalhadores não pode ser vista como algo isolado, mas como parte de um processo histórico da Amazônia, pois envolveu um contexto iniciado a partir de 1960 e que transformou população da região em trabalhadores/as assalariados/as.

---

<sup>85</sup> Dilza Azevedo Marialva, entrevista realizada em 27 de outubro de 2023, em sua residência em Parintins/AM.

### **3. REFLETINDO SOBRE AS EXPERIÊNCIAS DE TRABALHADORES/AS DA FABRILJUTA**

Neste capítulo iremos refletir sobre a construção das experiências dos/as trabalhadores/as da Fabriljuta a partir das suas narrativas, por meio das quais podemos sinalizar as dimensões e os contraste entre o trabalho feminino e masculino e como isso influenciou na identificação com o trabalho e nas relações de poder produzidas dentro o espaço fabril e fora dele. Além disso, temos o interesse em entender como as mobilizações de resistência explícitas e implícitas se faziam presentes no cotidiano de nossos informantes.

#### **3.1. AS TRABALHADORAS DA FABRILJUTA: UMA OUTRA DIMENSÃO**

A Fabriljuta empregou homens e mulheres, entretanto as experiências de trabalho e os impactos pessoais não se deram da mesma forma. Para as mulheres, a vida na fábrica estava atrelada a uma série de desafios que as assolava desde a Primeira Revolução industrial. No cenário brasileiro, segundo Ferreira (2016), a presença feminina como força de trabalho no setor têxtil apresentou singularidades devido à forte presença das mulheres na indústria de tecelagem.

Na Europa, por exemplo, a presença das mulheres nas fábricas foi “uma mudança perturbadora, mais aguda para elas do que para os seus companheiros, como conciliar o trabalho doméstico, sua tarefa-chave, com as longas fábricas” (Perrot, 2006, p. 120). De acordo com Perrot (2006) nos elucidada que a industrialização colocou em evidência as múltiplas jornadas das trabalhadoras, desvelando, portanto, o verdadeiro paradigma por detrás desta situação: o patriarcalismo e o capitalismo. Ambos influenciavam uma relação de poder sobre o seu tempo de trabalho e sobre o comportamento dessas mulheres que, por sua vez, tinham que se dividir em uma jornada dupla de trabalho: o lar e a fábrica.

Existiu um padrão para o recrutamento de homens e de mulheres na indústria têxtil brasileira: “as famílias consideradas ideias para trabalhar nas indústrias têxteis eram constituídas de um pai operário especializado e uma mãe dona de casa, também responsável por atividades ligadas às funções semiespecializadas na fábrica” (Ferreira, 2016, p. 738). A autora, ao ponderar sobre as experiências na região Sul do Brasil, organizou os critérios levados em consideração para o recrutamento de operárias. Apesar de seu estudo se centrar em outra região, podemos replicar algumas dinâmicas e cotejá-las com a situação ocorrida na cidade de Parintins.

Do mesmo modo, a inserção das trabalhadoras parintinenses na fábrica em questão produziu uma percepção própria delas, isto é, “as mulheres por si mesmas, falam mais diretamente” (Salvatici 2005, p. 32). Salvatici se refere à necessidade de darmos protagonismo às vozes e às experiências dessas mulheres. Além do mais, a relação de gênero foi sentida neste trabalho fabril renumerado, no qual produziam-se excedentes não pagos, da mesma forma que essas mulheres não recebiam pelo trabalho feito em suas casas, trabalho que era inviabilizado, não renumerado e exploratório e que era feito após elas terem enfrentado longas horas nos seus expedientes na linha de produção. Por isso, muitas mulheres optavam por deixar de trabalhar na fábrica para se manterem apenas com o trabalho doméstico.

As recordadoras Ana, Valcira, Maria, Teresa e Dilza discorrem sobre essas mudanças na sua rotina depois de se inserirem na fábrica. Joshi (2009, p. 148), ao analisar as experiências de trabalhadoras na Índia, revela que é necessário pensar e entender o trabalho da mulher a partir das especificidades que a cingem, isto é, pensar em suas vidas profissionais, mas que não se resumem apenas a uma linha de produção de fábrica ou à sua a reclusão no ambiente doméstico, pois estes dois espaços estão relacionados.

Imagem 16: Carteira de Trabalho de Valcira Fonseca de Souza, 2023.



Fonte: Foto própria.

Valcira expôs a sua realidade naquele momento, e contou-nos sobre como conseguia conciliar o seu trabalho na fábrica e as tarefas diárias, tais como cuidar dos seus filhos, já que seu marido também trabalhava na Fabriljuta no turno da noite.

Em 1978, por aí, comecei a trabalhar. Eu já tinha o Ailton e tinha o Adilson. Eram crianças ainda, né. Porque quando me casei estava com 17 anos, aí, eu estava com 3 meses de casada. Porque quando eu trabalhava lá, meu ex-marido ficava em casa. Ele trabalhava de noite, né! Já ficava com as crianças em casa, eu ia. Era assim, a gente revezava. Quando não tinha quem ficasse, aí, “eu já era”, vinha para casa. Era por isso que eu na fábrica, eu não demorei muito tempo<sup>86</sup>.

Nesse sentido, a experiência de trabalho de Valcira na Fabriljuta esteve condicionada aos desafios de uma múltipla jornada entre ser trabalhadora no lar e na fábrica. E, pela lógica patriarcal-capitalista, ela deveria fazer o sacrifício de se manter dentro de casa cuidando dos filhos e do marido, enquanto este trabalhava.

Não só no ambiente da fábrica, mas também fora, essas condições necessárias ao capitalismo se mantêm: “as divisões entre espaço doméstico/ espaço de trabalho fora/dentro/informal/formal, que sempre foram tênues, parecem agora se confundir” (Joshi, 2009, p. 148). Em outras palavras, a mulher, mesmo distante das linhas de produção, era obrigada pelo patriarcalismo e pelo capitalismo a manter-se sob a ordem do trabalho doméstico e da reprodução social<sup>87</sup> para garantir que a força de trabalho masculina continuasse ativa.

A recordadora Valcira reforçou, a partir das suas memórias, essa relação entre o trabalho fabril e o doméstico quando relatou sobre a limitação nas suas horas de trabalho: “o máximo que eu demorava na fábrica era 3 meses. Devido aos filhos. Eu não trabalhava diretamente devido aos filhos, quando tinha com quem ficar eu demorava mais<sup>88</sup>”.

Sobre o trabalho feminino, Perrot (2006, p. 120) esclarece que:

Há características que se repetem no seu trabalho. Ele é sempre temporário: as operárias não passam a vida toda na fábrica, são admitidas muito jovens desde os 12 anos ou 13 anos, permanecem no trabalho até o casamento ou até o nascimento do primeiro filho, voltando a trabalhar mais tarde, quando os filhos estão criados, e se, necessário, com eles.

Apesar da autora abordar outro contexto, tempo e espaço, podemos notar as semelhanças e as conexões em torno das experiências de trabalho feminino, tais características também ocorreram em Parintins com a chegada da Fabriljuta. Essa empresa fez com que

<sup>86</sup> Valcira Fonseca de Souza, entrevista realizada em 27 de outubro de 2023, em sua residência em Parintins/AM.

<sup>87</sup> Segundo Bhattacharya (2019 p.103) “produção de bens e serviços e a produção da vida fazem parte de um processo integrado”, em outras palavras, na concepção marxista, a teoria da reprodução se baseia tanto dentro quanto fora da produção da capitalista. Dessa forma, a família e os laços de parentesco também são parte do processo de manutenção dessa estrutura econômica que necessita da força de trabalho em troca de meios de sustentação dos trabalhadores. No caso das mulheres, elas além de venderem sua força de trabalho também eram responsáveis por cuidar do lar e da sobrevivência de outra mão de obra, o homem, em prol do capital. BHATTACHARYA, Tithi. O que é a teoria da reprodução social? **Revista Outubro**, n. 32, 1º semestre de 2019.

<sup>88</sup> Valcira Fonseca de Souza, entrevista realizada em 27 de outubro de 2023, em sua residência em Parintins/AM.

mulheres, na faixa dos 16 aos 20 anos, candidatassem a um emprego na fábrica de tecelagem, mas, depois de um certo período, viam-se obrigadas a se demitirem porque precisavam se dedicar ao casamento e aos filhos.

Outras trabalhadoras, como a Teresa, tentavam conciliar os dois trabalhos e, segundo a sua entrevista, essa não era uma tarefa fácil.

Eu tinha 2 filhos. Foi difícil, eu deixava (eles) para ir trabalhar, eu trabalhei mais no terceiro turno. Eu entrava às 11 horas da noite saía às 7 da manhã, porque, quando era de dia, eu ficava com eles. Eu dormia de meio-dia para a tarde, ficava com eles de noite até o horário do trabalho e já deixava eles todos dormindo<sup>89</sup>.

O trabalho no terceiro turno era considerado o mais exaustivo por exigir que os/as trabalhadores/as ficassem acordados/as a noite inteira. Ainda assim, aceitar esse turno foi o único jeito que a recordadora encontrou para se manter na fábrica e sustentar os seus filhos e, para isso, precisava deixá-los sozinhos. Por outro lado, trabalhar no terceiro turno era uma estratégia para as mulheres, pois, assim, elas podiam deixar os filhos dormindo, minimizando sua ausência e contornando a necessidade de contratar cuidadores/as.

Contudo, o labor feminino que se desenvolveu na Fabriljuta e fora dela atendia, também, às necessidades predatórias do capitalismo. Sob essa lógica, Souza-Lobo (2021, p. 75) afirma que “o trabalho doméstico faz parte da condição de mulher, o emprego faz parte da condição de mulher pobre”. Ou seja, produz-se uma relação de poder que tenta determinar sob quais formas as mulheres irão ocupar os espaços públicos e privados, incentivando a desigualdade de gênero e de classe.

Apresentamos um quadro com informações sobre a dimensão quantitativa dos homens e das mulheres estavam inseridos no emprego industrial no período de 1970 a 1980, no Brasil.

Tabela 2 – Dados quantitativos de homens e mulheres na indústria de transformação.

	1970		1980	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Indústria (Total)	4.782.248	642.114	8.885.592	1.789.025
	88,2%	11,8%	83,2%	16,8%
Indústria de Transformação	2.633,050	608.811	5.180.545	5.180.545
	81,2%	18,8%	75,6%	24,5%

Fonte: Souza-Lobo (2021).

<sup>89</sup> Teresa dos Santos de Moura, entrevista realizada em 10 de janeiro de 2024, em sua banca de frutas e verduras em Parintins/AM.

A tabela evidencia a evolução da presença das mulheres no emprego industrial nacional. Souza-Lobo (2021, p. 18) demonstra que embora houvesse um aumento considerável de mulheres nas indústrias de transformação, segundo os censos demográficos, o número de homens continuou maior. Esse cotejo é importante para entendermos como os dois sexos foram sendo inseridos dentro das fábricas, especificamente na Fabriljuta.

A entrada da mulher no mercado de trabalho assalariado foi condicionada, segundo Souza-Lobo (2021, p. 19), pelos seguintes fatores: necessidade de contribuição ao orçamento familiar, desenvolvimento novos postos de trabalho que exigiam habilidades que a lógica capitalista-patriarcalista apontava como “trabalho feminino”, mudanças no processo de organização do labor nas indústrias, simplificação do trabalho e menor exigência de qualificação e emergência do uso de mão de obra nova. Ou seja, a mulher era direcionada para a realização de tarefas e de cargos sem especialização, mas isso não significa que suas atribuições eram mais leves ou fáceis dentro da indústria.

A recordadora Dilza justifica a sua inserção na fábrica por meio da necessidade de contribuir com o orçamento familiar.

Como eu perdi o meu pai quando eu muito criança, quando eu concluí a 8ª série no colégio do Carmo, você poderia continuar de manhã ou a noite. Então, eu conversei com a diretora da época e pedi que me transferisse para a noite, apesar de eu ainda ser uma menina de 14 anos, né! Pedi para que ela me transferisse para a noite para que eu pudesse procurar um trabalho para ajudar a minha mãe. Nós éramos 5 irmãos. E eu sou a 2ª filha, então tinha 3 menores, a minha mãe que dava conta de tudo. Então, pedi a ela que me colasse para estudar à noite, para que eu pudesse, durante o dia, trabalhar para ajudar a minha mãe no sustento da casa<sup>90</sup>.

A morte do pai da recordadora faz com que ela se sentisse no dever de ajudar a sua mãe, por isso novo posto de trabalho na Fabriljuta foi muito atrativo e conveniente para a sua situação. De acordo com a perspectiva de Souza-Lobo (2021) que vimos acima, a recordadora Maria também corroborou que a sua inserção na fábrica seguiu aqueles mesmos fatores que condicionaram, em geral, o chamado trabalho feminino na fábrica.

A gente conhecia o gerente de lá, que a gente morou na rua da casa dele, o meu marido conhecia e dava-se muito com ele. O meu marido trabalhava lá, aí ele saiu. Aí, depois, eu fui, né, já que ele ficou de licença. Aí, eu fui trabalhar, eu cheguei lá, eu falei com o gerente que eu queria um trabalho, né. Porque era o papai que dava dinheiro da comida para nós todo o dia. Aí, disse, “Não tá certo”. Viu, assim, né, ao invés da gente dar para o papai, é ele que tem que dar para a gente, vou atrás de trabalho. Eu fui lá e eu subi lá no escritório, eu falei com ele, “Ei, mano, eu quero um emprego”. Ele disse:

<sup>90</sup> Dilza Azevedo Marialva, entrevista realizada em 27 de outubro de 2023, em sua residência em Parintins/AM.

“Olha, não tem dentro da fábrica, só tem no sol de estender juta, quer no sol?”. Eu disse assim: “Mano, eu vim atrás de um emprego, não vim escolher, né?”. “Então tu vais para o sol. Segunda-feira tu começa”<sup>91</sup>.

A contribuição para orçamento familiar também foi um dos motivos que levou Maria a buscar o trabalho na Fabriljuta, no seu caso, ela se deu conta de que seu pai se sobrecarregava financeiramente para sustentar ela e a sua família. Por meio do seu testemunho, também somos apresentando a um processo de organização de trabalho simples que não exigia qualificação profissional. Contudo, havia ali uma situação de insalubridade na função à qual a recordadora foi posicionada.

Em relação ao espaço das fábricas, Matos e Borelli (2013, p. 63) elucidam que, ao longo da história, as mulheres sempre estiveram em situação de precarização no trabalho fabril. Essa situação se dava tanto em termos monetário, como na insalubridade dos espaços de trabalho, nas longas jornadas a serem realizadas, as quais, em muitos casos, não previam descanso.

O relato de Valcira nos ajuda a entender melhor essa rotina intensa na Fabriljuta.

De manhã, eu pegava 7 horas da manhã, e largava às 7 horas da noite. Não vinha nem almoçar em casa. E, às vezes, comprava merenda lá mesmo na fábrica, o pessoal vendia, né? Aí, quando eu chegava em casa, cansada, ainda tinha que cuidar dos filhos. Me levantava cedo, fazia as coisas. E dava as coisas para as crianças e já deixava com o que podia ficar com eles. Para poder me virar<sup>92</sup>.

Para a recordadora contou que não tinha tempo para descansar, pois assim que encerrava o seu turno na fábrica já iniciava outro dentro de casa: essa era sua rotina enquanto trabalhadora da Fabriljuta. Ao abordar as experiências de trabalhadoras é necessário “examinar a relevância do trabalho na definição da autopercepção e suas relações com a casa e o exterior” (Joshi, 2009 p.158). Isso porque, embora as mulheres sempre tenham estado vinculadas ao mundo do trabalho, elas nem sempre foram reconhecidas pelas atividades laborais que praticavam e praticam, principalmente no passado.

Portanto, os relatos e as experiências de trabalho das recordadoras aqui exibidas possuem semelhanças nas suas narrativas, girando em torno da sua contribuição para o orçamento doméstico. Porém, esse trabalho também lhes garantiu autonomia em relação aos seus maridos ou ao seu cerne familiar.

Segundo Joshi (2009), o trabalho e o salário, para muitas mulheres, representam uma maneira de sair do controle financeiro dos seus maridos, pois elas passam a gerir o seu próprio

---

<sup>91</sup> Maria da Graça Costa da Silva, entrevista realizada em 9 de janeiro de 2024, em sua residência em Parintins/AM.

<sup>92</sup> Valcira Fonseca de Souza, entrevista realizada em 27 de outubro de 2023, em sua residência em Parintins/AM.

dinheiro, atenuando a autoridade masculina sobre ela dentro da sua casa, construindo, assim, núcleos domésticos independentes. Isso é o que nos parece ter sugerido a entrevista com Ana, que se desdobrava para conseguir sustentar os seus filhos através do trabalho na fábrica:

Eu vim morar aqui no São José (bairro) para ficar mais perto, para poder eu ir para lá (fábrica). Eu só tinha o Chicão que estava com quatro meses. A avó dele, a vó do curumim ficava com ele. Eu trabalhei muito, um bocado. Eu trabalhei para sustentar eles, até eu não arranjeri homem também. Eu trabalhava a fim de criar os meus filhos<sup>93</sup>.

O trabalho não era visto apenas como forma de subordinação e de exploração, as mulheres também enxergavam no labor remunerado uma forma de emancipação, apesar de ele ser limitado pelas estruturas de dominação do patriarcado e do capitalismo. As experiências das trabalhadoras da Fabriljuta não estavam atreladas apenas à sua ida a fábrica, mas nas transformações dos comportamentos femininos em espaços públicos. Isso era resultante do seu cotidiano após o expediente, nesses momentos de lazer, como destacado pela recordadora Maria, que organizava o seu tempo de trabalho para ter momentos de ócio.

Eu era muito festeira sabe, né. Aí, às vezes, eu pegava, entrava 6 horas, quando eram às 10 horas eu saía. Aí, quando eu entrava às 2 horas que saía às 10 horas. Aí, tinha uma “sedizinha” aqui, bem nesse canto, bairro novo eles sempre começam essas “sedezinhas”, né? Tem festa, aí, assim: “Graça, sábado vai ter uma festa, tal coisa vai tocar lá”. Aí, eu ficava com aquilo na minha cabeça. Aí, eu digo, mas hoje eu vou à festa. Aí, eu digo assim, eu chegava lá com o contramestre: –“Mano, será que eu posso trabalhar às 6 horas, né? Aí, eu largo às 14 horas”. Ai, ele disse: “Fala com o teu colega se ele não for sair, né? Aí tu vais, agora se ele for, aí não tem como, só se o teu colega concordar contigo”<sup>94</sup>.

Portanto, fica clara que a dinâmica na fábrica também era passível de negociações, conforme narrado pela recordadora, o que facilitava com que a trabalhadora pudesse prezar por sua diversão e escapar da intensidade do trabalho. Segundo Bonalume (2022, p. 43) “presente na vida das pessoas de diferentes formas ao longo da história, foi com a revolução industrial que o lazer começou a ser considerado em relação ao trabalho”.

Assim, o lazer após o trabalho na fábrica, como no caso da experiência vivida pela trabalhadora, atuou como parte complementar das suas lembranças do período que trabalhou na Fabriljuta. Bonalume (2022) defende que ter momentos de ócio numa sociedade capitalista é algo desafiador pelo fato de ser associado a preguiça e vadiagem, uma mentalidade construída

---

<sup>93</sup> Ana Zerina Gama dos Santos, entrevista realizada em 24 de outubro de 2023, em sua residência em Parintins/AM.

<sup>94</sup> Maria da Graça Costa da Silva, entrevista realizada em 9 de janeiro de 2024, em sua residência em Parintins/AM.

histórica e culturalmente para condicionar os/as sujeitos/as a pensarem que o trabalho compulsório é a única coisa que importa.

O tempo livre para uma trabalhadora, assim como o trabalho não remunerado do lar ou exploração da fábrica, também atuavam como uma forma de emancipação que perpetua, como algo proveitoso no passado ao ser lembrado no presente.

Eu digo: “*Ixi*, mano, eu ia trabalhar, eu ia à festa dançava, no outro dia cheguei, de manhã fui olhar o meu sapato assim... como que vim da festa? Eu sei que vim calçada, esse aqui está enrolado”. Eu digo, assim... para o meu neto: “Olha, meu filho, se diverte, mas saiba se divertir, aproveita a tua juventude, eu aproveitei a minha graças a Deus. né?” Eu digo, assim, às vezes eu fico a pensar, eu digo para o Carlos: –“Carlos, poxa, mas nós não saímos hoje nem para dar uma dançada!”<sup>95</sup>.

Além disso, o lazer após o trabalho não era algo exclusivo dos homens, as mulheres também possuíam direito ao ócio, e Maria deixou claro que o seu trabalho não a impedia de se divertir. Todavia, a falta desse espaço resultava em desigualdades, assim Bonalume (2022, p. 50) esclarece que “ao ser impedida de vivenciar determinadas experiências, a mulher passa a não ter certas oportunidades e novos regimes vão sendo constituídos e incorporados aos discursos e as práticas culminando em muitas vezes em falta de opção”

Dessa forma, podemos indicar as múltiplas experiências construídas a partir do trabalho fabril em Parintins, o qual modificou os comportamentos das mulheres, e que fizeram parte do quadro de trabalhadoras da fábrica. Essas mudanças não diziam respeito só à reestruturação necessária para se aguentar a intensidade do labor, mas ao sentido dado por elas para aquele período relacionando ao cotidiano, ao lazer e ao trabalho, como formas de identidade.

Todavia, apesar de não identificamos diretamente nas falas das recordadoras ações organizadas de rebeldia explícitas contra as imposições das relações de poder patriarcais e capitalistas, podemos inferir algumas atitudes de burla nas entrelinhas das suas próprias entrevistas. Geralmente, essa postura tinha o intuito de burlar os padrões disciplinadores da época, como é no caso de Maria, que considera o momento de lazer após o expediente da fábrica como uma forma de emancipação.

Segundo Cristina Ferreira (2016, p. 740):

Afinal de contas, as ações humanas não são passíveis de controle na íntegra e muitas atitudes destoavam do modelo disciplinador desejado e implementado nas relações poder intrínseca nas fábricas. As mulheres operárias não são vítimas do trabalho fabril, portanto, a sua agência não se justificava apenas mediante o disciplinamento imposto

---

<sup>95</sup> Maria da Graça Costa da Silva, entrevista realizada em 9 de janeiro de 2024, em sua residência em Parintins/AM.

pelos chefes de seção ou pelo patrão. Tampouco poderiam ser consideradas passivas ou rebeldes, mas sim ativas e aptas a burlar as proibições com uma base de criatividade, sem necessariamente criar conflitos declarados ou abertos, preferindo lançar mão de recursos mais sutis na constituição de si, perante a sociedade.

Em outras palavras, as trabalhadoras de fábricas de tecelagem não podem ser vistas apenas como vítimas e, sim, como protagonistas que utilizaram as ferramentas que tinham naquele momento. Algumas optaram pelo embate indireto, por meio de pequenas práticas, como o direito ao lazer.

Quando questionadas sobre os conflitos dentro da fábrica, todas as trabalhadoras da Fabriljuta afirmaram que o ambiente era amistoso, entretanto isso não impediu que houvesse animosidade dentro da fábrica de forma explícita, sobretudo entre as operárias e o contramestre, responsável por aplicar as disciplinas do capitalismo industrial. As memórias de Valcira nos sugerem que houve conflitos dentro da Fabriljuta. Assim, temos indícios de embate direto individual, com atitudes rebeldes contra as táticas de disciplinamentos construídos, as quais os chefes de seção deveriam impor.

Todos se davam bem lá, só que, uma vez, meti um guarda-sol na costa de um “filho de uma égua” que veio gritar comigo... Porque, assim, são 4 máquinas, já é difícil de você trabalhar com ela, porque, por exemplo, ela começa a rachar os fios. Se quebra um fio, meu amigo... Você vai ter que parar a máquina. E quando paravam as 4 máquinas? E quando era o fio podre, isso era problema, era aí que era dor de cabeça. Aí, quando foi um dia, disse assim que eu não estava aqui, que as minhas máquinas estavam paradas e que a gente não estava dando produção. Eu digo:” olha, se o senhor quiser produção, você venha cá para a máquina trabalhar, porque eu não vou fazer aquilo que eu não posso. O senhor está vendo? Eu estou aqui. Eu corro numa máquina, corro na outra, corro no outra. Enquanto o senhor só está olhando aí”<sup>96</sup>.

Portanto, podemos constatar o embate direto de uma trabalhadora do setor de tecelagem contra o chefe de seção que a acusou de ter abandonado o seu posto de trabalho, resultando em possíveis problemas na produção, já a premissa é que ninguém podia parar. Entretanto, a recordadora não aceitou a falsa acusação e nem o tom autoritário do seu acusador, por isso reagiu explicitamente, deflagrando um golpe contra ele com o seu guarda-sol.

De tal modo, somos apresentados a uma forma de resistência direta à exploração dentro do espaço público, condicionado pela divisão sexual do trabalho, a qual se encontravam as trabalhadoras de Parintins. Valcira<sup>97</sup> sentiu a pressão da disciplina industrial através do seu cotidiano na fábrica, apesar de ser uma jovem de 16, quase 17, anos não acatou as imposições da fábrica, provando que a máquina quebrava devido ao fato de aquela matéria-prima da juta

<sup>96</sup> Valcira Fonseca de Souza, entrevista realizada em 27 de outubro de 2023, em sua residência em Parintins/AM.

<sup>97</sup> Idem;

ser de péssima qualidade, não aceitando ser punida por estar a fazer o seu trabalho dentro do possível.

Nesse sentido, Souza-Lobo (2021) assinala para uma articulação entre a submissão e a revolta gerada no ambiente de trabalho a partir do cotidiano e a forma como a vivência nesse espaço prevê uma certa submissão do/a trabalhador/a ao patronato, já que este se importa mais com a máquina e com a produção dos excedentes do que com o/a próprio/a sujeito/a responsável pela produção. Portanto, segundo autora, demonstra a dualidade do discurso de valorização do trabalho que, na realidade, é sustentada pela necessidade de sobrevivência que acaba por fazer com que o/a trabalhador/a aceite situações de insalubridade e exploração. Diante disso, é comum que, por conta da pressão, os/as funcionários/as se revoltam e reivindicam um tratamento mais humano dentro da linha de produção.

Temos o exemplo de Valcira<sup>98</sup> que, inicialmente, travou uma relação cordial com todos dentro da Fabriljuta, mas que, logo em seguida, viveu algumas tensões com o seu chefe de setor. Na Fabriljuta não houve greves ou conflitos abertos, mas a recordadora Valcira nos ofereceu, na sua fala, o nervosismo e o conflito com a chefia que estava inviabilizado até aquele momento.

Souza-Lobo (2021, p. 97) comenta que “no cotidiano as formas de submissão e revolta são mudas ou inexplicáveis, como a raiva da trabalhadora contra a firma”. A autora afirma que toda a situação de submissão/revolta é algo particular do/a sujeito/a e é vivenciado a partir de determinado espaço e tempo ao longo do seu cotidiano. Algumas desavenças ocorrem de forma indireta, outras de forma direta, seja coletiva ou individualmente.

Em síntese, as experiências das trabalhadoras fabris em Parintins aportam uma dimensão diferenciada daquela esperada no contexto da década de 1970, período no qual a sua presença na indústria têxtil era significativa, pois ali essas mulheres realizavam trabalhos, braçais, semiqualeificados e qualificados. Assim, ao problematizar as memórias das mulheres que estiveram na Fabriljuta, examinamos as circunstâncias que as levaram a trabalhar na linha de produção, compreendendo que elas estavam sujeitas às desigualdades e propensas a resistirem a determinadas situações. Souza-Lobo (2021, p. 128) chama de “dupla situação opressora”, isto é, quando o sexo feminino se encontra num nível de exploração econômica e social maior do que a masculina.

Todavia, para além de uma análise gênero que vincule a mulher apenas como vítima, também chamamos atenção o papel delas como atores sociais que se tornaram protagonistas da sua própria história resistindo às imposições do patriarcalismo e do capitalismo.

---

<sup>98</sup> Valcira Fonseca de Souza, entrevista realizada em 27 de outubro de 2023, em sua residência em Parintins/AM.

### 3.2 O TRABALHO NA FABRILJUTA COMO FORMA DE IDENTIDADE

*A Fabriljuta foi essa, foi isso para mim. Eu, interessei-me de ver a minha carteira assinada.*<sup>99</sup>

Nossa epígrafe corresponde a um trecho da fala do informante José, na qual ele deixou entrever a sua identificação com trabalho realizado na Fabriljuta. Nas suas falas, ele expressou em diversos momentos, como forma de bordão, que o período que passou dentro da fábrica foi bom para ele mas, ao mesmo tempo, surgiram algumas contradições em suas histórias. Nesse tópico analisaremos como as memórias dos/as trabalhadores/as construíram, de forma indireta, uma identificação com o trabalho realizado na fábrica, gerando, assim, uma dualidade sobre a situação de exploração à qual estes/as sujeitos/as estavam submetidos/as. Segundo Tilio (2009, p.111), as “identidades sociais não são fixas e inerentes às pessoas; elas são construídas no discurso durante os processos de construção de significados”. Portanto, quando se aborda a identidade como um conceito, podemos problematizar como o outro se enxerga, posiciona/se no mundo que o cerca e como compreende a cultura na qual está inserida. Nesse caso, também entra em jogo a cultura do trabalho, na qual as identidades dos sujeitos e das sujeitas foram construídas socialmente.

Assim, as lembranças não são estáticas, mas mutáveis. Elas estão relacionadas a lugares, a pessoas... Quando um grupo vive um fato ou um acontecimento diretamente ou indiretamente, como exaltado por Polak (1992) ao conectar as lembranças por meio de uma identificação social com o passado.

Os/as trabalhadores/as da Fabriljuta lançaram várias lembranças sobre o período em que foram funcionários/as, as suas memórias entrelaçam-se entre recordações individuais e coletivas. Halbwachs (2006) comenta que, a depender do momento que esses/as sujeitos/as estão no presente, as suas lembranças serão positivas ou negativas.

De tal modo, o recordador Luís, ao se lembrar do momento em que foi admitido na fábrica, apresentou uma relação entre a memória particular e a memória coletiva:

Foi uma espécie de lazer, né! De vontade de dizer, o custo de vida era uma coisa interessante. Um aposentado conseguia manter sua família, então, não era por necessidade. Eu estudava à tarde no colégio Batista. Então, de manhã, eu não tinha nada para fazer, só as coisas de casa mesmo, que eu ajudava. Conversando com os

---

<sup>99</sup> José Carlos das Neves Farias, entrevista realizada em 09 de janeiro de 2024, em sua residência em Parintins/AM.

colegas, com os amigos falando, percebi meu salário, tudo. Aí, aquilo me despertava um certo interesse. Aí, foi por isso que eu fui, né. Olha, a fábrica de juta injetava o recurso muito significativo na cidade. Muito significativo. Acho que fora a Fabril, só a prefeitura mesmo, né? Era Fabril e prefeitura. A Fabril fomentava o comércio. No caso do comércio, tinha o meu crediário. No caso, depois que fui trabalhar, tinha o meu crediário para chamar o prestamista, não é. Eu comprava roupa, essas coisas. E tinha o comércio das coisas que a gente precisava, né. Essa questão de açúcar, alimentos... Então, a gente tinha pessoas que vendiam merenda também lá de noite para quem quisesse. Então, de certa forma, a cidade movimentava bastante. As pessoas que vinham de outras cidades como Barreirinha, do Pará, para trabalhar aqui. Vinham em busca de trabalho, porque a notícia da Fabriljuta começou a se espalhar, tinha bastante vaga e pagava bem<sup>100</sup>.

Podemos observar que as lembranças de Luís têm um caráter saudosista ao separar a sua memória individual, relacionando-a a um período que considerava melhor para viver se comparado ao momento atual. Ele também afirmou que o trabalho nunca uma necessidade, mas que ele o buscou por querer fazer parte do que estava acontecendo na cidade. Logo, nesse momento, a memória coletiva sobre a cidade e a fábrica são apresentadas de forma positiva.

Entretanto, a memória também é subjetiva, Polak (1992) afirma que nem tudo fica gravado nela, pois existe um processo de seleção. Podemos observar isso quando Luís foi capaz de se lembrar que a fábrica paga um bom salário, mas não recordava o valor com exatidão.

Em relação ao pagamento, eu não sei definir se ela pagava bem de fato ou não. Porque não tenho mais como me lembrar desse detalhe, assim, da questão da remuneração, pois, primeiro porque o único contato que a gente tinha com o dinheiro do salário. Ou seja, era o salário do aposentado, no caso da minha mãe. E o salário mínimo era pago pela Fabriljuta. Então, eu não tinha noção de valores, assim. Eu só tinha aquele dinheiro, então, para mim, na minha percepção, receber aquele salário era uma maravilha, né? Era uma coisa grandiosa. Então, a gente vivia bem, né. Porque eu trabalhava, e a minha mãe nunca parou de trabalhar, ela tinha aposentadoria dela. E, nesse momento, também tinha a questão das casas que ela alugava ainda, entendeu? Então, a gente vivia praticamente bem mesmo.<sup>101</sup>

Ao recordar a sua identificação com o trabalho, Luís teve como parâmetro o salário da sua mãe, motivo pelo qual ele não dependia diretamente do trabalho da fábrica. Portanto, ao lembrar do quanto ganhava, não era o labor na Fabriljuta que vinha diretamente à sua mente, mas o trabalho e o dinheiro que a sua mãe recebia, ou seja, por trabalhar pouco tempo e por ser muito jovem selecionou apenas o que considerou importante lembrar, como, por exemplo, a exploração que sofreu por ser menor de idade, razão pelo qual ele deixou seu trabalho na área da tecelagem.

---

<sup>100</sup> Luís Alberto Mendes de Carvalho, entrevista realizada em 3 de janeiro de 2024, em sua residência em Parintins/AM.

<sup>101</sup> Idem.

Entretanto, mesmo tendo trabalhado por pouco tempo, Luís foi impactado pelo seu passado como trabalhador da Fabriljuta. Ao ser questionado sobre a falta em sua vida da fábrica, ele apresentou uma memória de pertencimento a um passado considerado importante. Ele escolheu se lembrar, já que essa foi uma experiência construída coletivamente e que ajudou a formar uma identidade social em todos aqueles que trabalharam na Fabriljuta ou que viveram em Parintins durante, ou depois, daquele período.

Estamos diante de uma recordação que refere a uma memória coletiva, projetada por Luís a respeito da Fabriljuta e do impacto sobre a cidade e a sua população.

A nossa região é uma região muito produtiva no sentido da agricultura e da pecuária. E aqui, em Parintins, as pessoas vinham para estudar. No caso, por causa das escolas, vinham por causa da saúde. Tinha um hospital, sempre tivemos 2 hospitais aqui. E quando ela [a fábrica] fechou, as pessoas também tiveram que procurar outra fonte de renda. Por exemplo, porque quem era da zona rural voltou para zona rural. Outros que não tinham mais a zona rural, ficaram por aqui também. Já fixaram residência por aqui, voltaram para outra cidade. Foi muito triste a situação do fechamento da Fabril, do ponto de vista econômico para o município, com certeza. E isso teve um impacto com certeza. Talvez por essa falta dela é que se buscou alternativas, da União Manufaturada de Tecidos. Que foi a que a substituiu<sup>102</sup>.

Para o recordador, a memória coletiva em relação à Fabriljuta se mostrou formidável para a constituição dos fatos que estão relacionados à sua trajetória de vida e aos fenômenos ocorridos enquanto trabalhador da fábrica de tecelagem e o que aconteceu após o fechamento da empresa em questão. Ainda que tenha reconhecido que o fim da Fabriljuta prejudicou muito mais a outras pessoas do que a ele mesmo, a sua identidade enquanto trabalhador fabril se sustentou mediante uma negociação e uma aceitação com os outros recordadores, os quais fizeram parte do mesmo grupo que ele como funcionários da fábrica. Por isso, este informante conservou um discurso positivo relativo ao labor fabril e ao período em que atuou como funcionário da fábrica.

Segundo Polak (1992, p. 5) “a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros”. Em outras palavras, o grupo de trabalhadores/as separados nessa pesquisa reproduziram a mesma representação e a mesma imagem da Fabriljuta, pois o impacto da fábrica foi sentido de maneira geral na população de Parintins.

---

<sup>102</sup> Luís Alberto Mendes de Carvalho, entrevista realizada em 3 de janeiro de 2024, em sua residência em Parintins/AM.

Nesse sentido, a memória coletiva sobre Fabriljuta se sobrepõe à experiência individual resultando em divergências entre o fato a ser lembrado. Pois, Polak (1992) acredita que há um conflito de memória que se desenvolve nesses casos, já que a memória individual busca a recordar aspectos específicos do sujeito e que pode, eventualmente, contradizer o que é sustentado coletivamente.

Assim, Luís, que, inicialmente afirmou que o trabalho era uma espécie de lazer para ele, contradisse a si mesmo na sua entrevista quando nos revelou:

Não era um trabalho pesado. A gente ficava se movimentando lá na fábrica e não dava tempo nem de ficar com sono. A não ser quando chegava a madrugada antes das 2 horas e às 4 horas, aí o sono apertava um pouco, mas não tinha como dormir, porque era movimentado<sup>103</sup>.

Apesar de negar que o trabalho não era pesado ou exploratório, ele contraria a própria afirmação quando confessa o quão cansativo se tornava fisicamente para ele. À vista disso, há uma quebra de uma memória oficial, construída coletiva e positivamente sobre a Fabriljuta. Para Ricoeur (2007) não basta apenas questionar o fato de quem está se lembrando, mas o que está sendo lembrado e como é lembrado. Nesse sentido as memórias individuais nos revelam o não dito e o silenciamento, e, por fim, também desvelam as contradições entre a nostalgia e os desafios lançados através da experiência de trabalho na Fabriljuta.

Logo, após exaltar a Fabriljuta, a memória de Luís é direcionada para a sua experiência e a sua vivência na fábrica, por isso ele recorda que, por ele ter sido um jovem de 17 anos naquela época, ele achava o trabalho uma espécie de lazer e não avaliava pesado, mas, para outros/as empregados/as, essa mesma função era considerada aterrorizante.

Eu via se machucarem no tear, batiam as mãos. Eu sei que eram dois ganchos de ferro, de aço, assim, que ficava rodando, entendeu? Sem parar, ficava rodando. Aí, quando o fio quebrava, a pessoa tinha que colocar o fio de volta para continuar, porque essa aqui fazia ele torcer o fio para a fiação aí. Esse era um espaço bem perigoso, porque o ferro não parava, então, a pessoa tinha que ter mobilidade para fazer. E nisso batia mal, às vezes ficava olhando, mas não era meu serviço. O serviço de tecelagem era mais para a mulher. Raramente se via um homem na tecelagem<sup>104</sup>.

Apesar de ele não desempenhar essa função descrita acima, ele foi capaz de observar que na linha de produção a intensidade do trabalho tornava determinados espaços na Fabriljuta perigosos e passíveis de acidentes. Na sua fala, fica evidenciada a sua percepção sobre as

---

<sup>103</sup> Luís Alberto Mendes de Carvalho, entrevista realizada em 3 de janeiro de 2024, em sua residência em Parintins/AM.

<sup>104</sup> Idem.

consequências que ambiente causava nos/a trabalhadores/as (as) e nele próprio. Como ele era menor de idade na época, dividia seu tempo entre a escola e o labor feito no turno da noite. Isso fez com que ele sublinhasse o desgaste físico e mental causado pela sua rotina na tecelagem, evidenciando que um dos motivos era “principalmente porque era um horário impróprio de trabalhar para um adolescente”<sup>105</sup>. Portanto, sua passagem na empresa pouco teve a ver com lazer, pois configurava-se como uma atividade penosa, tanto que sua passagem foi bastante breve, durante apenas três meses.

O recordador relatou a pressão que sentia no seu cotidiano:

Não tinha como demorar muito tempo nesse turno das 23 horas. Era muito cansativo, muito estressante. Por exemplo, uma dona de casa que trabalhava das 23 horas às 7 horas chegaria em casa e ainda teria que fazer as coisas de casa. Era um turno que era o último recurso mesmo. Então, a pessoa demorava pouco mesmo. Não tinha muita discussão não. Eu era muito inexperiente nessa parte de direitos. É, tanto é que se eu soubesse que era prejudicial, eu não teria entrado. Porque um adolescente trabalhando nesse horário aí é prejudicial para o seu desenvolvimento. Mesmo que fosse só para trabalhar era prejudicial. É, vamos supor o seguinte, se tivesse uma fiscalização eu não ia ficar nesse horário. Porque era adolescente. Essa é umas das primeiras situações. Até a fábrica seria penalizada por aceitar alguém da minha idade para trabalhar nesse horário. Portanto, eu acredito que os direitos trabalhistas aí eram raríssimos, desconhecimento da população em relação ao direito trabalhista. E o próprio desconhecimento da legislação pelo próprio parque industrial fabril, né? Ou seja, isso aí fica por conta de quem captava as pessoas para trabalhar, né<sup>106</sup>.

O recordador Luís, ao pensar em sua trajetória de vida, refletiu sobre sua experiência como trabalhador fabril, separando o fato de ser leigo na época em relação aos direitos trabalhistas, questionando sobre o seu recrutamento e a ausência de qualquer fiscalização que pudesse protegê-lo do trabalho pesado que exigia muito esforço para a idade que tinha na época. Nesse sentido, podemos pautar alguns aspectos na narrativa semelhantes com a análise de Thompson (1981, p. 23) quando ele pondera sobre os efeitos da Revolução Industrial na Europa, no final do século XVIII. A partir da Revolução Industrial, passou-se a discutir as condições do/a trabalhador/a, evidenciando o impacto diretamente na produção das experiências dos/as sujeitos/as, repensando, então, uma a natureza e a exploração da força de trabalho.

Do mesmo modo, Luís passou a questionar o seu próprio modo de pensar sobre o passado ao fazer comparação com a sua vida atual. O recordador seguiu uma profissão completamente diferente daquela original, tornou-se professor universitário. Segundo Bosi

---

<sup>105</sup> Luís Alberto Mendes de Carvalho, entrevista realizada em 3 de janeiro de 2024, em sua residência em Parintins/AM.

<sup>106</sup> Idem.

(2003, p. 78), “a idade adulta é norteadada pela ação do presente e quando se volta para o passado é para buscar nele o que relaciona com suas preocupações atuais”.

Aquele momento recordado por Luís se transformou algo a ser discutido quando ele foi capaz de fazer comparações, o que acabou por suscitar nele algumas inquietações.

As condições mudaram bastante. Hoje, o meu trabalho é um trabalho extremamente leve, agradável e prazeroso para mim. Que é que não é um trabalho que movimentava, assim, que não envolve físico, não é? Envolve mais a questão mental, intelectual<sup>107</sup>.

As preocupações atuais do informante já não envolvem um trabalho insalubre e cansativo fisicamente. Podemos considerar que as lembranças da Fabriljuta podem ser entendidas como desagradáveis, por conta da exploração que envolvia o trabalho.

Luís acredita que a fábrica não teve um significado tão importante quando comparado ao seu momento atual, embora considere gratificante a oportunidade que a fábrica lhe deu ao contratá-lo para o seu primeiro emprego de carteira assinada. Todavia, para o recordador José, a Fabriljuta foi e, ainda assim, ambos possuem o mesmo discurso saudosista em relação ao período que a tecelagem de juta esteve em funcionamento.

O bairro onde eu moro se chamava antigo, Taguatinga, e foi fundado em 1972, o ano que vim para cá. Eu já estava na Fabriljuta. A Fabril foi tudo para mim. Não tinha nada, um garotinho feio e pobre. Mas entrei na Fabril e me esforcei, como eu te falei. Saí de lá como chefe da casa de força. Não era fácil não, eram dois motores. Tudo saía de lá para a fábrica. Ar, energia etc<sup>108</sup>.

O recordador José demonstrou se identificar mais profundamente com a fábrica, e um dos fatores está relacionado ao longo tempo na Fabriljuta. Durante aquele período, foi operário da linha de produção e, depois, tornou-se chefe da casa de força. Assim, o entrevistado demonstrou a importância de sua função como responsável por garantir que a energia não cessasse e as máquinas de tecelagem não parassem.

Reiterou a sua gratidão pela oportunidade de atuar na fábrica: “não era fácil não”<sup>109</sup>. Isto é, ainda que o trabalho fosse gratificante, ele não deixava de ser desafiador, pela carga de responsabilidade exigida.

Eu entrei na Fabriljuta em 1971. Não tinha nada na cidade. Essa fábrica foi a mãe de Parintins. “Fabricazinha” que empregou muita gente. Até a minha esposa trabalhou

<sup>107</sup> Luís Alberto Mendes de Carvalho, entrevista realizada em 3 de janeiro de 2024, em sua residência em Parintins/AM.

<sup>108</sup> José Carlos das Neves Farias, entrevista realizada em 9 de janeiro de 2024, em sua residência em Parintins/AM.

<sup>109</sup> Idem.

lá, ela era tecelã. Eu não, eu já entrei na mecânica, não sabia nada, fui aprendendo. Daí passei *pro* motor pronto, até hoje trabalho com máquina<sup>110</sup>.

O trecho “a Fabriljuta foi uma mãe para Parintins”<sup>111</sup> se refere ao fato de o recordador ter aprendido um novo ofício dentro da fábrica, tornando-se, então, uma mão de obra especializada, a ponto de ter continuado até o momento da entrevista na mesma profissão. Bosi (2023, p. 433) nos convida a pensar que “chama-nos atenção com igual força a sucessão de etapas na memória que é toda dividida por marcos, pontos onde a significação da vida se concentra”. No caso de José, esses marcos foram o emprego e a sua formação como mecânico.

De tal modo, ao marcar o momento de construção de seu ofício, o informante apresentou a Fabriljuta como geradora de oportunidade e como um ambiente sem conflitos, no qual pôde crescer profissionalmente.

Olha, não, porque os encarregados tinham chefes de turno, no caso o Mineiro. E tinha o contramestre, aquele que fica dando a manutenção. O chefe de tudo ficava mais lá no setor dele lá em cima, ficava lá embaixo, mas na mesma dele mesmo. O contramestre que andava mesmo que ia lá, mas não tinha conflito porque todo mundo estava trabalhando. Mas não tinha conflito!<sup>112</sup>.

José reconheceu a hierarquia dos chefes de setores, mas afirmou que não existiu conflito na fábrica, contradizendo a fala do recordador Luís, que disse em nossas conversas a frase quando este diz: “poucas vezes presenciei conflitos. Às vezes, tinha uma discussão boba aquelas coisas”<sup>113</sup>. Luís confirma que chegou a presenciar conflitos, ainda que os motivos tenham sido sempre irrelevantes.

Segundo Porteli (1997, p. 29), “a história oral não tem um sujeito unificado, é contada de uma multiplicidade de pontos de vista”. Em outras palavras, houve conflitos e confrontações, portanto, as narrativas dos entrevistados supõem experiências individuais diferentes, mas todas legítimas. Devido à subjetividade na construção da lembrança, reproduziram-se memórias, por meio das quais a fábrica foi retratada como um espaço harmonioso e estável, condicionado pelo próprio sistema fabril ao cotidiano do sujeito.

Thompson (1981, p. 28) diz que “a necessidade de paz na indústria, de uma força de trabalho estável e de um de corpo de trabalhadores capacitados e experientes exigia a modificação das técnicas gerências — e na realidade a formação de novas forma de

<sup>110</sup> José Carlos das Neves Farias, entrevista realizada em 9 de janeiro de 2024, em sua residência em Parintins/AM.

<sup>111</sup> Idem.

<sup>112</sup> José Carlos das Neves Farias, entrevista realizada em 9 de janeiro de 2024, em sua residência em Parintins/AM.

<sup>113</sup> Luís Alberto Mendes de Carvalho, entrevista realizada em 3 de janeiro de 2024, em sua residência em Parintins/AM.

paternalismo”. Portanto, os conflitos, fossem frequentes ou pontuais, eram mediados pela própria fábrica, trazendo a sensação de cordialidade dentro das linhas de produção da Fabriljuta. Entretanto, a fábrica buscou controlar os comportamentos dos/as trabalhadores/as, desviando-se da própria ideia do trabalho compulsório, por meio de uma apresentação mais horizontal nas relações de poder entre o patronato e o/a trabalhador/a. Dessa maneira, os chefes podiam evitar qualquer possibilidade de desestabilização.

As narrativas evidenciam essa tentativa do capitalismo de criar um ambiente menos conflitivo na indústria, como abordado por Thompson (1981). A Fabriljuta tornou-se uma “mãe” para o/a trabalhador/a por fornecer o que ele/a precisava em troca de sua força de trabalho e da sua passividade em relação ao que ocorria na linha de produção.

Temos como exemplo um dos acidentes de trabalho na Fabriljuta que foi relatado por José. Embora ele não tenha presenciado, ele reconheceu um desses episódios:

Eu nunca vi, só um colega meu que perdeu um dedo, mas porque perdeu na engrenagem. Mas ele foi indenizado, criou se até uma brincadeira que cada dedo tinha um preço, né! Esse aqui era o mais caro. Quer dizer, eu vou perder esse aqui, então vai. Acontece assim, muita gente se acidentou, mas assim só no dedo. É porque era mais na fiadeira. A fiadeira dava cacete na gente, porque aquilo ali era muito rápido. Tinha que enfiar aquilo, tinha uma agulha, arame que metia para trabalhar com fio por baixo, mas não podia nem para cá, nem para lá, era só ali. Aí engatava lá<sup>114</sup>.

Os acidentes, pelo que se pode inferir, eram frequentes. O tom jocoso também nos induz pensar que esse era um assunto corriqueiro. Essa imagem da fábrica como uma “mãe” é reforçada quando o entrevistado diz que a empresa cuidou do seu funcionário, indenizando-o. O valor pago pela perda de um dedo, contudo, descortina a dialética do sacrifício de produzir os excedentes e da intensidade do trabalho que poderia, eventualmente, resultar nos acidentes.

Nesse sentido, as observações sobre a linha de produção fornecidas pelo informante José evidenciam a dificuldade do trabalhador com relação às máquinas, esse manuseio, com alguma frequência, resultava em acidentes. Portanto, o aumento do labor levava à exaustão física, como afirmou o recordador: “quando a juta era ruim, quebrava demais, aí você trabalhava mesmo, suave. Aí, trabalhava mesmo que não conseguia levantar”<sup>115</sup>.

Logo, o tempo de trabalho dentro da Fabriljuta era rígido e seguia uma disciplina industrial, cujo ritmo não permitia que o/a trabalhador/anão podia parar. Essa cobrança está vívida na memória de Valcira, que comentou sobre a constante vigilância dos contramestres sobre os/as trabalhadores/as.

---

<sup>114</sup> José Carlos das Neves Farias, entrevista realizada em 9 de janeiro de 2024, em sua residência em Parintins/AM.

<sup>115</sup> Idem.

É porque é, assim, eles têm os contramestres, que falavam, né. Por exemplo, ela trabalhava numa máquina aqui, mas tinha um que te vigiava daqui e dali. Tinha um responsável aqui para te vigiar... Tinha um daqui que se chamava de Caldeira.

Para Valcira, o controle da fábrica sob os/as trabalhadores/as era mais visível, a vigilância dos chefes tinha como intuito garantir que nenhum/a funcionário/a abandonasse seu posto e nem deixasse máquina parada.

No nosso setor, por exemplo, tu não podias conversar com ninguém ali, a não ser na hora que tu fosse merendar. Porque ninguém podia deixar a máquina sozinha, de jeito qualidade. Ninguém podia deixar, era em pé ali. Se fosse 24 horas, eram 24 horas. Só parava para merendar. Não tinha negócio de conversinha, conversinha. A conversa dessa era lá na hora da entrada e quando saía que a gente se falava, a gente se conhecia. Mas vai deixar a tua máquina parada, vai. Tu não ias tecer é nada. Não tinha tempo para essas coisas, eram, ali, 24 horas. Se parasse a máquina tinha de ir ajeitar. Quando funcionava todas as 4, estava muita legal, mas quando quebrava só de uma pancada, o fio, meu pai do céu. Acha a ponta do fio e enfia lá, passa a lâmina aqui, oh, passa aquele fio aqui para não ficar aparecendo<sup>116</sup>.

Temos uma descrição do quão exploratório era o trabalho na Fabriljuta, cujo lema poderia ser “máquina não podia parar”. O/a trabalhador/a ficava horas de pé, mantendo a produção e, se necessário, deveria permanecer ali o dia, podendo desfrutar apenas de alguns minutos de descanso.

Toda formação de operário para produzir é dimensionada por um parâmetro fundamental: tempo de produção. Para este converge toda a disciplina, a qual se referem tanto empresários como trabalhadores. No interior das fábricas as normas de comportamento são extremamente rígidas, tendo em vista que conversas e distrações podem prejudicar os esquemas de produção, ampliando o tempo, acumulando produtos inacabados no final da linha que terão de retornar ao processo, ou apresentar defeitos no acabamento (RIBEIRO, 1988, p. 278).

O tempo de produção ditava o ritmo e a formação trabalhador/a dentro da rigorosa disciplina fabril para que nada atrapalhasse a produtividade. Ou seja, sem conversas, sem distrações, para não gastar o tempo de trabalho com coisas que não envolvessem os produtos a serem manufaturados. Na Fabriljuta, a dinâmica de trabalho seguia um padrão de comportamentos.

Portanto, evidenciamos as memórias dos/as trabalhadores/as marcadas, sobretudo, pela ambiguidade das experiências positivas e negativas que acumulara durante os seus vínculos com a empresa na Fabriljuta. Algumas impressões parecem ser compartilhadas como o

---

<sup>116</sup> Valcira Fonseca de Souza, entrevista realizada em 27 de outubro de 2023, em sua residência em Parintins/AM.

reconhecimento da situação de insalubridade de trabalho e a gratidão pela oportunidade. que tiveram este trecho proferido por Maria ilustra bem esta ideia:

Ah... trabalhar na Fabril foi bom. Se tivesse voltado, até hoje se me aceitasse, ia estar lá. Foi muito bom. Foi quando eu construí minha casa, eu vivia em casa alugada. Comprei meu terreno e construí minha casa. E, graças a Deus, os meus filhos tiveram o que comer. A gente recebia por semana<sup>117</sup>.

A recordadora exalta a fábrica como algo bom para ela, por meio da qual conseguiu conquistar bens materiais com o seu trabalho. Bosi (2023, p. 57) menciona que “a memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a professora, com profissão, enfim com os grupos de convivência e referência peculiares a esse indivíduo”. Maria relaciona a Fabriljuta a aos bem adquiridos que foram o fruto do seu trabalho e suporte pelo qual sua família que foi sustentada durante aquele tempo. Dessa forma, temos um intensa identificação da recordadora com o trabalho fabril, mesmo em situação de insalubridade, o fato de ter garantido a sua sobrevivência e dos seus filhos produziu uma memória positiva.

Todavia, Wilson nos descreveu uma dimensão diferente dos/as outros/as trabalhadores/as. Ele foi chefe de setor, responsável pela fiscalização, e, no seu discurso, podemos perceber uma hierarquização e divisão das funções daqueles/as trabalhadores/as com maior especialização.

A minha função? A minha função era produzir. Chefe geral ele tá de olho em toda a fábrica. Essa que é a verdade, desde a preparação até o acabamento. Ele tem a obrigação e o dever de conhecer, a pessoa para ser chefe geral tem que conhecer toda a fábrica. Porque em 8 horas ou 12 horas, que [ele] esteja na fábrica, é ele que é o cara na fábrica, entendeu? É ele que manda em tudo. Depois dele que vem o técnico, aí o diretor está lá em cima, aí vem o técnico depois do técnico vem ele, o técnico fica lá em cima. Ele só está a dar ordem, fazendo química, essas coisas todas para poder a fábrica se expandir, ter mais produção. E o nosso caso era fiscalizar a qualidade, ver máquina que funcionava, máquina que não estava. Chamar o mecânico, chamar o eletricitista quando estava com problema a máquina. Assim, o nosso trabalho era esse<sup>118</sup>.

Portanto, a sua lembrança sobre a Fabriljuta está relacionada à posição de poder que desempenhou, diferenciando-se dos/as demais trabalhadores/as da fábrica, indicando ter uma maior ligação com o patronato e com os/as trabalhadores/as especializados/as do que com os/as

---

<sup>117</sup> Maria da Graça Costa da Silva, entrevista realizada em 9 de janeiro de 2024, em sua residência em Parintins/AM.

<sup>118</sup> Wilson Ferreira da Silva, entrevista realizada em 5 de janeiro de 2024, em sua residência em Parintins/AM.

operários/as que fiscalizava. Isso reintera a mentalidade de controle baseada no Taylorismo<sup>119</sup>, sistema que age de forma “anônima, a sua ação é silenciosa e acompanha todos os momentos de organização das instituições, sejam elas fábricas, escolas, hospitais” (Decca, 1984, p. 62).

Esse sistema de controle garantiu uma disciplinarização e uma subordinação dos corpos desses/as sujeitos/as. Essa submissão permitia a defesa dos interesses particulares, por isso os/as trabalhadores/as deveriam ser mantidos numa posição passiva, um dos mecanismos para isso é o aumento do salário do/a trabalhador/a semi qualificado, como o caso de Wilson.

Primeiro, eu fui auxiliar de contramestre, depois fui contramestre e o último cargo meu foi esse de chefe geral de fiação e tecelagem. Naquela época, também a gente ganhava razoavelmente bem, porque naquela época o chefe geral de fiação e tecelagem ganhava 8 salários mínimos, o que representa hoje em dia mais de 8 mil. Então tem tudo isso, por isso muita gente almejava crescer na fábrica, para quê? Para poder chegar no salário bom essa que é a verdade. Trabalhava com muita vontade exatamente para poder chegar no objetivo, que era crescer dentro da fábrica, basta dizer que em 4 anos eu cheguei em chefe geral de fiação e tecelagem<sup>120</sup>.

O recordador apontou para o fato de sua experiência na fábrica ter contribuído para ascender profissionalmente dentro desse espaço, ilustrando um sentimento meritocrático, ao afirmar que a força de vontade de trabalhar na fábrica bastou para ganhar um alto salário e para atingir cargos elevados no setor de tecelagem. Essa outra perspectiva caracteriza a imposição de mentalidade infligida pelo sistema fabril a partir do Taylorismo, baseado numa ciência econômica voltada para garantir a produção fabril e a ausência de politização nesse recinto como aborda Decca (1984). Para este autor existia uma intenção de condicionar o corpo e a mente do/a trabalhador/a para que eles/as não enxergassem a exploração no ambiente de produção industrial. Em outras palavras, o lugar onde esse/a trabalhador/a se encontrava no trabalho com a tecelagem de juta, mostrava os significados dados para aquele momento de trabalho e para as diferenças de relações de poder exercidas pelo patronato.

A própria fala de Wilson, enquanto representante de um cargo de chefia, entra em conflito com a narrativa de Luís um trabalhador ligado diretamente ao “chão” da fábrica.

Não, não esse tempo, senhor. Esse tempo não existia esse negócio, currículo era só saber, ler e escrever, já estava tudo bem. Não precisava ter muito estudo para trabalhar

<sup>119</sup> Decca (1984, p.62) sintetiza que o taylorismo foi uma corrente de pensamento criado por Frederick Taylor, nos Estados Unidos, no final do século XIX. O taylorismo era um sistema de controle fabril que deveria ser imperceptível para os trabalhadores, com intuito de mantê-los passivos em relação à exploração. DE DECCA, Edgar Salvadori. DECCA, Edgar Salvadori de. “A Ciência da Produção: fábrica despolitizada.” IN: **Revista Brasileira de História**. São Paulo/Rio de Janeiro, Anpuh/Marco Zero, no. 6, 1984, pp. 47-79.

<sup>120</sup> Wilson Ferreira da Silva, entrevista realizada em 5 de janeiro de 2024, em sua residência em Parintins/AM.

lá. Aí, no caso, eles chegavam lá, falavam que iriam trabalhar, como era? Queria trabalhar, tinha mais de 18 anos, menos de 18 anos não entrava<sup>121</sup>.

A fala de Wilson distoa da realidade, uma vez que diversos menores de idade foram, sim, recrutados para o trabalho na fábrica como, por exemplo, Luís, que relatou que mesmo tendo 17 anos trabalhava no mesmo ritmo que um adulto. A estrutura política, econômica e social, produzida pelo capitalismo, tentou mascarar a coação que exerceu sobre os/as trabalhadores/as, resultando no condicionamento sobre a memória do passado e o próprio discurso do/a sujeito/a. Esse conflito é notado nas contradições em torno dessas lembranças, Por outro lado, o/a trabalhador/a, mesmo sob uma estrutura de dominação, pode encontrar alguma forma, mesmo que não explícitas, de exaltar a sua insatisfação, no caso de alguns trabalhadores o que presenciemos foi uma nostalgia exacerbada a respeito de suas respectivas experiências na Fabriljuta.

### 3.3 A RESISTÊNCIA DO/A TRABALHADOR/A CONTRA A EXPLORAÇÃO TRABALHISTA NA FABRILJUTA

Anteriormente vimos como a edificação da memória em torno do trabalho na Fabriljuta produziu memórias coletivas que apontaram para uma postura nostálgica em relação às experiências dentro da linha de produção fábrica. Entretanto, também observamos a existência de conflitos, que emergiram dessas lembranças, expressos por meio da memória individual.

Todavia, apesar de não terem existido grandes mobilizações e formas de resistências explícitas, o/a trabalhador/a da tecelagem de juta encontrou, através das suas experiências, mostrar a sua força contra as formas de exploração e de opressão do sistema fabril impulsionadas pelo capital.

Veremos adiante alguns indícios desses episódios de resistência oculta. Este termo é termo utilizado por Scott (2013) para evidenciar o mecanismo não explícitos, ou seja, modos indiretos e até mesmo diretos, de lutar contra as pressões das estruturas econômicas. Portanto, nas falas de Valcira, Wilson e José podemos identificar alguns indicativos de revoltas contra relações autoritárias e desiguais impostas a eles.

No caso de Valcira, ela relata as relações com os seus colegas de trabalho, sobretudo as tensões entre ela o chefe de setor, responsável por fiscalizar a produtividade dos operários.

---

<sup>121</sup> Wilson Ferreira da Silva, entrevista realizada em 5 de janeiro de 2024, em sua residência em Parintins/AM.

Nesse dia que “fresquei” com ele, foi porque ele disse que eu tinha passado uma falha, né? E não podia. Por exemplo, se arreentasse os fios, assim, se amontoasse só num lugar, tinha que pegar a tesoura, corta aqui, tirava aquele amontoado e descia de novo para ficar bem igual. E, nesse dia, ele teimou comigo. Ele disse que tinha passado. Rapaz, eu fiquei com ódio daquele homem, porque ele tirou a bobina, que não era pequena, né. Tirou tudo, embolou. Eu disse para ele se: “Se você não achar essa falha, eu vou lhe dar uma porrada”. Não achou. Eles embrulharam de novo, porque tem que colocar no carretel, aí tinha um rolando de novo. Nesse dia, me *embocetei* com ele. Ele foi embora falando. Eu disse-lhe: “Quando o senhor vier me chamar atenção, me chame por alguma coisa que senhor tenha direito de me chamar, mas não vem me chamar por uma coisa que não é. Eu estou dizendo que não tinha passado, não tinha”. Nesse dia fiquei uma “jararaca” com ele, já até morreu, era meu vizinho Bianchi<sup>122</sup>.

Vemos um embate direto entre operários/as e as diretrizes de disciplina industrial, as quais eram impostas aos/às trabalhadores/as. Entretanto, essas medidas nem sempre eram acatadas, revelando a força do/a trabalhador/a contra a intensidade desproporcional do labor na Fabriljuta, já que toda vez que o/a trabalhador/a parava devido a problemas com a máquina, precisava equipá-la com fibra de juta, as chamadas bobinas, resultando no aumento do trabalho manual que logo era sentido pelo corpo dos sujeitos e das sujeitas da fábrica.

Como vemos, a trabalhadora em questão recusaou-se a ser destrata por um erro que não cometeu, evidenciando a sua insatisfação de forma direta e pública. Todavia, isso gerou um discurso oculto e indireto de resistências contra as relações de poder patronal e a disciplinarização fabril, conforme narrado pela recordadora. Por isso, ela usou um tom de voz firme para dizer que não se submeteria a ninguém que a destratasse dentro da Fabriljuta.

Scott (1984, p. 19) pondera que “Todos os grupos subordinados criam, a partir da sua experiência de sofrimento, «um discurso» que representa uma crítica do poder expressa nas costas dos dominadores”. Portanto, nas falas de Valcira não vemos uma crítica direta à exploração da fábrica, mas quando a tensão foi gerado entre ela e o chefe de setor pela forma que foi tratada, ela logo exteriorizou um sentimento de revolta contra os seus antigos empregadores, contra aquele espaço que obrigava a trabalhar mais toda a vez que os fios de juta quebravam e a máquina parava.

Segundo Valcira, a Fabriljuta tinha um sistema de vigilância severo, no qual a produtividade do/a trabalhador/a era constantemente observada, como destaca na sua fala “tinha um responsável aqui para te vigiar”. Logo, não era sempre que ela podia externalizar sua revolta de forma explícita, do contrário, poderia sofrer alguma punição. A informante não nos revelou se sofreu alguma advertência ou até mesmo se teve que arcar com alguma punição por não acatar ordens consideradas obrigatórias.

---

<sup>122</sup> Valcira Fonseca de Souza, entrevista realizada em 27 de outubro de 2023, em sua residência em Parintins/AM.

A dissimulação tornou-se uma arma contra a dominação e a exploração, pelo fato da ação de Valcira não ter implicado na sua demissão da fábrica. Apesar de não revelar outras situações, nas entrelinhas, através do não dito e do seu silêncio, temos indicações de que a recordadora também passou por outros momentos semelhantes ao que foi narrado por ela.

Dessa forma, a ação que expressava a resistência desses/as trabalhadores/as variava e se ocultava nos seus discursos, inferimos pelo relato de Wilson e a sua motivação para sair deste emprego.

Quando eles venderam essa fábrica aqui para outra empresa, que era de uma, né! Depois foi de outra empresa de terraplanagem lá de Belém do Pará, que ia comprar essa fábrica aqui. Eles queriam abaixar o salário da gente. Baixar para metade o salário. Aí, eu não aceitei. Foi por isso que saí dessa fábrica. Não é porque eu não dei conta do recado, não. Eu dava conta do recado de sobra. Essa que é a verdade. Eles que quiseram humilhar a gente. Para mim, eu digo, eu não venho aprender aqui. Quando cheguei aqui, eu já sabia. É... não vim aprender aqui. Eu aprendi lá em Belém, lá em Castanhal. Lá foi que aprendi a trabalhar em fábrica. Não foi aqui, né? Aqui eu vim para desenvolver uma técnica que eu já sabia, né. Que eu conhecia já, né? Essa aqui é verdade<sup>123</sup>.

O recordador Wilson acumulou uma ampla experiência em fábricas de tecelagem, transmitindo sua nostalgia em relação ao período em esteve atuando ali. Entretanto, ele chega em um momento de inflexão, pois, o período no qual pediu demissão da Fabriljuta foi considerado por ele como o tempo de declínio da tecelagem de juta, quando o empreendimento foi vendido para outras empresas.

Após a fase do declínio da fábrica, as resistências ocultas nas falas de Wilson são evidenciadas em sua afirmação de que apesar de ser grato à Fabriljuta, ele não aceitaria ser explorado, uma vez que ele havia se tornado um trabalhador qualificado. Ou seja, mesmo numa posição diferenciada dos demais, o recordador sofreu o mesmo revés que aos/as demais trabalhadores/as e, por isso, não aceitou a redução de salário.

Wilson nos descreve um discurso oculto de resistência, como aquele teorizado por James Scott (1984), já Wilson que nunca demonstrou abertamente uma insatisfação contra os seus patrões, mas sentia-se humilhado pela não valorização do seu trabalho.

Segundo Scott (1984, p. 31):

Uma vez que designamos o comportamento dos subordinados na presença da figura dominadora com o discurso público, usaremos o termo «discurso oculto» para caracterizar o discurso que tem lugar nos «bastidores», fora do campo de observação direta dos detentores do poder. O discurso oculto é, pois, conotativo no sentido em

<sup>123</sup> Wilson Ferreira da Silva, entrevista realizada em 5 de janeiro de 2024, em sua residência em Parintins/AM.

que consiste em enunciados, gestos e práticas que, tendo lugar fora de cena, confirmam, contraditam ou infletir aquilo que parece no discurso público.

Em outras palavras, temos enunciados que confirmam a construção desses discursos e de formas de resistências ocultas destacadas pelo autor supracitado. Alguns exemplos são mais perceptíveis nas narrativas de Wilson, que desempenhou a incumbência de supervisor. Pelo fato que por ser um trabalhador que seguia a rígida disciplina fabril e por ter recebido uma educação militar, Wilson recusava-se a ser visto publicamente como insubordinado. Mas, quando questionado no presente, fora da cena e do lugar onde arquitetou a sua experiência de trabalho, a narrativa muda, e entrevemos a frustração e a revolta pela não valorização do seu trabalho, verbalizando afirmações como: “Eles quiseram humilhar a gente”<sup>124</sup>. Portanto, recordador passou a pensar enquanto parte de uma classe e a se aproximar daquele que passou muito tempo durante muito tempo do seu serviço se diferenciando.

Portanto, a ameaça de redução salário em troca da garantia de permanência na Fabriljuta foi recebida por Wilson como um absurdo, pois ele estava ciente dos problemas pelos quais a fábrica estava passando.

Eu jamais ia baixar meu salário só para garantir emprego, entendeu? É o porque muita gente abaixou o salário, o que aconteceu na hora deles indenizar que a junta foi para cima? Eles indenizaram só metade, às vezes, menos da metade. Por que? Porque o pessoal aceitou abaixar o salário. Eu nunca aceitei. Essa que é a verdade. Quando eu ouvi esses rumores logo, aí, eu fiquei logo atento, né? Eu não vou aceitar isso não. Falei para minha mulher: “Olha, tá assim, assim, assim, assim, a fábrica. Eu não vou aceitar esse negócio”. “Observe, tu que sabe”. “Não, não vou aceitar não. Não vim para cá aprender. Eu vim para cá porque sou profissional. Não vou aceitar isso não”. Aí, não deu outra. Primeiramente, eles me deram 6 meses, depois me deram 90 dias pra mim pensar. Se eu ia aceitar abaixar meu salário, eu disse “Não”. Depois foi mais 2 meses, mais 60 dias, aí depois deram mais 1 mês *pra* eu pensar, digo: “Não, eu já estou pensado (sic). Vocês vão me indenizar essa que é a verdade. Eu não fiz nada de errado aqui dentro, né? Eu continuei trabalhando dentro das metas, hein? É, só que a meta que eu não aceito é essa, de abaixar o meu salário, essa não”. Essa aí eu não vou aceitar”. Foi isto que aconteceu. O contra mestre ainda me chamou 2 vezes, ainda me mandaram chamar 2 vezes, inclusive uma vez foi o diretor mesmo deles que mandou chamar. Não, acho que não. Infelizmente não dá, meu amigo, para eu trabalhar, né? Nessa condição não dá. Entende o porquê? Porque eu ganho muito mais daqui, muito mais do aqui nesse meu carrinho aí óh! Né? Então, e por que voltar para cá? Outra vez eles mandaram o técnico de lá, o técnico de produção, chamar-me. Saber se não queria voltar para lá. Disse “Não, cara”. Foram duas insistências. Eles tiveram comigo depois que saí de lá. Mas não quero mais<sup>125</sup>.

Pedir demissão foi a forma que Wilson encontrou para não ser prejudicado pela fábrica, que já estava entrando em decadência, e como Wilson estava ciente que os seus direitos

<sup>124</sup> Wilson Ferreira da Silva, entrevista realizada em 5 de janeiro de 2024, em sua residência em Parintins/AM.

<sup>125</sup> Idem.

trabalhistas não estariam garantidos pela fábrica, seus/as companheiros/as de trabalho entrariam com processos trabalhistas contra essa empresa de tecelagem. O fato de o recordador ser qualificado levou a Fabriljuta a insistir para que ele aceitasse um acordo de redução salarial, o qual foi prontamente recusado.

Portanto, Wilson já estava ciente do declínio da Fabriljuta prevendo uma mobilização dos/as trabalhadores/as em prol dos seus direitos dentro da Junta de Conciliação de Julgamento de Parintins (JCJP). Esses processos judiciais foram divulgados no Jornal Médio Amazonas, em 1980, sinalizando as dissidências entre os/as trabalhadores/as e a Fabriljuta. Exemplificamos na imagem o processo 235/80 do trabalhador Cleiton Ferreira da Silva contra a Companhia Fabril de Juta de Parintins.

Imagem 17: Pauta de Audiência – Processo nº 235/80

reporter chefe. Vamos dar a...  
 casa. Nós culpamos esse...  
 JUNTA DE CONCILIAÇÃO DO TRABALHO DA REGIÃO MUNICÍPIO DE PARINTINS

PAUTA DE AUDIÊNCIA				
OR.	HORA	PROCESSO	RECLAMANTE	RECLAMADO
09	08:00	226/80	JORCINDA DE ALMEIDA CARNEIRO	MUNICÍPIO DE PARINTINS
10	09:00	229/80	MARILIA DO CARMO SILVA MARINHO	SEVERINO SARAIVA ARAUJO
11	08:00	228/80	JOSÉ GARCILASIO SOARES MARTINS	SERVIÇO DE PROTEÇÃO PATRIMONIAL (S P P)
11	09:00	231/80	SALOMÃO DE OLIVEIRA BORGES	SERVIÇO DE PROTEÇÃO PATRIMONIAL (S P P)
12	08:00	232/80	FERNANDO DA SILVA BRANDÃO	SERVIÇO DE PROTEÇÃO PATRIMONIAL (S P P)
13	08:00	234/80	EDIERZA DE SOUZA NUNES	MANCEL VARELIANO ALMEIDA
14	08:00	235/80	CLEITON FERREIRA DA SILVA	COMPANHIA FABRIL DE JUTA DE PARINTINS

Parintins, 06 de Novembro de 1980.  
 Helena da Graça Tourinho Tupinambá,  
 Chefe de Secretaria - Substituta.

Fonte: Jornal Médio Amazonas. **Junta de conciliação do trabalho da região do município de Parintins.** Segunda-feira, 10 de novembro de 1980. p.7. Edição nº 61

Teles (2015, p. 31), em relação às publicações sobre as contestações de trabalhadores no JCJP nos anos finais da ditadura civil-militar, comenta que era frequente que no Brasil essas manifestações aparecessem nos jornais, principalmente naqueles organizados por operários e que começam a ser publicados a partir da década de 1980, com o processo abertura política no país. Contudo, o nosso desígnio não é nos aprofundarmos nessa temática, mas distinguir os mecanismos encontrados pelos/as trabalhadores/as como instrumentos por meios dos quais poderiam exigir os seus direitos legais, como mencionado na fala de Wilson.

Diante do exposto até aqui, podemos perceber na fala dos/as ex-trabalhadores/as algo para além de um mero discurso nostálgico sobre suas experiências na Fabriljuta. Houve, também, discursos ocultos que nos revelam a rebeldia perante a disciplinarização da fábrica,

contra os moldes capitalistas de produção, contra a exploração e a pressão das estruturas sentidas nos cotidianos desses sujeitos e sujeitas. Por isso, tentamos devolver o seu protagonismo como a gente histórico/a através das narrativas dos recordadores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, essa pesquisa teve a finalidade de proporcionar a edificação das experiências dos/as trabalhadores/as da Fabriljuta, durante os anos de 1970 a 1980, através das suas memórias coletivas e individuais. Também tivemos como objetivo responder a seguinte questão: Onde estão os/as trabalhadores/as que sustentaram a economia desse setor neste período? Nesse sentido, separamos as vozes e o protagonismo desses sujeitos e dessas sujeitas como parte de um processo histórico conhecido como “economia da juta”. Esse período, em que homens e mulheres de Parintins participaram ativamente como força de trabalho, revela que eles/as foram expropriados/as pelo capital, na sua forma mais intensa, devido à agroindustrialização da matéria-prima da juta na região Amazônica.

A intenção desta investigação não foi resumi-los apenas a dados objetivos e impessoais, mas trazer o viés social e histórico, por meio dos quais a relação entre a fábrica, os habitantes, a região e a ditadura se entrelaçaram. Ademais, buscamos sublinhar as pressões que os/as trabalhadores/as sentiram naquele momento ao estarem condicionados/as pelo tempo e pela disciplina do capitalismo industrial, resultando na alteração do cotidiano, dos costumes e da cultura na cidade de Parintins. Além disso, foi objeto do nosso interesse compreender como essa experiência aparecia e se traduzia no presente.

No primeiro capítulo contextualizamos o período histórico da economia da juta e da agroindustrialização da matéria-prima na região amazônica, do contexto nacional ao regional. Todavia, o intuito foi responder o porquê Parintins, dentre outras cidades na região do Baixo-Amazonas, foi escolhida para receber uma fábrica de tecelagem de juta. De tal modo, problematizamos a fundação da Fabriljuta e relacionamos a conjuntura política e os projetos de desenvolvimento econômicos para Amazônia dentro do contexto da ditadura civil-militar. A ditadura oportunizou a entrada de capitais nas entranhas da região Norte, o que contribuiu para a transformação da força de trabalho existente, formulando novas experiências e mentalidades a respeito do trabalho assalariado.

Deste modo, no segundo capítulo expomos as pessoas que vivenciaram esse período e se tornaram parte da equipe da linha de produção de uma fábrica têxtil, e compilados seus relatos pessoais sobre isso. Tentamos, igualmente, responder a seguinte questão: Qual a origem desses/as trabalhadores/as? Delineamos as suas trajetórias de vida, e notamos que a maioria era oriunda da zona rural de Parintins e que, posteriormente, migrou para cidade em busca de novas experiências e oportunidades no mundo do trabalho. Inclusive, alguns/as dos/as informantes tiveram, na Fabriljuta, o seu primeiro contato com uma fábrica, enquanto outros/as

entrevistados/as vieram de outras regiões do país, acumulando na sua bagagem uma ampla experiência na indústria têxtil.

No terceiro capítulo apresentamos as experiências dos/as trabalhadores/as, suas respectivas formas de identificação com o trabalho, as suas atitudes e ações de resistências em contraponto ao seu discurso nostálgico em relação ao labor na Fabriljuta. Nesta seção, perguntamo-nos sobre a maneira como relatavam os seus trabalhos realizados na Fabriljuta nos anos 1970, se ainda eram funcionários no período em que a empresa vivenciou seu declínio e como veem, atualmente, esse trabalho pregresso na Fabriljuta?

Portanto, mostramos, inicialmente, as experiências das trabalhadoras, que se diferenciaram das experiências de indivíduos do sexo masculino, evidenciando as desigualdades de gêneros e o imbricamento entre patriarcalismo e capitalismo que intenta, por meio de relações de poder, submeter o sexo feminino à lógica de produção do capital. Entretanto, não vemos essas sujeitas apenas como seres passivos, mas como protagonistas. Salientamos suas tentativas de buscarem o seu espaço, e de produzir uma cultura de trabalhadoras, através do seu trabalho, assim como as brechas que encontraram para resistir à exploração masculina e do capital no seu cotidiano, marcando o direito ao lazer como forma de contrapor a subordinação. Vale ressaltar que devido ao tempo cabível para a realização dessa pesquisa, não nos foi possível aprofundarmos tanto nessa dimensão da maneira como desejávamos, e algumas questões foram deixadas em aberto para serem melhor trabalhadas futuramente.

Por conseguinte, analisamos, no terceiro capítulo, os conflitos de memórias, a relativização do labor, e as queixas em relação ao trabalho na fábrica, apresentando as dissidências entre o trabalhador e o patronado da fábrica, o significado dado às lembranças e como elas se entrelaçam com o momento atual desses sujeitos e dessas sujeitas. O contato com os/as entrevistados/as nos revelaram as contradições sobre o cotidiano durante o período que fizeram parte dos quadros de funcionários/as, já que, nas entrelinhas, apareceram as angústias e os descontentamentos da época.

Em suma, essa pesquisa nos evidenciou os protagonistas de um período da história do Amazonas e de Parintins, sobre os quais a historiografia pouco problematiza. Apenas pensamos na instalação e na evolução de fábricas quando nos referimos à capital, Manaus, ou ao sudeste e sul do Brasil, preterindo outras regiões que também receberam essas empresas na década de 70.

Poucas pesquisas levam em consideração o fato de uma cidade no interior do Estado do Amazonas ter recebido uma fábrica de tecelagem de juta, a qual absorveu como quadro de

funcionários/as parte da população durante. Durante todo esse tempo, essas pessoas encontraram mecanismos para não serem vistas apenas como agentes subordinados/as a uma estrutura econômica, mas como protagonistas da sua própria história. Atualmente, ainda há muito a explorar sobre essa temática, principalmente em relação às trabalhadoras da Fabriljuta e a sua representação dentro da historiografia.

Ressaltamos que a maioria desses/as recordadores/as são idosos/as, por isso, o tempo para nos dedicarmos ao resgate dessa história se mostra escasso. É muito relevante fomentarmos uma pesquisa profícua, com intuito de destacar as vozes daqueles e daquelas fizeram parte da história de uma cidade no interior do Amazonas como Parintins e o que a atuação deles/as significou para a história da região amazônica na sua totalidade.

## FONTES

### *ORAIS*

Ana Zerina Gama dos Santos, entrevista realizada em 24 de outubro de 2023, em sua residência em Parintins/AM.

Dilza Azevedo Marialva, entrevista realizada em 27 de outubro de 2023, em sua residência em Parintins/AM.

José Carlos das Neves Farias, entrevista realizada em 9 de janeiro de 2024, em sua residência em Parintins/AM.

Luís Alberto Mendes de Carvalho, entrevista realizada em 3 de janeiro de 2024, em sua residência em Parintins/AM.

Maria da Graça Costa da Silva, entrevista realizada em 9 de janeiro de 2024, em sua residência em Parintins/AM.

Teresa dos Santos de Moura, entrevista realizada em 10 de janeiro de 2024, em sua banca de frutas e verduras em Parintins/AM.

Valcira Fonseca de Souza, entrevista realizada em 27 de outubro de 2023, em sua residência em Parintins/AM.

Wilson Ferreira da Silva, entrevista realizada em 5 de janeiro de 2024, em sua residência em Parintins/AM.

### *IMPrensa*

Jornal do Comércio. **A Fabriljuta não será de Parintins diz LVM.** Manaus, terça-feira, 14 de março de 1968. p. 5. Edição 19702. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br>. Acesso em 23 de outubro de 2023.

Jornal do Comércio. **Chegou a hora da batalha do desenvolvimento regional.** Manaus, terça-feira, 6 de dezembro de 1966. p. 5. Edição 19189 Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br>. Acesso em 23 de outubro de 2023.

Jornal do Comércio. **Fabriljuta nasce em Parintins, para acelerar o progresso da Amazônia.** Manaus, quinta-feira, 23 de maio de 1968. Edição 19.806. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br>. Acesso em 23 de outubro de 2023.

Jornal do Comércio. **SPVEA Aprova Projeto.** Manaus, quarta-feira 7 setembro de 1966. p. 5. Edição 18871. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br>. Acesso em 23 de outubro de 2023.

Jornal do Comércio. **Sementes Milagrosas. Porto de lenha em cidade modelo.** Manaus, sábado 17 de setembro de 1966. p. 5. Edição 191076. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br>. Acesso em 23 de outubro de 2023.

Jornal do Comércio. **Companhia Fabril de Juta. Manaus**, quarta-feira 7 dezembro de 1966. p. 5. Edição 19190. Disponível em: <http://www.memória.bn.br>. Acesso em 23/10/23.

Jornal do Comércio. terça-feira de 29 de novembro de 1966. p.1 Edição 19190. Disponível em: <http://www.memória.bn.br>. Acesso em 23/10/23.

Jornal do Comércio. **Fabriljuta presente no I Encontro da Amazônia**. Manaus, quarta-feira 8 dezembro de 1966. p. 5. Edição 19183. Disponível em: <http://www.memória.bn.br>. Acesso em 23/10/23.

Jornal do Comércio. **Juta. V fase da economia em desenvolvimento**. Manaus, domingo de 7 de maio de 1967, p.11. Edição 19404. Disponível em: <http://www.memória.bn.br>.

Jornal do Comércio. **Estrutura metálica para a Fabriljuta de Parintins**. Manaus, terça-feira 26 de março de 1968. p.1 Edição 19712. Disponível em: <http://www.memória.bn.br>.

Jornal do Comércio. **Instalações da Fabriljuta impressionam o ministro**. Manaus, quinta-feira, 29 de janeiro de 1970, p.1 Edição 20304. Disponível em: <http://www.memória.bn.br>.

Jornal Médio Amazonas. **Junta de conciliação do trabalho da região do município de Parintins**. Segunda-feira, 10 de novembro de 1980. p.7. Edição Nº 61.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. História dentro da história. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 3. Ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 155-202.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2006.

BATISTA, Djalma. **O complexo da Amazonia – Análise do processo de desenvolvimento**. 2ª ed. – Manaus: Editora Valer, Edua e Inpa, 2007.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: Formação Social e Cultural**. 3. ed. Manaus: Editora Valer, 2009.

BHATTACHARYA, Tithi. O que é a teoria da reprodução social? **Revista Outubro**, n. 32, 1º semestre de 2019.

BONALUME, Claudia Regina. O LAZER DAS MULHERES: UMA AÇÃO POLÍTICA. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 42–60, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/36324>. Acesso em: 25 set. 2024.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**. Lembranças de velhos - 20ª ed.- São Paulo. Companhia das letras, 2023.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Atelier Editorial, 2003.

BRASIL. **A história no Diário Oficial**: Fibra sintética matou a indústria paraense, de 29 de junho de 2015. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil - Estado do Pará. ANO CXXV DA IOE 125º DA REPÚBLICA Nº 32.916, Belém, PA, 2015. p. 2.

BUTEL, Irian; BUTEL, Larisse; CURSINO. **História e Memória Política do Município de Parintins**. Volume II: 1964 a 1976. Parintins: Câmara Municipal de Parintins, 2012.

CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco. **Tramas e fios: A fábrica têxtil em Minas Gerais**. 1986. 151f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas. Universidade de Campinas, São Paulo, 1986. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/2802998>. Acesso: 23 de outubro de 2023.

CRUZ, Heloisa Farias; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **Na Oficina do Historiador**: Conversas sobre História e Imprensa. Projeto História, São Paulo, vi. 35, n.35, dez. 2007.

DECCA, Edgar Salvadori de. **O Nascimento das Fábricas**. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. 77 p. 4º reimp. da 10. ed. de 1995. (Coleção Tudo é História, 51).

\_\_\_\_\_. "A Ciência da Produção: fábrica despolitizada." *In*: **Revista Brasileira de História**. São Paulo/Rio de Janeiro, Anpuh/Marco Zero, no. 6, 1984, pp. 47-79.

ESTEVEES, José. **A vida pública do senador José Esteves: 1960 a 1974**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1978. Disponível em: [www2.senado.leg.br](http://www2.senado.leg.br). Acesso: 27 de julho de 2023.

ESTEVEES, Norma Jeane. **Fabriljuta. de Parintins: numa perspectiva de gênero e trabalho**. In: Anais do III Congresso Pan-Amazônico de História Oral – IX Encontro Regional Norte de História Oral – VIII Semana de História do CESP/UEA. Parintins, 2015, p. 1-13. Disponível em: <http://www.norte2015.historiaoral.org.br/site/anaiscomplementares>. Acesso: 25 de outubro de 2023.

FARIAS, Ana Beatriz Rodrigues. **Vivências de operários do setor Jutículo na cidade de Parintins-AM na década de 60**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História). Parintins, Universidade do Estado do Amazonas, 2010.

FERREIRA, Aldenor da Silva. **Fios dourados dos trópicos: culturas, histórias, singularidades e possibilidades (juta e malva - Brasil e Índia)**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2016.

FICO, Carlos. **Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas**. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 5 - 74. jan./abr. 2017.

FERREIRA, Cristina. Nas tramas do cotidiano: experiências de jovens e mulheres trabalhadoras na indústria têxtil de Blumenau (1958-1968). **Estudos Históricos** (Rio de Janeiro), v. 29, n. 59, p. 3-35, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/eh/a/3NJhCjxhXQwgDtgnP3f35XN/>>. Acesso em: 26 set. 2024.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HELLER, A. **O Cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **A imigração japonesa na Amazônia: sua contribuição ao desenvolvimento agrícola**. 2. ed. Brasília, DF: Embrapa, 2016. P. 255.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. Os japoneses na Amazônia e sua contribuição ao desenvolvimento agrícola. **Somanlu**, ano 9, n. 1, p. 113-133, jan./jun. 2009.

IANNI, Octavio. **Ditadura e agricultura: O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia, 1964-1978**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986. 249 .

IANNI, Octavio. **A Ditadura do Grande Capital**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 1981.

JOSHI, Chitra. Além da polêmica do provedor: mulheres, trabalho e história do trabalho. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 147–170, 2009.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia – Estado, homem, natureza**. 4ª ed. Belém: Cultural Brasil, 2019.

MAHAR, Dennis John. **Desenvolvimento da Amazônia: Uma análise das políticas governamentais** – Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978. 259 p. (Relatório de Pesquisa 39). Disponível:

lem:[https://repositorio.ipea.gov.br/biststream/11058/1227/1/desenvolvimento\\_economico\\_da\\_amazonia.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/biststream/11058/1227/1/desenvolvimento_economico_da_amazonia.pdf). Acesso em 25 de outubro de 2023.

MARX, Karl. **Trabalho Assalariado e Capital**. Porto: Cadernos para Diálogo. Porto. Ed: Poveira, 1971.

MARX, Karl . **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1964.

MARQUES, Rildo Oliveira. **Erosão nas margens do Rio Amazonas: O fenômeno das terras caídas e as implicações para a cidade de Parintins-Am**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2017.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Trama e Poder: a trajetória e polêmica em torno das indústrias de sacarias para o café (São Paulo, 1888-1934)**. – Ed. – Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996.

MATOS; Maria Izilda, BORELI, Andreia. Espaço feminino no mercado produtivo. **In: Nova História das mulheres no Brasil** / organizadoras Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro. – 1. ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2013.

OSEKI, Jorge Hagime. O único e homogêneo na produção do espaço. **In: MARTINS, José de Souza** (Organizador). Henri Lefèbvre e o retorno a dialética. São Paulo: Hucitec, 1996.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

PERROT, Michelle. **A minha história das mulheres**; [tradução Ângela M.S Corrêa]; São Paulo: Contexto, 2006.

PINTO, Ernesto Renan Freitas. **Os Trabalhadores da Juta: estudo sobre a constituição da produção mercantil simples no médio Solimões**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1982.

PINTO, José Maria. **Aspecto econômico da juta na Amazônia**. Manaus: INPA, 1966.

PIRES, Isabelle Cristina da Silva. **Crianças nas fábricas: o trabalho infantil na Indústria Têxtil carioca na Primeira República**. Revista Tempo e Argumento, vol. 12, no. 30, e 0101, 2020.

PIZARRO, Ana. **Amazônia: as vozes do rio; imaginário e modernização**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, ed. 10, 1992. Disponível em: <http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>. Acesso em: 10 de outubro de 2024.

PORTELLI, Alexandre. **História oral como a arte da escuta** (tradução Ricardo Santiago). 1 – São Paulo: Letra Voz, 2016.

RECOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução: Alain [et al.]. – Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

RIBERIRO, Fenelon D. (2012). CULTURA E HISTÓRIA SOCIAL: HISTORIOGRAFIA E PESQUISA. *Projeto História: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História*, 10. Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12105>.

RIBEIRO, Marlene. **De seringueiro a agricultor/pescador a operário/metalúrgico: um estudo sobre o processo de expropriação/proletarização/organização dos trabalhadores amazonenses**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG. Mestrado em Educação, 1988.

SALVATICI, Silvia. Memória de gênero: reflexões sobre História Oral de mulheres. In: **História Oral**, v.08, n.1, p. 29-42, jan.-jun. 2005.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. **História Econômica da Amazônia: 1800-1920**. São Paulo: T.A Queiroz, 1980, p. 158-159.

SAUNIER, Tonzinho. **Parintins: Memória dos Acontecimentos históricos**. Manaus: Editora Valer/ Governo do Estado do Amazonas, 2003.

SCOTT, James C. **A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos**. Lisboa: Letra Livre, 2013.

SILVA, Denison Meneses Silvan. **Trabalhadores da Juta na Amazônia: Trajetória de luta, suor e sofrimento**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia. Manaus, Universidade Federal do Amazonas, 2018.

SOUZA, Narda Margareth Carvalho Gomes. **A trajetória da Companhia Têxtil de Castanhal: a mais pura fibra da Amazônia**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

SOUZA, Nilciana Dinely de. **O processo de urbanização da cidade de Parintins (AM): evolução e transformação**: Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2013. doi:10.11606/T.8.2013.tde-23/10 2013-120716.

SOUSA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo / Expressão Popular, 2021. – Ed. 3ª.  
SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA. **SPVEA numa visão de conjunto**. Belém: Fanlângola, 1955.

TELES, Luciano Everton Costa: **mundos do trabalho e imprensa: a vida operária em Manaus na década de 1920**. -Manaus: UEA. Edições, 2015.

THOMPSON, Edward Palmer. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In id. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. Revisão Técnica: Antônio Negro, Cristina Meneguello e Paulo Fontes. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 267-304.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe Operária Inglesa**. Tradução Renato Bussato Neto, Claudia Rocha de Almeida Vol. 01. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe Operária Inglesa**. Tradução Renato Bussato Neto, Claudia Rocha de Almeida Vol. 02. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zaha, 1981.

THURY, Admar. **A juta amazonense e seus problemas**. Manaus: Diretoria do Serviço de Fomento Agrícola, 1946.

TILIO, Rogério Casanovas. Reflexões acerca do conceito de identidade. **Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 109–119, 2009. Disponível em: <https://granrio.emnuvens.com.br/reihm/article/view/529>. Acesso em: 17 jan. 2025.

TRISTAN, Daniela Rebelo Monte. **Trabalhadores da Tecejuta: Experiência Operária e Construção da Memória numa Fábrica Textil do Oeste do Pará (Santarém, 1951-1990)**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM.2016.

## SITES

BRASIL. Art. 67. **Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA**: Disponível em: [planalto.gov.br](http://planalto.gov.br). Acesso: 21 de agosto de 2024.

BRASIL. Decreto Presidencial, nº **62.140.1968**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62140-17-janeiro-1968-403571-publicacaooriginal-1>. Acesso em: 23 de abril de 2024.

BRASIL. Lei 4.216, de maio de 1963 estendia a região amazônica benefícios do art. 34 da Lei nº 3.995 de 14 de dezembro de 1961 (**Plano Diretor da Sudene**). Legislação Informatizada- Lei nº 4.216, 6 de maio de 1963 – Publicação Original. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br>. Acesso em: 22 de agosto de 2023.

Prefeitura Municipal de Parintins. **Conheça Parintins**. Disponível em: <https://parintins.am.gov.br/>. Acesso em: 22 de agosto de 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo de brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE,2012. Disponível em <https://www.cidades.ibge.gov.br>. Acesso: 25 de outubro 2023.

Dados sobre o endereço da Fabriljuta tirado do site: [www.casadosdados.com.br](http://www.casadosdados.com.br). Acesso em: 25 outubro de 2023.

**Histórico do salário-mínimo** - Tabela completa: Disponível em: ([www.ecalculos.com.br](http://www.ecalculos.com.br)).  
Acesso em 25 de agosto de 2024.

## APÊNDICES



### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO(TCLE)

#### TRAJETÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DOS/AS OPERÁRIOS/AS DA COMPANHIA DE TECELAGEM DE PARINTINS – FABRILJUTA (1960 - 1980)

O/a Sr/Sra..... está sendo convidado/a participar do projeto de pesquisa “TRAJETÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DOS/AS OPERÁRIOS/AS DA COMPANHIA DE TECELAGEM DE PARINTINS – FABRILJUTA (1960 - 1980)”, cujo pesquisador é responsável Matheus Rodrigues da Silva, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), e é orientado pela Profa. Dra. Yoshiko Sasaki. Os objetivos do projeto são desvelar as experiências de trabalhadores/as da Fabriljuta em Parintins; identificar os trabalhos realizados pelos/as trabalhadores/as na Fabriljuta nos anos 1970/80; refletir sobre a experiência do/a trabalhador/a no espaço da Fabriljuta; analisar o funcionamento, o declínio e o fechamento da fábrica e o impacto na vida desses/as trabalhadores/as. O/a senhor/a foi escolhido/as por ter feito parte do quadro de funcionários/as da Companhia Tecelagem de Parintins – Fabriljuta. O/a sr./sra tem de plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma para o tratamento que recebe nesse serviço em sua residência na cidade de Parintins. Caso aceite participar da pesquisa, sua participação é de caráter voluntário e se dará por meio de instrumentos como gravador e câmera fotográfica, a serem utilizados na coleta a partir da concessão de uma entrevista que um roteiro semiestruturado, seguindo da autorização de forma explícita do uso de imagens e áudio. Os dados serão gravados e transcritos para que o/ a senhor/a possa contribuir com a análise dessa pesquisa sobre a experiência dos/as trabalhadores/as da Fabriljuta. Portanto, os/as informantes não terão despesas e tampouco receberão qualquer quantia em troca. Toda pesquisa com seres humanos envolve riscos aos participantes. Nesta pesquisa os riscos para o/a sr./sra são as possibilidades de risco moral, social, cultural e espiritual do ser humano, em qualquer pesquisa e dela decorrente, para minimizar estes riscos é resguardado o direito de interromper a entrevista e impedir a utilização da gravação. Também são esperados os seguintes benefícios com esta pesquisa: salvar a memória e a história,

destacando homens e mulheres da cidade de Parintins a partir da produção científica. Se julgar necessário, o/a sr./sra dispõe de tempo para que possa refletir sobre a sua participação, consultando, se necessário, seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-los/as na tomada de decisão livre e esclarecida. Também estão assegurados ao/à sr/a o direito a pedir indenizações e a cobertura material para reparação a dano causado pela pesquisa ao/à participante da pesquisa conforme a (Resolução CNS nº 466 de 2012, IV.3.h, IV.4.c e V.7).

O/a sr./sra. pode entrar em contato com o pesquisador responsável, Matheus Rodrigues da Silva, e com a sua professora orientadora, Yoshiko Sasaki, a qualquer tempo para informação adicional no endereço de e-mail: [matheuskar895@gmail.com](mailto:matheuskar895@gmail.com) e pelo celular (92) 9 84144788, [ysasaki@ufam.edu.br](mailto:ysasaki@ufam.edu.br) e pelo celular (92) 9 99912472. O/a sr./sra. também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Amazonas (CEP/UFAM) e com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), quando pertinente. O CEP/UFAM fica na Escola de Enfermagem de Manaus (EEM/UFAM) - Sala 07, Rua Teresina, 495 –Adrianópolis – Manaus – AM, Fone: (92) 3305-1181 Ramal 2004, e-mail: [cep@ufam.edu.br](mailto:cep@ufam.edu.br). O CEP/UFAM é um colegiado multi e transdisciplinar, independente, criado para defender os interesses dos/as participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Este documento (TCLE) será elaborado em duas VIAS, que serão rubricadas em todas as suas páginas, exceto a com as assinaturas, e assinadas ao seu término pelo/a r/sra. ou por seu/sua representante legal, e pelo pesquisador responsável, ficando uma via com cada um.

#### CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Li e concordo em participar da pesquisa (ou “Declaro que concordo em participar da pesquisa”).

Ressalta-se que não devem ser introduzidas novas informações ou informações contraditórias ao conteúdo do restante do termo (Carta Circular nº 51-SEI/2017-CONEP/SECNS/MS).

(Local), \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador Responsável